

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE FILOSOFIA LICENCIATURA

VALÉRIA CRISTINA DOS SANTOS CARVALHO

**DO CIBORGUE À FARMACOPORNOGRAFIA: A MATERIALIZAÇÃO TÉCNICA
DOS CORPOS SEXUAIS EM DONNA HARAWAY E PAUL B. PRECIADO**

São Luís
2025

VALÉRIA CRISTINA DOS SANTOS CARVALHO

**DO CIBORGUE À FARMACOPORNOGRAFIA: A MATERIALIZAÇÃO TÉCNICA
DOS CORPOS SEXUAIS EM DONNA HARAWAY E PAUL B. PRECIADO**

Monografia apresentada ao Curso de Filosofia
Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Licenciatura Plena em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Davi Galhardo Oliveira Filho
Coorientador: Prof. Dr. Carlos Wellington Soares
Martins.

São Luís
2025

Carvalho, Valéria Cristina dos Santos
Do ciborgue à farmacopornografia: a materialização técnica dos corpos
sexuais em Donna Haraway e Paul B. Preciado. / Valéria Cristina dos Santos
Carvalho. – São Luis, MA, 2025.
99 f

Monografia (Graduação em Filosofia Licenciatura) - Universidade
Estadual do Maranhão, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Davi Galhardo Oliveira Filho

1.Tecnopolítica dos corpos. 2.Farmacopornografia. 3.Plasticidade
contrassexual. 4.Ontologia relacional. 5.Ciborgue. I.Título.

CDU:17.023

VALÉRIA CRISTINA DOS SANTOS CARVALHO

**DO CIBORGUE À FARMACOPORNOGRAFIA: A MATERIALIZAÇÃO TÉCNICA
DOS CORPOS SEXUAIS EM DONNA HARAWAY E PAUL B. PRECIADO**

Monografia apresentada ao Curso de Filosofia
Licenciatura da Universidade Estadual do Maranhão
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Licenciatura Plena em Filosofia.

Aprovada em: 15 /07/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Davi Galhardo Oliveira Filho (Orientador)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Carlos Wellington Soares Martins (Coorientador)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dra. Livia Janine Leda Fonseca Rocha
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dra. Franciele Monique Scopetc dos Santos
Universidade Federal de Rondônia

Às mulheres que me criaram e que fizeram de
mim quem eu sou – para o bem e para o mal –
Tereza, Rose e Maria das Graças.
E às minhas irmãs – Juliana e Gabryella.

AGRADECIMENTOS

Ao longo dessa curta trajetória acadêmica, posso afirmar que, diferente do que se costuma ouvir corriqueiramente, não se realiza uma pesquisa sozinha – enclausurada num mundo em que uma possível genialidade se desenvolve, no silêncio. Ao contrário, esta pesquisa só foi possível devido aos inúmeros encontros e desencontros, às conversas, às discussões, às convivências, que tive ao longo do último ano, especialmente nos meses em que este trabalho se atualizava numa escrita frenética, desesperada, mas ao mesmo tempo firme e determinada. *This is the manifesto of Mayhem*: é no caos das relações que tudo surge, que construímos a fortaleza de um lar apagado.

Assim, agradeço primeiramente a Deus, que é toda a natureza, por ter me proporcionado os mais belos encontros da minha vida, sem os quais eu não teria chegado até aqui – em todos os sentidos.

Agradeço aos meus pares e amores: Augusto, Brendon, Bruno, Cyane, Luiza, Marlyson, Milena, Otávio, Pedro, Rita, Zephora. Com eles, aprendi que a filosofia envolve, antes de tudo, a partilha de um horizonte comum. Não atoa percebo, sempre que estudo, o quão marcada estou pelos nossos encontros. Especialmente nos dos bares – Signus, algum bar esquisito que fica aberto até às 5:00 da manhã no Jardim América, o circuito Bar do porto / Tutti-Futti / Bar do Flamengo das noites no centro da cidade...

Ao Otávio, por sempre me esperar para tomar café da manhã, por nunca me abandonar, por nunca me deixar sozinha.

À Milena, por ser não somente a minha maior inspiração, mas por ser minha paixão e por ser minha amiga.

Ao Pedro, por ter me acolhido quando mais precisei, mas também pelo cuidado e carinho – à toda família Cardoso!

À Luiza, meu maior capricho, por todos os anos que vivemos juntas, por tudo.

À Cyane, minha *final girl* de São José de Ribamar, por todas as vezes em que nos encontramos – porque sempre saio curada de uma ferida que não foste tu quem causou.

A todos vocês, pelas conversas infinitas no Bar do Carlão, naquele pôr do sol que só bate lá. Agradeço por aguentarem todos os meus porres, minha histeria, minhas brigas (sozinha), minha zanga, minha tagarelice... Mas, principalmente, por fazerem valer a pena o meu esforço de tentar construir uma vida que seja minha. Não houve um dia que eu escrevi sem ser atravessada pelas suas presenças. Pelas piadas, fofocas, lembranças, brigas, raivas, cervejas, cigarros...

Agradeço aos meus orientadores, Davi e Carlos, por não me podarem e por contribuírem para que esta pesquisa se realizasse da melhor maneira possível dentro das minhas condições e limitações.

Agradeço ao Curso de Filosofia Licenciatura da UEMA, que, apesar dos percalços, foi onde eu pude me desenvolver enquanto potencial filosófico.

À Diana e Fabíola, por me mostrarem que o maior motor filosófico é a paixão.

Em suma, à todas as pessoas que potencializaram, em cada encontro, em cada interação, a minha escrita, a minha imaginação, a minha criatividade e a minha vontade filosófica.

*Não existe, na Natureza, nenhuma coisa singular à qual não exista
outra mais potente e mais forte. Dada uma coisa qualquer, existe uma
outra, mais potente, pela qual a primeira pode ser destruída.*

- Espinosa, EIVA

*Better than me
All of them bitches ain't better than me
I know tou wanted somethin'else at your feet
You gon' figure out you lost one and that's me*

- Doja Cat

RESUMO

Este trabalho propõe uma análise filosófica das tecnologias contemporâneas de produção dos corpos sexuais a partir do entrelaçamento entre os pensamentos de Donna Haraway e Paul B. Preciado. A pesquisa parte da constatação de que a violência contra pessoas trans – física, simbólica e institucional – localiza uma disputa ontológica em curso: a tentativa de reimpor uma ideia de natureza anterior à técnica, ao desejo e à política. Contra essa operação naturalizante, afirma-se aqui que todos os corpos são trans – isto é, corpos em processo, atravessados por práticas técnicas, inscrições normativas, ficções científicas e performances sexuais que os constituem continuamente. A partir do conceito de ciborgue, Haraway problematiza os dualismos fundadores da modernidade ocidental – natureza/cultura, corpo/mente, homem/mulher –, propondo uma ontologia relacional em que o corpo é um artefato material-semiótico. Preciado, por sua vez, descreve a emergência do regime farmacopornográfico como nova forma de governo dos corpos e do prazer, em que o gênero deixa de ser mera identidade para tornar-se interface tecnopolítica. A análise articula ainda os conceitos de performatividade material e de plasticidade, para pensar a matéria como campo de disputa e o corpo como potência de reescritura. Ao final, propõe-se o conceito de devir-contrassexual da natureza como figura de resistência, na qual o corpo não apenas resiste, mas cria outras formas de vida, desejo e existência. O trabalho conclui que Haraway e Preciado compartilham um horizonte comum: ambos compreendem a tecnociência não como inimiga da política, mas como seu meio de insurgência; ambos deslocam a noção de corpo da passividade para a agência e da fixidez para a plasticidade; ambos, por caminhos distintos, afirmam a necessidade de desnaturalizar a carne para reinventar o possível. Destarte, o corpo, neste trabalho, não é essência nem substância, mas montagem política: todo corpo é ciborgue, todo corpo é trans.

Palavras-chave: Tecnopolítica dos corpos; Farmacopornografia; Plasticidade contrassexual; Ontologia relacional; Ciborgue.

ABSTRACT

This study proposes a philosophical analysis of contemporary technologies for the production of sexual bodies through the interweaving of the thoughts of Donna Haraway and Paul B. Preciado. The research departs from the realization that the violence against trans people – physical, symbolic, and institutional – situates an ongoing ontological dispute: the attempt to reimpose a notion of nature that precedes technique, desire, and politics. Against this naturalizing operation, it is affirmed here that all bodies are trans – that is, bodies in process, traversed by technical practices, normative inscriptions, scientific fictions, and sexual performances that continuously constitute them. Through the concept of the cyborg, Haraway questions the founding dualisms of Western modernity – nature/culture, body/mind, male/female –, proposing a relational ontology in which the body is a material-semiotic artifact. Preciado, in turn, describes the emergence of the pharmacopornographic regime as a new form of governance over bodies and pleasure, in which gender ceases to be a mere identity to become a technopolitical interface. The analysis also articulates the concepts of material performativity and plasticity to think of matter as a field of dispute and of the body as a potentiality for rewriting. Finally, it proposes the concept of the contrasexual becoming of nature as a figure of resistance in which the body not only resists but also creates new forms of life, desire, and existence. The study concludes that Haraway and Preciado share a common horizon: both understand technoscience not as the enemy of politics, but as its medium of insurgency; both displace the notion of the body from passivity to agency and from fixity to plasticity; and both, through distinct paths, affirm the need to denaturalize flesh in order to reinvent the possible. In this work, the body is neither essence nor substance, but a political assemblage: every body is cyborg, every body is trans.

Keywords: Technopolitics of the body; Pharmacopornography; Contrasexual plasticity; Relational ontology; Cyborg.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 NATUREZA CIBORGUE E CORPOS HÍBRIDOS	16
2.1 Natureza, Tecnociência e Ontologias Relacionais	17
2.2 Corpos Ciborgues, Materialidade Híbrida e Disputa Tecnopolítica.....	37
3 O REGIME FARMACOPORNOGRÁFICO E A CONTEMPORANEIDADE.....	54
3.1 Cartografia Histórica e Tecnopolítica do Regime Farmacopornográfico	55
3.2 A Plasticidade dos Corpos e o Devir-Contrassexual da Natureza.....	80
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS CONSULTADAS	95

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, país que lidera o ranking global de assassinatos de pessoas trans e travestis,¹ assiste a uma intensificação alarmante dos ataques públicos dirigidos a corpos dissidentes – ataques que atingem, inclusive, mulheres cis, o que evidencia que a transmisoginia não se limita às mulheres trans, mas opera como uma lógica ampla de controle e punição de gênero. Por certo, esses episódios evidenciam, então, como tais corpos são materialmente invadidos, violentados, expostos a uma disputa que se dá na carne, na visibilidade e na sensibilidade – uma disputa que escancara as múltiplas vulnerabilidades dos corpos. Nos últimos tempos, notícias como o ataque à deputada Erika Hilton (PSOL-SP),² o aparecimento das novas diretrizes do Conselho Federal de Medicina³ e, ainda, a decisão da Suprema Corte do Reino Unido (que define legalmente a categoria “mulher” com base exclusiva no sexo biológico), reforçam de maneira pública e jurídica uma lógica essencialista que legitima maneiras sistemáticas de exclusão. Efetivamente, esses acontecimentos expõem de forma contundente a violência exercida contra os corpos trans – uma violência que é, ao mesmo tempo, material, simbólica e institucional –, inscrita nas estruturas que regulam quem pode ou não habitar legitimamente a vida social.

Esses eventos não são isolados, mas, sim, sinais de uma disputa ontoepistêmica: a tentativa de impor uma natureza prévia, fixa e imutável ao corpo, negando as experiências corpóreo-sexuais trans e de todos os corpos dissidentes das normas cis-heteronômicas. Trata-se, em última instância, de uma luta pelo direito ao corpo como matéria em processo, ao invés de um dado natural e fechado à transformação.

Ora, é essa disputa sobre o corpo – entre a naturalização jurídica e a plasticidade somática – que funda a problemática desta pesquisa. Nessa perspectiva, partimos da hipótese de que o corpo trans é o sujeito filosófico daquela liminar ontológica,⁴ pois ele vive,

¹ G1, 2025.

² Figura que teve seu gênero alterado para “masculino” em um visto diplomático dos Estados Unidos, desrespeitando frontalmente sua autodefinição.

³ Órgão que aprovou regras para “aperfeiçoar atendimento médico a pessoas com incongruência de gênero”, restringindo, desse modo, o acesso de jovens trans a bloqueadores hormonais e cirurgias antes dos 21 anos – erodindo a autonomia sobre suas próprias vidas e corpos (CFM, 2025).

⁴ Ao afirmarmos que o corpo trans habita “aquela limiar ontológica”, estamos propondo que ele se situa precisamente na fronteira entre ontologias concorrentes: de um lado, a ontologia jurídico-naturalizante, que pretende fixar identidades sexuais e de gênero com base em uma suposta essência biológica; de outro, a ontologia da plasticidade, que reconhece a constituição tecnossocial, mutável e autopoietica dos corpos. O corpo trans, portanto, é compreendido como *sujeito filosófico* não porque representa uma nova universalidade, mas porque encarna, de forma concreta, essa zona de indiscernibilidade e de disputa sobre o que é o corpo, o sexo, o gênero e a própria natureza. Ele não apenas habita o limiar, mas o torna visível, e com isso convoca a filosofia a enfrentar os limites de suas próprias categorias ontológicas.

materialmente, o embate entre o direito à definição de si, à autodesignação do próprio corpo e a imposição de uma natureza que o reduz, o limita e o encerra. Por isso, o corpo sexualizado figura como lugar fundante do pensamento: ele nos força a pensar em ontologias em disputa, em tecnologias de inscrição, em normatividades que atravessam e se cristalizam na carne.

A presente pesquisa inscreve-se no campo das filosofias pós-humanistas e neomaterialistas, articulando-se particularmente com correntes contemporâneas que propõem uma reconfiguração das noções de natureza, corpo e materialidade a partir de uma crítica ao sujeito moderno, ao dualismo cartesiano e às epistemologias centradas exclusivamente na linguagem. Ao invés de operar com categorias fixas e dicotômicas – como natureza/cultura, sexo/gênero ou biológico/social –, esta abordagem compreende o corpo como um artefato tecno-político, cujas materializações são constantemente produzidas, moduladas e performadas por meio de aparatos que envolvem dispositivos discursivos, tecnologias biomoleculares, regimes farmacológicos e imaginários culturais. Nesse sentido, o corpo não é aqui concebido como um dado anterior à significação, mas, sim, como um agente material-discursivo que emerge nas intra-ações – e não interações – entre organismos, máquinas, signos e normas regulatórias.

O presente trabalho, que se articula fundamentalmente a partir das reflexões de Donna Haraway e Paul B. Preciado – servindo-se ainda de algumas interpolações pontuais com outras autoras – adota uma perspectiva que pode ser descrita como um neomaterialismo feminista de orientação realista-agencial. Trata-se de uma análise que busca desestabilizar os binarismos modernos entre natureza e cultura, matéria e linguagem, corpo e tecnologia, deslocando o pensamento da sexualidade para um campo ontopolítico, tecnocientífico e performativo. A partir de uma aposta conceitual no corpo como artefato material-semiótico, esta pesquisa parte da perspectiva de que a matéria não é passiva, mas relacional, histórica e constituída em processos contínuos de materialização – processos que são, ao mesmo tempo, discursivos, técnicos, institucionais e afetivos.

A escolha pelas autoras aqui mobilizadas não é arbitrária, nem se pretende totalizante. Optamos por priorizar o diálogo com pensadoras que operam uma crítica ativa da ontologia moderna, em especial das formas pelas quais o corpo foi concebido como suporte natural de uma verdade essencial do sexo. Donna Haraway, com sua figura do ciborgue e sua crítica à natureza como “fato”, inaugura um pensamento da natureza como construção tecnopolítica. Paul B. Preciado, por sua vez, desloca a sexualidade para o centro da economia somatopolítica contemporânea, propondo uma genealogia das tecnologias de gênero e desejo sob o que denomina regime farmacopornográfico.

Importa esclarecer, desde já, a decisão teórica de partir do corpo já enquanto corpo sexual, e não genericamente enquanto “corporalidade” ou “corporeidade” nos termos frequentemente mobilizados em tradições fenomenológicas ou hermenêuticas.⁵ A escolha por não tratar do corpo “do pescoço para cima” ou “da cintura para baixo”, como por vezes aparece na literatura filosófica,⁶ corresponde a uma crítica à fragmentação teórica que neutraliza ou higieniza a carga política e epistêmica do corpo sexuado. Aqui, o corpo é pensado desde o início como um corpo em disputa, cujas formas de legibilidade, inteligibilidade e inscrição técnica são estruturadas por relações de poder, regimes epistemológicos e tecnologias de gênero, raça, sexualidade e desejo. O corpo aqui é relacional: ele emerge de intra-ações que constituem seus limites, sua visibilidade e suas potências como um artefato semiótico e vivente.

Do mesmo modo, a noção de materialidade mobilizada ao longo do trabalho não se opõe à linguagem como seu outro. O que se busca aqui é uma abordagem pós-representacional da matéria, ou seja, uma concepção segundo a qual a materialidade não está fora do discurso, mas tampouco se reduz a ele. Propomos, assim, pensar a materialização como efeito contingente de práticas ontoepistêmicas, marcadas por cortes, exclusões, repetições, normatizações e resistências. A materialidade, assim, está sempre em disputa: ela não é um dado, mas um processo. Isso significa que pensar a materialidade dos corpos é, simultaneamente, pensar a ontologia como campo político – como o modo pelo qual o ser vem a ser, sob condições historicamente situadas e tecnologicamente mediadas.

Nessa direção, o conceito de performatividade ocupa lugar central na arquitetura do trabalho. Em vez de tomá-lo em sua formulação inicial – vinculada à teoria dos atos de fala de John Austin (1962) e à crítica feminista da identidade, como em Judith Butler (1990),

⁵ As tradições fenomenológicas e hermenêuticas, especialmente a partir de Edmund Husserl, Maurice Merleau-Ponty e Hans-Georg Gadamer, forneceram contribuições fundamentais para o pensamento filosófico sobre o corpo, deslocando-o da condição de mero objeto anatômico para compreendê-lo como vivência situada, horizonte de percepção e estrutura pré-reflexiva da experiência. Merleau-Ponty, em especial, em *Fenomenologia da Percepção* (1945), formula a noção de “corpo próprio” como aquilo que não apenas “tem” experiências, mas que é a própria condição da experiência. No entanto, essas abordagens, ao privilegiarem uma análise da corporalidade em termos universais e existenciais, por vezes negligenciam os marcadores históricos, sociais e técnicos que produzem o corpo como objeto de disputa. Isso pode conduzir a um certo esvaziamento das dimensões políticas do corpo, notadamente aquelas relacionadas ao gênero, à raça e à sexualidade.

⁶ A referência à fragmentação do corpo em “do pescoço para cima” ou “da cintura para baixo” remete à crítica contemporânea – Preciado (2008) – à forma como a filosofia, e especialmente certas tradições racionalistas, cognitivistas ou mesmo metafísicas, trataram o corpo de maneira parcial, reduzindo-o ora à sede da razão e da linguagem – cabeça, cognição, consciência –, ora ao domínio do instinto, da sexualidade ou da animalidade – genitália, vísceras, afeto. Tal cisão, herdada em parte da dicotomia cartesiana entre mente e corpo, reaparece em diferentes registros da tradição ocidental e é reiterada inclusive em abordagens mais recentes, quando a experiência corporal é tematizada de forma dessexualizada, ou como mera exterioridade anatômica. Ao se recusar a tratar o corpo como compartimentado – entre razão e desejo, alma e carne, linguagem e afeto – esta pesquisa assume que o corpo é, desde sempre, sexualizado, atravessado por normatividades e tecnologias que o moldam de maneira histórica e situada.

mobilizamos aqui uma reconfiguração mais radical da performatividade. A performatividade, nesse sentido, não é apenas a repetição estilizada de normas, mas a produção contínua e material de realidades, na qual as fronteiras entre sujeito e objeto, corpo e discurso, técnica e natureza são constantemente reconfiguradas. É essa reconfiguração que buscamos explorar ao longo dos dois capítulos da pesquisa, cujos temas se articulam em torno da crítica à naturalização da diferença sexual e da análise dos modos contemporâneos de governo do corpo e do desejo.

Nosso escopo de investigação se distribui por dois capítulos, sendo que cada um conta com duas seções em seu interior. Para fins propedêuticos, distribuímos nossas reflexões sobre Donna Haraway⁷ e Paul B. Preciado⁸ em cada um desses capítulos, respectivamente, com o fito de conseguirmos realizar nosso percurso com êxito.

No primeiro capítulo, intitulado “Natureza Ciborgue e Corpos Híbridos”, damos maior ênfase ao trabalho de Haraway, para problematizar a dicotomia natureza/cultura e apresentar o corpo ciborgue como forma relacional e tecnopolítica de existência, dialogando com Barad, Malabou, Foucault e Preciado. Esse percurso é distribuído em duas seções. A seção intitulada “Natureza, Tecnociência e Ontologias relacionais”, problematiza concepções essencialistas de natureza a partir da crítica de Donna Haraway. Aborda a tecnociência como campo ontopolítico de produção de realidade e introduz a noção de matéria como relacional e historicamente situada. Por sua vez, a seção cujo título é “Corpos Ciborgues, Materialidade Híbrida e Disputa Tecnopolítica”, explora a figura do ciborgue como metáfora e operador político-filosófico, central na crítica aos dualismos clássicos e à noção de corpo natural. Discute a hibridização entre organismos e tecnologias, destacando a corporeidade como campo de disputa e inscrição técnica.

No segundo capítulo, intitulado “O regime farmacopornográfico e a contemporaneidade”, analisamos o regime específico que materializa o sexual dentro da contemporaneidade capitalista, evidenciando a plasticidade política dos corpos como *locus* de poder e resistência. Na seção de título “Cartografia Histórica e Tecnopolítica do Regime Farmacopornográfico”, traçamos a emergência do regime farmacopornográfico a partir das ruínas da Segunda Guerra Mundial, articulando sua formação às transformações do capitalismo

⁷ Donna J. Haraway é formada em zoologia, literatura e filosofia pela Universidade do Colorado, doutora em biologia pela Universidade de Yale e professora emérita dos Departamentos de História da Consciência e de Estudos Feministas da Universidade da Califórnia em Santa Cruz.

⁸ Designado como Beatriz Preciado no nascimento, Paul B. Preciado é filósofo, curador e um dos principais pensadores das novas políticas do corpo, gênero e sexualidade. É mestre em Filosofia e teoria de gênero na *New School for Social Research* de Nova York e doutor em Filosofia e Teoria da Arquitetura pela Universidade de Princeton.

pós-fordista. Por fim, a seção intitulada “A Plasticidade dos Corpos e o Devir-Contrassexual da natureza”, investiga a plasticidade como categoria ontopolítica que rompe com a fixidez da natureza e abre o corpo à mutação e à reinvenção tecnopolítica.

De maneira sumária, nosso percurso pretende responder à urgência que nos trouxe até aqui: pensar o corpo já enquanto um corpo trans, como situação política, concebendo a sexualidade, a identidade e a materialidade como campos de disputa ontológica, com implicações diretas na existência de sujeitos que desafiam regimes naturalizantes e violentos.

2 NATUREZA CIBORGUE E CORPOS HÍBRIDOS

Que o “bio” possa ser considerado como uma instância complexa e contraditória, oposta a si mesma e que, por um lado, designa o veículo ideológico da soberania moderna, e, por outro, a retém; é algo que parece nunca ter sido pensado (Catherine Malabou, Uma só vida: resistência biológica, resistência política).

Este capítulo tem como objetivo elaborar um deslocamento da concepção tradicional de natureza e de corpo, a partir da crítica tecnofeminista formulada por Donna Haraway. O ponto de partida é a recusa da ideia de uma natureza como substrato pré-discursivo ou origem estável da diferença sexual. Em seu lugar, propõe-se compreender a natureza como um território relacional e tecnocientífico, constituído por práticas materiais e significantes que se entrelaçam em um processo contínuo de inscrição, produção e disputa.

A figura do ciborgue, formulada por Haraway (1991) em *Um manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX*, é central nesse movimento. Longe de representar um símbolo meramente futurista ou distópico, o ciborgue é compreendido aqui como uma figura conceitual que denuncia os dualismos fundadores da metafísica ocidental – natureza/cultura, corpo/mente, orgânico/mecânico, masculino/feminino – e encarna um modo de existência tecnopoliticamente constituído. Ele é, simultaneamente, produto e recusa das tecnologias que o conformam. Seu corpo é híbrido, material, ficcional e insurgente.

De saída, na primeira seção, intitulada como “Natureza, Tecnociência e Ontologias Relacionais”, partimos da crítica aos dualismos para examinar como Haraway rompe com concepções essencialistas de natureza, desestabilizando a cisão natureza/cultura e evidenciando que todo conhecimento é localizado, corporificado e situado. Nessa chave, a natureza não é aquilo que se opõe ao artifício, mas aquilo que é incessantemente produzido no seio da tecnociência. A crítica harawayana é, portanto, uma crítica epistêmica, ontológica e política – pois reconfigura não apenas o que se conhece, mas o que pode ser e como se torna.

Ademais, a segunda seção, cujo título é “Corpos Ciborgues, Materialidade Híbrida e Disputa Tecnopolítica”, aprofunda essa reflexão ao articular a figura do ciborgue ao conceito de corpo híbrido, entendido como um corpo tecnopolítico, constantemente moldado por aparatos materiais e simbólicos. Introduz-se aqui o conceito de tecnobiopolítica, como releitura da biopolítica foucaultiana feita por Haraway, para descrever o modo como os corpos são produzidos no cruzamento entre práticas biomédicas, sistemas de informação, discursos normativos e subjetivações políticas. Desenvolve-se, ainda, a noção de aparato de produção

corporal e de ator material-semiótico, abrindo caminho para uma concepção de matéria como algo ativo, produtivo e intrinsecamente performativo.

2.1 Natureza, Tecnociência e Ontologias Relacionais

Em sua potente introdução ao *Manifesto contrassexual* (2000), Preciado explicita que uma das suas principais pretensões com esta obra é buscar “uma resposta aos dilemas do essencialismo/construtivismo”⁹ que, segundo ele, “paralisaram os discursos da filosofia, da teoria de gênero e da antropologia do século XX”.¹⁰ Ora, é justamente por isso que o esforço que empreendemos neste momento é o de apresentar o solo sob o qual Preciado lança suas sementes e ideias para conseguir alcançar tal pretensão. Um solo que tanto busca romper com concepções essencialistas de natureza e superar dicotomias clássicas do pensamento ocidental quanto revitalizar a matéria, isto é, dar à materialidade, dos corpos e da natureza, sua agência e papel ativo de direito na produção da realidade.

Ao propor uma reconfiguração radical da natureza e de sua inscrição nas epistemologias ocidentais, este capítulo se debruça sobre o modo como a tecnociência – enquanto campo híbrido entre saber, poder e tecnologia – reconfigura os regimes de inteligibilidade do real, exigindo novas ontologias. O eixo articulador desta seção – natureza, tecnociência e ontologias relacionais – serve, assim, como chave de leitura para compreender o deslocamento operado por determinadas correntes feministas que, longe de rejeitarem a materialidade, se insurgem contra sua naturalização e reinscrevem a matéria em redes de relação, agenciamento e performatividade. Neste contexto, a contribuição de Donna Haraway adquire papel fundamental: ao propor a figura do ciborgue como metáfora crítica e produtiva, Haraway (1991) desloca os dualismos fundacionais da modernidade – como natureza/cultura, organismo/máquina, feminino/masculino – e abre caminho para um pensamento pós-humanista que reconhece a constituição tecnopolítica da materialidade.

Essa reconfiguração do natural prepara o solo teórico no qual germina a proposta radical de Paul B. Preciado, cuja análise do regime farmacopornográfico evidencia como os corpos sexuais se constituem por meio de biotecnologias, dispositivos de consumo e sistemas semióticos. Essa proposta opera uma torção no debate feminista ao recusar tanto o essencialismo biológico quanto o construtivismo puramente discursivo, apostando numa tecnopolítica da carne, onde a natureza é ela mesma objeto de produção, ficção e resistência.

⁹ Preciado, 2022, p. 12.

¹⁰ Preciado, 2022, p. 12.

Esta seção, portanto, explora como esses pensamentos desestabilizam os alicerces modernos da ontologia e propõem, em seu lugar, uma ecologia de relações entre corpos, máquinas, saberes e matérias insurgentes.

Essencialismo e construtivismo são duas posições ontológicas que buscam tanto compreender e explicar os fenômenos do mundo quanto dizer do conteúdo desses fenômenos – o que significa dizer que de cada posição dessa teremos uma concepção de materialidade. Trata-se, portanto, de duas possibilidades absolutamente independentes entre si que visam o mesmo fim, a saber, a compreensão da realidade.

O Essencialismo remonta à metafísica clássica, especialmente à filosofia de Aristóteles,¹¹ e afirma que existe uma “essência” – isto é, uma natureza interna, fixa e universal – que define o que algo é. Nas ciências humanas, o essencialismo foi historicamente atrelado a discursos biologizantes e naturalizantes, sustentando, dessa forma, dualismos clássicos como homem/mulher, natureza/cultura, corpo/mente, sexo/gênero. No campo da sexualidade e do gênero, o essencialismo sustenta que existem naturezas “masculinas” e “femininas” dadas biologicamente, ou seja, que o sexo determina naturalmente o gênero, a sexualidade, comportamentos e capacidades psicológicas.

O construtivismo, por sua vez, não se limita a afirmar que os comportamentos humanos são moldados socialmente; ele desloca de modo mais radical os fundamentos a partir dos quais concebemos o próprio real. Sua hipótese central é de que as categorias com as quais organizamos e damos sentido à experiência – como “homem”, “mulher”, “natureza”, “verdade”, entre outras – não existem como essências dadas ou pré-discursivas, mas como efeitos contingentes de práticas histórico-discursivas específicas. Em outras palavras, o construtivismo desafia a ideia de que haveria um núcleo fixo, natural ou originário subjacente às identidades e aos objetos de conhecimento. Em vez disso, essas categorias são vistas como construções histórico-culturais, sujeitas a transformações, disputas e reconfigurações. Tal concepção implica uma crítica profunda às ontologias naturalizantes e essencialistas, ao evidenciar que a própria “realidade” sobre a qual se constrói o saber – inclusive o saber científico – é mediada por relações de poder, linguagem e tecnologia. O construtivismo, nesse sentido, não é apenas uma teoria epistemológica, mas uma intervenção político-filosófica que desestabiliza os modos hegemônicos de produzir o mundo, abrindo espaço para imaginar outros modos de existência, materialidade e subjetivação.

¹¹ Cf. Aristóteles, **Metafísica** vols. I, II, III. 2ª edição. Ensaio introdutório, tradução do texto grego, sumário e comentários de Giovanni Reale. Tradução portuguesa Marcelo Perine. São Paulo. Edições Loyola. 2002.

Temos, assim, duas concepções de materialidade distintas. Do lado do essencialismo uma materialidade substancial, pré-discursiva e universal. Ou seja, possui uma substância imutável que é anterior a qualquer linguagem ou prática cultural e tais atributos valem em qualquer tempo e lugar. Já no do construtivismo temos uma materialidade historicizada como efeito do discurso, isto é, ela é inteligível dentro de condições históricas e sociais específicas, sendo, desse modo, uma matéria que já é resultado de práticas discursivas e normativas.

Ora, o que Preciado busca superar em ambas as concepções é justamente a lógica determinista que delas emergem. Se por um lado o essencialismo já desemboca num determinismo biológico,¹² que afirma a verdade e a fixidez do sexo, por outro, o construtivismo, especialmente aquele que sucumbe à linguagem e ao discurso como únicos campos de produção da realidade, pode desembocar em um determinismo social.¹³ De todo modo, nenhum dos polos, nessa formulação, é suficiente para dar conta da complexidade da realidade, se tratando, assim, de dicotomias falidas que proporcionam uma visão míope dos fenômenos do mundo. A materialidade é, nesse contexto, o lugar onde se joga a tensão entre a naturalização e a historicização.

As contribuições de Haraway e Preciado nesse debate inauguram um paradigma tecnopolítico do corpo, que ultrapassa os limites do debate essencialismo/construtivismo. Com efeito, enquanto o essencialismo naturaliza o sexo e o construtivismo o desnaturaliza via discurso, Preciado e Haraway nos mostram que a “desnaturalização” não se trata mais de um problema discursivo, mas técnico, operando no nível da carne, dos hormônios, dos circuitos digitais e das próteses corporais.

¹² Concepção segundo a qual as características físicas, comportamentais, psicológicas e sociais dos indivíduos derivam diretamente de sua constituição biológica ou genética, levando, portanto, o comportamento humano a ser rigidamente determinado pela biologia.

¹³ Parte da premissa de que o comportamento humano, as identidades e as relações sociais são moldadas prioritariamente pelo contexto histórico, político, econômico e cultural, o que nos leva a pensar a matéria, precisamente a da natureza e a dos corpos, como algo a ser sobrescrito pelos aparatos discursivos.

A teoria feminista contemporânea,¹⁴ em suas diferentes ondas¹⁵ e vertentes, produziu importantes deslocamentos na compreensão da materialidade dos corpos e das relações sociais. Temos, nesse sentido, o feminismo classificado como de segunda onda (1949-1980) que emerge como resposta à limitação dos direitos políticos conquistados pela primeira (final do século XIX e início do XX). Se durante esta o foco da luta feminista estava na conquista de direitos jurídicos e políticos básicos, como o sufrágio feminino e o acesso à educação, aquela, por sua vez, representa um avanço filosófico-político ao levar o feminismo para além do liberalismo jurídico, desafiando ontologias e epistemologias tradicionais, expondo como a categoria sexo é central para a organização da dominação e opressão das mulheres.

As conquistas da segunda fase do feminismo não são poucas e mostram-se dignas de nota presentemente. De fato, um dos grandes marcos dessa segunda fase foi Simone de Beauvoir que, em *O segundo sexo* (1949), discute a condição da mulher e como ela se constitui, no interior das sociedades, como o outro do homem, apresentando, portanto, o gênero como um processo de construção existencial condicionado por normas sociais e culturais.

Com isso, o gênero deixa de ser um dado natural e passa a ser pensado como construção histórica, pois é no seio das relações sociais, sobretudo nas relações entre homens e mulheres, que vai se estabelecer a desigualdade e a diferença sexual.¹⁶ Nesse mesmo horizonte, feministas

¹⁴ O que chamamos aqui de teoria feminista, grosso modo, diz respeito ao campo de elaboração conceitual, crítica e sistemática que emerge de dentro do movimento feminista. O feminismo designa, de forma ampla, o movimento político, social e cultural que busca a superação da opressão de gênero e, de forma mais radical e direta, a abolição do gênero, o que significa uma transformação das estruturas políticas e epistemológicas que subordinam não somente as mulheres, mas todos os corpos dissidentes da normatividade de gênero. Nesse sentido, a teoria feminista é o esforço de analisar, sistematizar, historicizar, desnaturalizar e produzir conhecimento sobre as relações de gênero, seus mecanismos de poder e suas articulações com outras formas de opressão (raça, classe, sexualidade, colonialidade, etc.). É importante ressaltar que tanto a teoria quanto o movimento feminista não são homogêneos, pelo contrário, operam com uma instabilidade e reconfiguração contínua de conceitos que se justifica pelas disputas teóricas e conceituais dentro do próprio campo. Cf. Hollanda, Heloisa Buarque de. **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

¹⁵ A metáfora das “ondas” é utilizada aqui pelo seu potencial didático. No entanto, ressaltamos que essa divisão não dá conta da complexidade e da diversidade das experiências de muitas mulheres e das formas de ser mulher, bem como de movimentos, questões levantas e suas singularidades. Grosso modo, para além de uma leitura ocidental enviesada, o feminismo se espalha pelo mundo como uma gramática de organização das muitas formas de ser mulher e das lutas empreendidas dessas diversas mulheres e, mais tarde, como veremos, de todos os corpos dissidentes do sistema cis-heteropatriarcal.

¹⁶ Aqui, a distinção tradicional que se costuma fazer entre sexo e gênero não nos convém. Embora, nesse momento da teoria feminista, entende-se o sexo como o substrato biológico estável, neutro e pré-discursivo e o gênero como a interpretação, ou tradução, cultural do sexo – o socialmente construído de Beauvoir –, veremos, com Preciado, que aquilo que chamamos de sexo sempre foi gênero, no sentido de se tratar de uma produção dimórfica do corpo que tem sua própria história e possui seu caráter artificial. Quanto ao gênero, este se trata de uma noção que emerge dentro dos discursos biotecnológicos pertencentes à indústria farmacêutica e médica, no final dos anos 1940, especialmente nos protocolos de John Money, que a utiliza enquanto uma ferramenta clínica e de diagnóstico para “tratar” de “bebês intersexuais”. Em termos foucaultianos, o gênero pode ser entendido como um dispositivo biopolítico que opera para *conformar* os corpos dentro de uma ordem visual e biopolítica “preexistente” daquilo que se supõe ser um corpo feminino/masculino. Nesse sentido, o gênero precederia o sexo, na medida que é empreendido para reiterar/reforçar uma natureza primeira.

radicais¹⁷ como Shulamith Firestone aprofundam o debate ao identificar na biologia reprodutiva uma das raízes estruturais da opressão das mulheres. Para Firestone (1970), a libertação exige uma transformação não apenas simbólica ou econômica, mas também tecnológica das formas de reprodução, o que implica em dissociar corpo e reprodução como forma de romper com a dependência imposta pelo regime patriarcal. Essa crítica radical visava não apenas desnaturalizar a opressão das mulheres, mas dismantelar o patriarcado, frequentemente vinculando a opressão de gênero à violência sexual e ao controle sobre os corpos femininos.¹⁸

Ainda que essas abordagens tenham representado avanços fundamentais ao deslocarem o debate para além da esfera jurídica e denunciarem os mecanismos sociais e simbólicos da opressão, muitas vezes conservaram uma noção relativamente estática do sexo biológico, tomado como base pré-discursiva sobre a qual se ergueria o gênero. Como observa Haraway, esse limite reside na dificuldade de “historicizar o sexo em si mesmo”,¹⁹ o que impede a superação mais radical do binarismo sexual. É nesse ponto que o feminismo materialista, em especial através de Monique Wittig (1992), propõe uma virada significativa: ao recusar a diferença sexual como natural, Wittig denuncia o sistema sexo/gênero²⁰ como uma construção

¹⁷ O feminismo de segunda onda não foi um movimento homogêneo; dividiu-se em diferentes vertentes, como, por exemplo, o feminismo liberal, o radical e o feminismo marxista/socialista. Grosso modo, o feminismo liberal da segunda onda é uma continuidade da tradição sufragista, mas com uma ênfase maior na igualdade jurídica, educacional e econômica. Defende a integração das mulheres nas esferas públicas e profissionais sob os mesmos direitos que os homens, sem questionar necessariamente a estrutura capitalista ou as bases da sociedade. Já o feminismo radical foi uma das vertentes mais influentes da segunda onda, propondo que o patriarcado é um sistema autônomo de dominação, anterior e mais fundamental do que o capitalismo. Diferente do feminismo liberal, que busca mudanças dentro do sistema, o feminismo radical argumenta que a opressão das mulheres é estrutural e exige transformações profundas na sociedade.

¹⁸ O feminismo radical nos dias atuais é, de certa forma, visto com maus olhos devido a emergência nos últimos anos, inclusive no Brasil, da onda TERF (*Trans Exclusionary Radical Feminists*, ou Feministas Radicais Trans-excludentes), cuja característica principal é disfarçar transfobia com feminismo radical. Diferentemente do feminismo radical original, que buscava a superação do gênero, as TERF passam a fixá-lo no sexo biológico, num apelo biologizante e determinista – o gênero é uma construção e somente o sexo biológico é o que torna alguém “homem” ou “mulher”. O TERFismo se tornou um movimento político organizado, frequentemente aliado a setores da extrema direita contra direitos de pessoas trans. Temos ainda, como tentativa de higienizar o discurso TERF, as chamadas *Gender Critical*, ou Críticas de gênero, como o próprio grupo prefere se nomear, buscando legitimação social e acadêmica para seus discursos. Outro termo nessa leva é o “RadFem”, que são feministas radicais que se alinham majoritariamente ao discurso das Críticas de gênero. Para mais sobre esse assunto Cf. Silva, Marcele de Moraes. **Transfobia no feminismo radical de segunda onda? Uma análise dos seus pressupostos materialistas**. 2022. 108 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

¹⁹ Haraway, 2023.

²⁰ O sistema de sexo/gênero é formulado por Gayle Rubin em seu célebre ensaio *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo* (1975). Tal formulação parte de uma tentativa crítica de responder uma questão fundamental: como se produz e reproduz a opressão das mulheres em diferentes sociedades? Rubin propõe então, para responder essa questão, olhar não somente para a organização econômica, nem apenas para fatores biológicos. Se faz necessário construir um aparato teórico que explicasse a articulação entre natureza e cultura, corpo e sistema social. Nesse sentido, emerge o sistema de sexo/gênero para nomear o conjunto de dispositivos pelos quais a sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e pelos quais essas necessidades sexuais humanas são satisfeitas de forma socialmente organizada. Dito de outro modo, não há um dado natural chamado “sexo” que determina como as pessoas vivem suas vidas. Há um sistema social que interpreta as

social e econômica que fabrica corpos e identidades conforme uma lógica de dominação. A materialidade, para ela, não é um dado bruto da natureza, mas o efeito de práticas históricas, sociais e políticas que naturalizam a desigualdade.

De nossa parte, importa destacar que, ainda que o feminismo materialista tenha reconfigurado de modo decisivo a compreensão da materialidade, ao enfatizar sua constituição social e histórica, novas perspectivas feministas passaram a questionar também a própria separação entre sujeito e objeto, natureza e cultura, matéria e discurso. É no seio dessas críticas que surgem as propostas de Donna Haraway, as quais levarão a uma reformulação ainda mais radical da ontologia feminista.

Diante dessas disputas e reconfigurações internas no feminismo, é fundamental precisar a noção de materialidade que norteia nossa pesquisa. A concepção de materialidade que buscamos trazer, ou, melhor dizendo, construir, pretende compreender a complexidade de sentido e de leitura da natureza e do humano. Isto é, expandir a rede de relações e de dependências – tanto teóricas e conceituais quanto práticas – para que se possa ter um maior entendimento daquilo que chamamos de natureza e de humano sem cair num determinismo biológico, tampouco num determinismo social. A noção de materialidade que nos interessa, portanto, é concebida em um sentido ampliado, para além da oposição entre corpo biológico e relações sociais.

Em consonância com as propostas de Haraway, a materialidade não é entendida como um substrato natural dado e passivo nem como uma realidade puramente discursiva – ela é o produto de agenciamentos dinâmicos entre corpos, tecnologias, práticas discursivas e forças sociopolíticas. Trata-se de uma materialidade ativa, performativa, tecnocientífica e situada, cuja constituição envolve tanto processos materiais quanto regimes de significação. Assim, o corpo, a natureza e as relações sociais são compreendidas como materializações históricas, contingentes e politicamente contestáveis – e não como essências fixas ou puras representações.

Na antologia intitulada *Material Feminisms* (2008), organizada por Stacy Alaimo e Susan Hekman, mais precisamente na introdução feita por ambas: *Modelos emergentes de materialidade na Teoria Feminista*,²¹ encontramos uma tentativa valiosa das autoras de “trazer a matéria, precisamente a materialidade do corpo humano e do mundo natural, para o primeiro plano da teoria e prática feminista”.²² Essa tentativa se justifica pelo fato de que a materialidade

diferenças corporais, atribui significados sociais a essas diferenças e organiza práticas de parentesco, reprodução e sexualidade de modo a regular essas categorias.

²¹ No original: *Emerging Models of Materiality in Feminist Theory* (2008).

²² Alaimo; Hekman, 2008, p. 01. Tradução nossa. No original: “[...] to bring the material, specifically the materiality of the human body and the natural world, into the forefront of feminist theory and practice”.

é tratada, quando levada à sério, sempre de maneira secundária em relação aos impulsos discursivos, linguísticos e culturais que caracterizam certos modelos de construtivismo social dentro das teorias e práticas feministas.

No mesmo horizonte, Haraway (1991) também questiona esse posicionamento ao tratar da agência dos objetos do conhecimento científico, afirmando que há “uma ‘redução’ radical dos objetos da física ou de quaisquer outras ciências à efemeridade da produção discursiva e da construção social”.²³

Segundo Alaimo e Hekman, a teoria feminista entrou nesse impasse devido a virada linguística²⁴ dentro do próprio pensamento feminista.²⁵ Essa mudança trouxe uma das transformações mais profundas e significativas do pensamento feminista contemporâneo, especialmente nas suas abordagens pós-estruturalistas e pós-modernas, ao fornecer ferramentas críticas para desestabilizar categorias essencializadas como “mulher”, “sexo” e “natureza”. As vertentes herdeiras²⁶ desse movimento foram responsáveis por elaborar análises rigorosas e complexas articulações entre poder, conhecimento, subjetividade e linguagem, de modo a evidenciar as normativas sociais constitutivas dos nossos regimes epistemológicos, situados sócio-historicamente, que naturalizam certos fatores da vida e moldam nossa compreensão acerca daquilo que consideramos “real”, “natural” e “material”. Judith Butler (1990), por exemplo, utiliza esse enquadramento para mostrar como o gênero é uma construção performativa, sustentada por normas linguísticas e sociais.

O que se observa nessa movimentação é tanto uma subestimação da materialidade corporal, uma espécie de “linguisticismo” excessivo que obscurece as condições materiais que afetam os corpos, quanto um posicionamento desta num domínio totalmente alheio ao discurso, a linguagem e a cultura. Tal separação acarreta num centramento quase totalizante sobre o linguístico, o textual e o discursivo.²⁷ Nesse sentido “a linguagem importa. O discurso importa. A cultura importa. Há um sentido decisivo no qual a única coisa que parece não importar mais é a matéria”.²⁸

²³ Haraway, 2023, p. 345.

²⁴ A virada linguística (ou *linguistic turn*) designa um movimento intelectual que se consolidou ao longo do século XX, especialmente a partir da filosofia analítica e do estruturalismo, e que colocou a linguagem no centro das investigações filosóficas, epistemológicas e políticas. Em vez de buscar acesso direto à realidade ou à essência dos fenômenos, pensadores da virada linguística passaram a compreender que o conhecimento e a experiência são mediados pelas estruturas linguísticas e simbólicas. Para maior aprofundamento sobre Cf. Rorty, Richard. **The Linguistic turn: essays in philosophical method**. London: The University of Chicago Press, 1967.

²⁵ Alaimo; Hekman, 2008.

²⁶ Tendo autoras como Joan Scott (1986), Judith Butler (1990) e Eve Kosofsky Sedgwick (1990).

²⁷ Alaimo; Hekman, 2008.

²⁸ Barad, 2017, p. 08.

O recuo acerca da materialidade, posicionamentos que reiteram esta, o corpo e a natureza como produtos discursivos – ainda que busquem, de alguma forma, desnaturalizar, desessencializar e escrutinar os meios de produção e reprodução dessas categorias – trazem grandes e preocupantes consequências para a teoria e prática feministas, pois “ao focar exclusivamente sobre as representações, a ideologia e o discurso não se consideram a experiência vivida, a prática corporal e a substância material”.²⁹ Além disso, piorando ainda mais o cenário, “torna-se quase impossível para o feminismo se envolver com a medicina ou com a ciência de maneiras inovadoras, produtivas e afirmativas – o único caminho disponível é o desgastado caminho da crítica”.³⁰ Em outras palavras, ao se fixar exclusivamente na crítica ideológica e discursiva das ciências e das tecnologias, a teoria feminista acaba se distanciando da possibilidade de engajamento construtivo e transformador com esses campos. Esse repetido gesto de denúncia, ainda que necessário, pode se tornar “desgastado” na medida em que não oferece ferramentas propositivas, colaborativas ou reconstrutivas para pensar novos modos de produção de conhecimento e de materialidade.

A crítica feminista ao essencialismo e ao determinismo biológico tem desempenhado um papel fundamental na desestabilização das narrativas naturalizantes. No entanto, essa mesma crítica corre o risco de trair a si mesma quando, para evitar a reificação da natureza, acaba por esvaziá-la completamente de sentido – realizando uma espécie de “sobrevoo” sobre ela. Esta operação, embora possa ser útil como estratégia de ação política em certos momentos, pode resultar numa forma de ignorância ou desinteresse pelo campo do natural.³¹ O que significa dizer que “quanto mais as teorias feministas se distanciam da ‘natureza’, mais a própria ‘natureza’ é implícita ou explicitamente reconfirmada como a areia movediça da misoginia”.³² Ou, tomando o fôlego de Haraway, ao se tornarem antinaturais – no sentido de não reivindicarem a disputa pelo campo da natureza –, as feministas desafiam a atribuição tradicional da “mulher” ao estatuto natural de um modo que deixam as ciências da vida imaculadas pelos imperativos feministas.³³

²⁹ Alaimo; Hekman, 2008, p. 04. Tradução nossa. No original: “Focusing exclusively on representations, ideology, and discourse excludes lived experience, corporeal practice, and biological substance from consideration”.

³⁰ Alaimo; Hekman, 2008, p. 04. Tradução nossa. No original: “It makes it nearly impossible for feminism to engage with medicine or Science in innovative, productive, or affirmative ways – the only path available is the well-worn path of critique”.

³¹ O que estamos chamando de natural aqui é aquilo que diz respeito à ordem dos discursos das ciências naturais e da vida – a biologia, a física etc.

³² Alaimo; Hekman, 2008, p. 04. Tradução nossa. No original: “[...] the more feminist theories distance themselves from ‘nature’, the more that very ‘nature’ is implicitly or explicitly reconfirmed as the treacherous quicksand of misogyny”.

³³ Haraway, 2023.

Não é à toa que Donna Haraway aparece nesse cenário de retomada crítica da matéria, visto que é justamente os estudos feministas da ciência – geralmente vinculados aos *Science Studies* –³⁴ um dos campos de maior descontentamento dentro do feminismo no que diz respeito a esse debate. As críticas feministas inseridas nesse plano se dedicam, inicialmente, ao androcentrismo científico – isto é, “as construções, as perspectivas e as epistemologias masculinas que estruturam a prática científica” –,³⁵ bem como buscam teorizar uma nova compreensão de objetividade na ciência. A necessidade de se (re)apropriar das práticas, ferramentas e metodologias científicas – sobretudo das ciências naturais – revela-se urgente pois a “natureza” acaba sempre sendo, em última instância, o refúgio incontestável que legitima e justifica regimes de opressão e dominação.³⁶ Desse modo, o trabalho de reavaliar, reconceituar, reinventar, ou até mesmo destruir essas epistemologias – e suas consequentes ontologias – não é meramente técnico ou metodológico, mas político.

Ora, é com base nesse cenário que ao longo dos capítulos-ensaios de *A Reinvenção da natureza: símios, ciborgues e mulheres* (1991), Haraway elabora sua crítica à concepção moderna de natureza³⁷ por meio de uma estratégia teórica que é, ao mesmo tempo, rigorosa e criativa: ao invés de combater os discursos científicos de fora, “sobrevoadando a natureza”, ela os habita criticamente. É desse modo que a sociologia animal, mais precisamente a primatologia, emerge como um terreno fecundo de críticas que a leva a desestabilizar tanto a epistemologia das ciências naturais quanto as ontologias herdadas da modernidade.

No capítulo *Sociologia animal e uma economia política do corpo político: uma fisiologia política da dominação*, Haraway realiza uma operação crítica singular ao analisar a primatologia não como uma ciência descritiva dos primatas, mas como um terreno onde se delineiam os contornos daquilo que ela chama de uma “fisiologia política da dominação” – “ou

³⁴ O termo em inglês se torna mais exato na medida em que a tradução pode cair numa espécie de generalização, visto que os *Science Studies* constituem um campo amplo e interdisciplinar que busca compreender a ciência e a tecnologia como práticas sociais, históricas, culturais, políticas e epistemológicas, em resposta a leituras que tratam a ciência como uma atividade puramente objetiva, racional e desvinculada das dinâmicas sociais historicamente situadas.

³⁵ Alaimo; Hekman, 2008, p. 5. Tradução nossa. No original: “The masculine constructions, perspectives, and epistemologies that structure scientific practice”.

³⁶ Nesse aspecto podemos citar, por exemplo, Wittig (2022, p. 42): “Em nosso corpo e em nossa mente, fomos obrigadas a corresponder [...] à ideia de natureza estabelecida para nós. Fomos desvirtuadas a tal ponto que [...] no fim, a opressão parece consequência dessa ‘natureza’ em nós mesmas”.

³⁷ A concepção moderna de natureza, criticada por Haraway, está ancorada em uma ontologia dualista que separa radicalmente natureza e cultura, sujeito e objeto, humano e não-humano. Essa visão, herdada do racionalismo cartesiano e consolidada com o cientificismo moderno, postula a natureza como um domínio estático, passivo e anterior à intervenção humana – um dado universal, regido por leis imutáveis e objetivamente acessível pela ciência. Essa concepção sustenta uma epistemologia representacionista, na qual conhecimento científico é visto como espelho fiel de uma realidade natural externa e independente do observador.

a redução tradicional do corpo político a pontos de partida fisiológicos”.³⁸ Com essa expressão a autora sintetiza sua crítica às formas pelas quais as ciências naturais, especialmente a primatologia, são mobilizadas para sustentar sistemas de dominação de gênero, raça e espécie. Ou ainda, nas palavras de Zuccolin: “Haraway pretende ressaltar nestes campos de pesquisas [...] uma produção científica implicada com o sistema capitalista e a reprodução de padrões humanos hegemônicos”.³⁹

A fisiologia aqui não é uma simples descrição do funcionamento biológico, mas uma arena simbólica onde se constroem e naturalizam relações de poder. Ela codifica relações de dominação – como o patriarcado, o racismo e o especismo – dentro de categorias biológicas, apresentando-as como naturais, universais e inevitáveis. Assim, legitima essas relações por meio de narrativas científicas que atribuem comportamentos “dominantes” ou “submissos” a machos e fêmeas, a espécies humanas e não-humanas, a grupos raciais e culturais; e desloca a agência política e histórica para a biologia, apagando os processos contingentes e históricos de construção dessas desigualdades.

O funcionalismo, enquanto paradigma teórico nas ciências biológicas e sociais durante o século XX, tem um papel crucial nesse processo.⁴⁰ Trata-se de uma abordagem que entende que os traços, comportamentos e instituições existem porque cumprem uma função adaptativa ou funcional dentro de um sistema maior – biológico ou social. “As disciplinas funcionalistas subjazem a fortes ideologias de controle social e técnicas de gerenciamento médico, educacional e industrial”.⁴¹ Na primatologia, por exemplo, a leitura funcionalista da dimorfia sexual e dos comportamentos de dominação/submissão nos primatas, presume que tais padrões

³⁸ Haraway, 2023, p. 14

³⁹ Zuccolin, 2018, p. 50.

⁴⁰ Embora suas raízes estejam presentes em diversas tradições filosóficas e científicas anteriores – como no pensamento organicista do século XIX – o funcionalismo ganha consistência e legitimidade sobretudo a partir de seu desenvolvimento em dois campos principais: a antropologia sociológica e as ciências biológicas evolucionistas. No campo da antropologia e sociologia, o funcionalismo está fortemente associado a autores como Émile Durkheim e Bronisław Malinowski, que compreendiam as instituições sociais como elementos que contribuem para a manutenção da ordem, da coesão e da estabilidade de um determinado sistema social. Em *As regras do método sociológico* (1895), Durkheim estabelece que os fatos sociais devem ser explicados em termos de sua função para o todo, ou seja, para a sociedade como um organismo que busca equilíbrio. Já Malinowski, em *Os argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), propõe uma etnografia funcionalista que interpreta os costumes, rituais e crenças das culturas estudadas como respostas às necessidades biológicas e sociais dos indivíduos coletivos. Em sua visão, a cultura funciona como um aparato integrado que serve para satisfazer funções específicas. Nas ciências biológicas, o funcionalismo assume uma forma correlata, especialmente a partir da teoria da evolução por seleção natural de Charles Darwin (1859), mas ganha contornos próprios com a chamada biologia funcional. Nessa perspectiva, estruturas anatômicas, comportamentos e padrões reprodutivos são compreendidos com base em sua utilidade adaptativa. Autores como Edward O. Wilson, fundador da sociobiologia, ampliam essa abordagem ao argumentar que comportamentos humanos, inclusive papéis de gênero, podem ser explicados com base em sua função adaptativa herdada biologicamente.

⁴¹ Haraway, 2023, p. 26

são mantidos ao longo da evolução por promoverem a sobrevivência da espécie, garantindo coesão social e sucesso reprodutivo.

Em suma, a noção de “fisiologia política da dominação” revela como a ciência, esse saber supostamente “neutro” e “objetivo”, está profundamente implicado na produção e na legitimação de sistemas de opressão. O recurso ao funcionalismo, longe de ser apenas uma ferramenta analítica, é aqui um operador ideológico poderoso que mascara relações de poder como mecanismos naturais. Não sendo um paradigma neutro, ao privilegiar a função como justificativa da existência e persistência de uma prática, comportamento ou estrutura, ele frequentemente naturaliza desigualdades e hierarquias, convertendo o que é contingente e histórico em necessário e biológico. Nesta lógica, se as ciências naturais tanto constroem a categoria “natureza” quanto definem “o lugar do ser humano na natureza e na história”⁴² e, ainda, fornecem “os instrumentos de dominação do corpo e da comunidade”,⁴³ temos então uma concepção de natureza enquanto um organismo funcional – ou um funcionalismo orgânico.

Esse tipo de abordagem será também criticado por Paul B. Preciado (2008), ao mostrar como os discursos científicos, médicos e legais funcionalizam a sexualidade e a identidade de gênero, reduzindo-as a expressões de um suposto dado biológico cuja função seria manter a ordem social e o modelo reprodutivo heteronormativo. Contra essa lógica funcionalizante, Preciado propõe um deslocamento epistemológico e político que desfaz as pretensas funções “naturais” do corpo e do sexo, reconfigurando-os como territórios técnicos, farmacológicos e pornográficos em disputa. Assim, o funcionalismo, longe de ser apenas um modelo explicativo, pode ser entendido como uma episteme moderna que estrutura modos de conhecer e governar, naturalizando a ordem vigente sob a aparência de adaptação e necessidade evolutiva. A crítica a esse paradigma é, portanto, também uma crítica política, ontológica e epistemológica, que desafia as formas normativas de pensar a vida, o corpo e a diferença.

É importante ressaltar que a escolha da primatologia como foco de análise não é por acaso. Haraway observa que esse campo de produção científica esteve, historicamente, implicado diretamente nas narrativas fundacionais da origem da cultura, da natureza humana, da diferença sexual, da divisão sexual do trabalho, da agressividade masculina, do cuidado materno etc. Os primatas, portanto, não são apenas objetos de estudo científicos – eles ocupam uma posição única como “outros significativos” dos humanos. “As sociedades animais têm sido extensivamente empregadas na racionalização e naturalização das ordens opressoras de

⁴² Haraway, 2023, p. 75.

⁴³ Haraway, 2023, p. 75.

dominação no corpo político humano”⁴⁴ e, ainda, “[...] como objetos naturais desobscurecidos pela cultura, eles seriam capazes de demonstrar mais abertamente a base orgânica em relação à qual a cultura emergiu”.⁴⁵ É na primatologia – pela proximidade evolutiva entre primatas e humanos – que se localiza um dos grandes laboratórios simbólicos e materiais da modernidade para pensar o humano, o animal, o sexo, a raça, a técnica e a civilização. Nesse sentido, a figura do primata opera como um espelho distorcido, retroativo, onde projetamos e investigamos o que é “natural” em nós mesmos – nossa sexualidade, agressividade, cuidado parental, organização social, instintos, moralidades. Dito de outro modo, projetamos constantemente um ideal de comportamento humano desejado.

Assim, Haraway propõe uma leitura da primatologia como parte de um projeto muito mais amplo: tanto como uma poderosa base que sustenta a divisão entre natureza e cultura – e que, por sua vez, também sustenta a objetificação e exploração da “natureza” pela cultura – quanto o entrelaçamento entre o fisiológico e o político, isto é, a constituição de uma economia política do corpo no interior das ciências naturais. Esse entrelaçamento é central para compreender como as representações dos primatas foram mobilizadas para naturalizar hierarquias de sexo, raça e espécie. A primatologia, nesse sentido, não apenas descreve o mundo natural, mas o produz politicamente, criando ficções científicas que têm consequências materiais e simbólicas para a constituição, legitimação e estabilização de subjetividades, políticas sexuais e regimes de verdade.

Não por acaso o trabalho de cientistas mulheres⁴⁶ dentro do campo de estudos dos primatas ganha notoriedade na obra de Haraway, visto que estas desempenharam uma transformação das práticas e dos discursos da primatologia ao longo do século XX. Essas pesquisadoras desafiam o paradigma masculino dominante ao introduzirem novos métodos de observação – como o acompanhamento prolongado em campo –, novas linguagens – mais afetivas, relacionais – e novas interpretações do comportamento animal. Ainda que Haraway não as idealize – pois reconhece que muitas de suas contribuições, embora significativas, não estão fora das redes de poder, e frequentemente envolvem tensões, ambivalências e contradições –, reitera que o ingresso dessas mulheres no campo marca uma inflexão importante, pois traz à tona as dimensões de gênero dentro da própria prática científica, e torna

⁴⁴ Haraway, 2023, p. 18-19.

⁴⁵ Haraway, 2023, p. 24.

⁴⁶ Nomes como Adrienne Zihlman e Nancy Tanner, que tecem críticas à tese da caça – tese segundo a qual as consequências da adaptação da caça, tais como o desenvolvimento de novos modos de cooperação e o compartilhamento de alimentos, foram um dos principais motores para iniciar o modo de vida humano. Essas críticas se dirigem ao fato de que tal tese ignorou em grande parte a atividade social e o comportamento de um dos sexos – as fêmeas, e, por isso, é deficiente dentro dos critérios do funcionalismo evolutivo.

possível interrogar os modos pelos quais a ciência é feita, por quem, e com quais implicações. Essa razão se conecta à crítica mais ampla de Haraway à ideia de uma ciência objetiva e universal: ao mostrar como a primatologia foi transformada por presenças encarnadas, situadas e marcadas pelo gênero, ela afirma uma epistemologia feminista que valoriza o posicionamento, a parcialidade e a responsabilidade na produção do conhecimento.⁴⁷

Com isso, podemos ver na primatologia um terreno que não somente visa resgatar uma natureza preexistente, anterior a cultura e que serve de fundamentação a uma economia natural do corpo político, mas que também se inscreve, ele mesmo, dentro da história do desenvolvimento tecnocientífico, onde se assentará uma série de transformações que nos conduzirá a passagem do símio ao ciborgue.

Em *A empreitada biológica: sexo, mente e lucro da engenharia humana à sociobiologia*, terceiro capítulo de sua já referida obra *A reinvenção da natureza*, Haraway realiza uma análise da virada paradigmática que ocorre na biologia ao longo do século XX, especialmente no contexto da ascensão da biologia molecular, da cibernética e da sociobiologia. “A biologia transformou-se de uma ciência centrada no organismo, compreendida em termos funcionalistas, em uma ciência que estuda dispositivos automatizados, compreendidos em termos cibernéticos”.⁴⁸ O que temos em jogo aqui não é apenas uma transformação dos conteúdos da biologia, mas uma reformulação radical da própria concepção de “natureza”, que deixa de ser um organismo funcional para se tornar um sistema informacional cibernético.⁴⁹ Dito de outro modo, trata-se de um conjunto de códigos, sinais, comandos e fluxos de informação. Ou ainda, nas palavras de Zuccolin, “a biologia moderna e a ciência da comunicação operam de acordo com um problema de codificação, em que organismos biológicos tornaram-se artefatos de comunicação”.⁵⁰ O organismo se reconfigura como uma máquina comunicacional e cibernética, cujo funcionamento depende de circuitos de retroalimentação (*feedback*), comandos, sinais e códigos genéticos.

O código genético, ou seja, a sequência de nucleotídeos (Adenina, Timina, Citosina e Guanina) no DNA, segundo a biologia molecular clássica, determina a constituição dos organismos vivos. Essa concepção implica que o corpo é “programado” biologicamente, e que o sexo, a identidade e o comportamento possuem uma base genética imutável. Segundo essa lógica, o nascimento com cromossomos XX e XY determina de forma direta e inevitável uma

⁴⁷ Haraway, 2023.

⁴⁸ Haraway, 2023, p. 77

⁴⁹ Cf. Wiener, Norbert. **Cybernetic**: or control and communication in the animal and the machine. Cambridge: The MIT Press, 2019.

⁵⁰ Zuccolin, 2018, p. 53-54.

identidade de gênero “feminina” ou “masculina”. O sexo, então, é um efeito do código genético – um destino, não uma construção.

Nesse novo paradigma, a vida não é mais entendida como uma autoconstrução exclusivamente orgânica, mas como fluxo de informação e energia. E é nesse contexto que os genes passam a ser interpretados como unidades fundamentais de codificação e transmissão de informação. O “objeto numenal é o gene – chamado por Richard Dawkins de ‘replicador’”.⁵¹ Como sintetiza Haraway, ao comentar a virada informacional da biologia, “corpos e sociedades são somente as estratégias dos replicadores para maximizar seu próprio lucro reprodutivo”.⁵² Os genes, as sequências de DNA, portanto, são concebidos como códigos, isto é, sequências de informação genética capazes de serem lidas, copiadas, transmitidas e programadas. A materialidade do corpo é subsumida a seu código genético: o DNA torna-se o banco de dados da vida, o sexo, enquanto reprodução, é reconceituado como lucro genético – replicação de informação genética – e os processos biológicos são reduzidos à lógica de *input/output* – entrada de informação, processamento, resposta.

Lima nos fornece uma ótima síntese a respeito disso ao afirmar que “o que se transmite, de geração em geração, são ‘instruções’ – codificadas no ‘programa genético’ – que especificam as estruturas moleculares. O organismo torna-se assim a realização de um programa prescrito pela hereditariedade”.⁵³ Acrescentando ainda que “dessa operação também decorre a disseminação de noções, tais como ‘doenças genéticas programadas’, ‘genes defeituosos’ tidos como ‘erros’, ‘falhas’ na programação”.⁵⁴ Temos que, então, a natureza passa a ser concebida como uma infraestrutura informacional codificável, e o corpo vivo, como uma máquina de processamento informacional, ambas sujeitas a otimizações, diagnósticos e correções técnicas – como nos casos de “doenças genéticas”, “genes defeituosos” ou “falhas na programação”.

Essa abordagem culmina na sociobiologia, especialmente com autores como Edward O. Wilson, que interpretam os comportamentos sociais – por ex.: agressividade, altruísmo, sexualidade – como expressões diretas de programas genéticos.⁵⁵ Ou seja, não apenas a fisiologia, mas também a cultura e a moral seriam, em última instância, decodificáveis em termos genéticos – um movimento que Haraway critica profundamente, pois reduz a complexidade histórica, cultural e política da vida social a algoritmos biológicos e determinismos moleculares.

⁵¹ Haraway, 2023, p. 104.

⁵² Haraway, 2023, p. 104.

⁵³ Lima, 2004, p. 101.

⁵⁴ Lima, 2004, p. 101.

⁵⁵ Haraway, 2023.

Os ecos desse novo paradigma ressoam intensamente na obra de Preciado. A concepção informacional da vida, longe de ser apenas uma mutação epistêmica no interior das ciências da natureza, é, para Preciado, o fundamento de um novo regime político-sexual: o regime farmacopornográfico.⁵⁶ Se Haraway denuncia o modo como a tecnociência⁵⁷ ocidental transforma corpos em superfícies de inscrição e controle, determinados pelo código genético, Preciado desestabiliza esse determinismo ao mostrar como esses corpos são atravessados por outras formas de codificações: farmacológicas, pornográficas, biomédicas, jurídicas e tecnológicas.

No *Manifesto Contrassexual*, ao afirmar que “somos entidades vivas midiáticas e biotecnológicas”,⁵⁸ Preciado aprofunda o diagnóstico harawayano – o que significa dizer que o que está em questão hoje não é apenas uma disputa entre “natureza” e “construção”, mas a constatação de que a própria natureza foi tecnologicamente hackeada. A linguagem do código – inaugurada na biologia molecular – é apropriada e subvertida: a tarefa política contemporânea, para Preciado, passa a ser a de “produzir um curto-circuito no código, a fim de inventar novos órgãos e funções sexuais”.⁵⁹ Dessa forma, a crítica de Haraway à biologização da vida encontra em Preciado um desdobramento radical: o corpo não apenas é tecnocodificado, ele pode ser reprogramado. A matriz harawayana fornece, desse modo, o terreno para que Preciado possa pensar a contrassexualidade como um gesto de sabotagem do código genético, como forma de escancarar outras formas de “programação” corporal que escapam ao determinismo do DNA.

⁵⁶ Esse conceito será melhor desenvolvido no capítulo dois desta pesquisa. No entanto, para fins de uma primeira aproximação, podemos entendê-lo como um regime inserido dentro do capitalismo pós-industrial que se caracteriza não somente pela mudança econômica, mas também pela maneira anatomopolítica de produção e controle da subjetividade e dos corpos por meio de processos biomoleculares (fármaco) e semiótico-técnicos (pornográfico).

⁵⁷ O conceito de tecnociência é amplamente utilizado para designar o contexto social e tecnológico da ciência, reconhecendo não somente a historicização do conhecimento científico, mas também sua manutenção por aparatos não-humanos. Refere-se, grosso modo, à integração da ciência e da tecnologia, com foco na pesquisa científica aplicada para o desenvolvimento tecnológico, destacando a colaboração entre cientistas, engenheiros e outras disciplinas para produzir novos produtos, processos e serviços. A tecnociência, dessa forma, transforma o conhecimento científico em aplicações práticas, impulsionando avanços em diversas áreas, como medicina, engenharia e comunicação. A sua principal característica é a íntima ligação entre o conhecimento teórico e a sua aplicação prática, com impacto significativo na sociedade. No horizonte teórico de Donna Haraway e Paul B. Preciado, tecnociência designa a inseparabilidade entre práticas científicas e tecnológicas, compreendidas como regimes de produção de realidades corporais, políticas e epistêmicas. Haraway (1991) propõe o termo como uma crítica à neutralidade da ciência moderna, revelando seu enraizamento em redes de poder, gênero, raça, espécie – que são já compreendidas como tecnologias – e tecnologia que configuram mundos e subjetividades. Para Preciado (2008), a tecnociência compõe o regime farmacopornográfico, no qual dispositivos semióticos e farmacológicos – fármacos, próteses, hormônios, mídias – operam a fabricação da verdade dos corpos e das sexualidades. Em ambos os casos, a tecnociência não é apenas um meio, mas uma matriz ontoepistemológica que agencia modos de viver, saber e existir.

⁵⁸ Preciado, 2022, p. 24.

⁵⁹ Preciado, 2022, p. 24.

Nesse interim, a compreensão da “natureza” como sendo historicamente produzida por regimes epistemológicos e tecnológicos – não se tratando, portanto, de um dado fixo pré-discursivo – serve de base para dois pontos fulcrais do pensamento harawayano: os conhecimentos situados e a natureza ciborgue.

Ao invés de tomar a ciência como espelho da realidade, Haraway propõe compreendê-la como uma prática situada em contextos históricos e sociais determinados, mediada por instrumentos, incorporada e não inocente.⁶⁰ É visando elaborar uma nova objetividade na ciência,⁶¹ que atenda às necessidades feministas, que a nossa autora, em seu célebre texto, nono capítulo da obra supracitada, *Conhecimentos situados: a questão da ciência no feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*, nos apresenta a noção de “conhecimentos situados”.

A proposta de objetividade das ciências naturais – bem como todo corpo epistemológico (re)conhecido como científico – é aquela em que deve haver distância entre o pesquisador e o objeto de pesquisa. Essa distância é assegurada por um sistema sensorial que é utilizado para dar um salto para fora do corpo marcado, que busca conquistar o mundo a partir de lugar nenhum⁶² e, por isso mesmo, pretende-se neutro e universal: a visão. A visão, nesse sentido, é o oposto do tato. Ambos possuem uma assimetria epistemológica radical, pois enquanto o tato é cego ao tocar, a visão toca, com o olhar, sem se contaminar pelo corpo, pelo singular.⁶³ Ou seja, “os olhos têm sido usados para significar uma capacidade perversa [...] de distanciar o sujeito cognoscente de tudo e de todos, no interesse de um poder sem restrições”.⁶⁴ Contra essa visão desencarnada, Haraway propõe e insiste na natureza corporificada de toda visão. O que significa dizer, não perdendo o poder da metáfora, que reivindica uma objetividade corporificada – “a corporificação é a prótese significante”.⁶⁵

A necessidade dessa nova objetividade é mais simples do que a sua proposição e está na problematização de ambos os domínios da relação sujeito/objeto. Em relação ao primeiro, representado pela figura do pesquisador “neutro”, o que está pressuposto, dentro da geopolítica

⁶⁰ Cf. Kuhn, 1998.

⁶¹ A noção de objetividade, tal como foi consolidada pela ciência moderna (especialmente a partir do século XVII), está fundada sobre o ideal de neutralidade, universalidade e imparcialidade. Trata-se da crença de que o conhecimento científico deve ser produzido a partir de um ponto de vista desinteressado, não localizado e externo ao objeto de estudo, de forma a garantir que os resultados obtidos não sejam contaminados por fatores subjetivos, contextuais ou históricos. Essa concepção está ligada ao ideal cartesiano do *cogito* desincorporado e ao sujeito transcendental kantiano – ambos sustentam a possibilidade de um saber que não se deixa afetar pelas condições materiais, sociais ou corporais do sujeito que conhece. Tal sujeito é, frequentemente, masculino, branco, europeu, burguês, e concebido como um observador universal. Haraway dirige sua denúncia a essa noção hegemônica de objetividade como uma ficção política disfarçada de método epistemológico.

⁶² Haraway, 2023.

⁶³ Preciado, 2022.

⁶⁴ Haraway, 2023, p. 329.

⁶⁵ Haraway, 2023, p. 340.

da ciência, é que esse sujeito será sempre aquele “mais humano” – entende-se aqui como aquele “mais masculino”, “mais branco”, “mais europeu” etc. Isto é, “mais humano”, posto que mais universal, mais descorporificado. Qualquer modo de abordar o mundo, quaisquer epistemologias que fujam dessa configuração, ainda que expliquem e deem conta dos mesmos fenômenos, vão ser tomadas como menos objetivas – além de serem classificadas como “locais”, “folclóricas”, “saberes tradicionais”.

O ‘eles’ imaginado constitui um tipo de conspiração de cientistas e filósofos masculinistas recheada de financiamentos científicos e laboratoriais; o ‘nós’ imaginado são os outros corporificados, que não podem não ter um corpo, um ponto de vista finito, e, assim, um viés inevitavelmente desqualificador e poluente em qualquer discussão sobre a consequência fora de nossos pequenos círculos, nos quais uma revista com grande quantidade de assinaturas é capaz de alcançar poucos milhares de leitores, muitos dos quais odeiam a ciência.⁶⁶

A objetividade corporificada, nesse sentido, não significa um relativismo, porque relativismo significa estar em lugar nenhum na mesma medida em que se afirmar ocupar todos os lugares,⁶⁷ mas seria o oposto deste. Com efeito, a objetividade que serve às feministas é aquela que diz respeito a uma prática sempre parcial, localizada, atravessada por corpos, afetos, tecnologias, imaginários e histórias. Não inocente, mas que pode ser responsabilizada pelos monstros que produz – quanto mais corporificada, mais responsabilizável. Só assim uma objetividade real é possível, visto que essa “acaba dizendo respeito a corporificações particulares e específicas, e não, definitivamente, a falsas visões que prometem transcendência de todos os limites e da responsabilidade”.⁶⁸ Existe aqui uma noção de que a produção desse conhecimento localizado, incorporado, parcial e não inocente e a proliferação de conhecimentos produzidos nas suas próprias especificidades, produzem uma nova noção de objetividade – que será pautada numa relacionalidade, e não num relativismo.

Em suma, não existe ponto de vista “de lugar nenhum”, todo conhecimento é situado, ou seja, é produzido por sujeitos concretos, em contextos materiais e históricos específicos, com interesses determinados. A pretensão de neutralidade não é apenas ilusória, mas serve para ocultar as estruturas de poder que determinam quais corpos e vozes são autorizados a produzir e validar conhecimento. Em vez de buscar um saber “objetivo” no sentido tradicional, o feminismo deve lutar por uma objetividade radicalmente repensada, que reconheça a parcialidade responsável. Isto é, não se trata de abandonar a objetividade como ideal, mas de reconstruí-la a partir de uma ética do posicionamento.

⁶⁶ Haraway, 2023, p. 319.

⁶⁷ Haraway, 2023.

⁶⁸ Haraway, 2023, p. 331.

Em relação ao segundo domínio, é sabido que o estatuto dos “objetos” do conhecimento científico é ser desprovido de qualquer agência – capacidade de agir, afetar, atividade –, já que, tradicionalmente, a agência foi concebida como uma propriedade exclusiva de sujeitos humanos racionais. Todavia, se o conhecimento situado não é uma representação passiva da realidade, mas uma forma ativa de fazer mundos, logo, conhecimentos situados exigem objetos de conhecimento que sejam atores, agentes, não passíveis e/ou inertes. Nessa mudança epistemológica, a matéria, a natureza, o mundo, não são a matéria-prima e bruta para a humanização, para a cultura, para a exploração, apropriação, preservação etc. O objeto é entendido aqui como um “ator material-semiótico”, isto é, “o objeto de conhecimento como um eixo ativo, gerador de sentido”.⁶⁹

Nesse ponto, a crítica de Haraway encontra ressonância com a proposta de Karen Barad, especialmente em sua formulação do realismo agencial.⁷⁰ Em *Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria* (2003), ao criticar o representacionismo como uma noção que “separa o mundo em domínios ontologicamente desarticulados de palavras e coisas, criando o dilema da ligação entre eles para que o conhecimento seja possível”,⁷¹ – dito de outro modo, criticando a ideia de que o conhecimento se refere a algo externo que existe previamente à linguagem e à prática científica –, Barad propõe uma ontologia que não apenas desafia os dualismos, mas dissolve completamente a separação entre entidades previamente existentes. Enquanto a ontologia tradicional concebe a existência de coisas em si mesmas, isoladas e fora de qualquer relação conosco – o que sustenta a separação sujeito/objeto e possibilita um conhecimento objetivo do mundo sem interferências –,⁷² a ontologia proposta por Barad é relacional, isto é, não existem “coisas em-si” – *relata* –,⁷³

⁶⁹ Haraway, 2023, p. 350.

⁷⁰ O realismo agencial está inserido dentro do campo das novas vertentes realistas que emergiram no fim dos anos 90, também podendo ser chamadas de “neorrealismo”. A discussão a respeito do realismo, nesse contexto, busca questionar o que conta como real, além de pensar também as exclusões (ontoepistêmicas) que uma certa concepção de “realidade” pode causar, do que simplesmente tomar uma realidade como dada. O realismo agencial, portanto, é uma teoria onto-epistemológica (diz respeito a uma teoria do conhecimento e do ser ao mesmo tempo), desenvolvida principalmente por Karen Barad, filósofa e física feminista influenciada por Donna Haraway, pela teoria quântica – notadamente pela interpretação de Niels Bohr – e pela teoria feminista contemporânea. Trata-se de uma alternativa às dicotomias clássicas entre sujeito e objeto, natureza e cultura, teoria e prática, que ainda estruturam muitas abordagens científicas e filosóficas. O termo “realismo” é mantido porque Barad não nega a existência do mundo material; ela afirma que há realidade, mas esta realidade não é independente das práticas que a constituem. E o termo “agencial” destaca a capacidade de agir que está presente em todos os elementos da realidade, humanos e não humanos. Agência, aqui, não é uma propriedade exclusiva dos sujeitos humanos; ela é distribuída, relacional e emergente.

⁷¹ Barad, 2017, p. 17.

⁷² Santos, 2024, p. 127.

⁷³ Termo utilizado por Barad para se referir a “coisas” que supostamente preexistiriam a quaisquer relações que possa haver entre elas.

os “objetos” não são preexistentes às relações que estabelecem entre si, mas emergem das relações, “congregando agências humanas e não humanas”.⁷⁴

No novo quadro teórico do realismo agencial, o conceito de intra-ação é fundamental para a compreensão de uma ontologia relacional. O conceito de intra-ação substitui a ideia tradicional de interação. Enquanto esta pressupõe que existem entidades – sujeitos e objetos – separadas e independentes que precedem a relação, aquele sustenta o contrário: as entidades pretensamente principiantes e autônomas seriam, na verdade, componentes advindos de uma condição relacional primeira⁷⁵ – os *phenomena*.⁷⁶ Em outros termos, os *relata* não existem, visto que as coisas não preexistem às suas relações, mas emergem delas, de modo que “subtraí-las dessas conexões (que são, a rigor, entrelaçamentos constitutivos) equivale a subtraí-las da própria existência”.⁷⁷ Assim, temos um descolamento essencial aqui: “de uma análise das relações entre coisas para uma análise de ‘coisas’ como relações – isto é, [...] ‘coisas’ não existem como tais apesar das relações que estabelecem entre si; existem devido a essas relações, sem as quais, e fora das quais, não o são”.⁷⁸

A intra-ação se trata, então, de um agenciamento material-discursivo, ou seja, envolve tanto elementos materiais – objetos, corpos, tecnologias – quanto discursos e práticas socioculturais. Pensemos, por exemplo, em procedimentos estéticos: teríamos como materiais agulhas, ácido hialurônico, anestésicos, pele, corpo; no âmbito discursivo e das práticas socioculturais temos: normativas estéticas, juventude, feminilidade/masculinidade, performatividade de gênero. Essas práticas materializam gêneros e identidades através de tecnologias químicas e estéticas que respondem a padrões normativos. Elas não melhoram um corpo natural, mas produzem esse corpo enquanto corpo normativo, desejável, feminino/masculino, etc. Ambos, matéria e discurso, possuem uma mútua implicação. É aquilo que Preciado chamará de códigos semiótico-técnicos⁷⁹ da feminilidade/masculinidade ao formular como o gênero é tecnologicamente produzido por meio de aparatos técnicos, midiáticos e farmacológicos, bem

⁷⁴ Santos, 2024, 127.

⁷⁵ Santos, 2024, p. 127.

⁷⁶ Diz respeito, nesse contexto, às unidades ontológicas primárias. Esta noção serve para a compreensão da inseparabilidade ontológica de agências intra-ativas.

⁷⁷ Santos, 2024, p. 127.

⁷⁸ Santos, 2024, p. 127-128.

⁷⁹ No contexto da obra preciadiana, os códigos semiótico-técnicos são os conjuntos de signos e dispositivos tecnológicos que modelam e produzem os corpos, os gêneros, os desejos, as identidades sexuais e os afetos. Eles não são apenas linguagens no sentido estrito, tampouco meras tecnologias instrumentais. São interfaces onde a significação e a intervenção material se encontram – ou seja, são formas de inscrição do poder e da normatividade que operam simultaneamente no plano simbólico (semiótico) e no plano físico/químico/biológico (técnico). Isto é, ao mesmo tempo que nos dizem o que somos ou devemos ser, eles materializam esses comandos na carne, nos hormônios, nos músculos, nos pelos, no desejo. Sendo, nesse sentido, um perfeito exemplo de agenciamento material-discursivo, ou seja, de intra-ação.

como é constantemente reiterado, reafirmado, por meio desses códigos respectivos a cada gênero do binarismo homem/mulher.⁸⁰

Ante o exposto, Haraway nos oferece ferramentas cruciais para pensar uma política da matéria que esteja à altura dos desafios contemporâneos. Ambas nos afastam da ideia de uma natureza autônoma ou neutra, e nos lançam no terreno fértil das ontologias relacionais, nas quais a matéria – e, portanto, a natureza e os corpos – é sempre já imbricada com práticas sociais, tecnológicas e epistemológicas. Este retorno à matéria não se faz de modo regressivo, isto é, visando restaurar essências. Mas de modo crítico, visando deslocar os fundamentos da própria noção de natureza, abrindo espaço para uma compreensão materialista situada, performativa e tecnopolítica. A partir dessa base, será possível, na seção seguinte, retomar a figura do corpo como ponto de condensação dessas disputas e práticas materiais, abordando sua constituição como artefato tecnocientífico e campo de inscrição daquilo que Haraway chamará de tecnobiopolítica.⁸¹

Ademais, compreender a crítica harawayana à natureza como uma crítica às ontologias essencialistas é o primeiro passo para entender como os corpos são materializados dentro de regimes específicos de saber e poder. Assim, desde já, é possível antever que essa crítica não se encerra em uma desconstrução conceitual, mas inaugura uma genealogia que será retomada e radicalizada por Preciado ao evidenciar os mecanismos concretos de fabricação dos corpos sexuais e de suas performances normativas. A proposta de Haraway, ao deslocar o corpo para dentro das redes tecnocientíficas, abre o terreno para a análise de como essas redes são materialmente ativadas no cotidiano contemporâneo por meio de hormônios, cirurgias, pornografia, produtos farmacológicos e mídias digitais – práticas que Preciado descreverá como centrais à constituição da corporalidade no capitalismo farmacopornográfico. O elo entre Haraway e Preciado é estabelecido aqui não como uma continuidade linear de suas propostas, mas na partilha de uma sensibilidade crítica comum: o desmonte das ficções naturalizantes que sustentam a heteronormatividade, a cisgeneridade e a matriz moderna de inteligibilidade do corpo.

⁸⁰ Preciado, 2023.

⁸¹ Haraway solicita, a partir da analítica do poder de Foucault – que apresenta a noção de biopoder para explicar como se dá a inscrição da vida biológica nos cálculos e mecanismos do poder como objeto central, isto é, o controle da vida e da população humana enquanto espécie, mobilizando, para isso, ficções políticas como sexo e raça – um tecnobiopoder para dar conta da questão da vida com a questão da tecnologia imbricadas nos cálculos do poder. Esse conceito será mais bem explorado na seção seguinte.

2.2 Corpos Ciborgues, Materialidade Híbrida e Disputa Tecnopolítica

Uma vez reconfigurada a noção de matéria enquanto campo dinâmico de relações e práticas tecnocientíficas, torna-se inevitável o reposicionamento do corpo no cerne das disputas onto-epistêmicas e políticas. Doravante, é necessário um corpo que atenda à natureza da matéria anteriormente abordada: uma matéria relacional e processual. Assim sendo, é mister elucidarmos o conceito de corporalidade híbrida a partir da figura do ciborgue, tal como proposto por Donna Haraway. Nessa perspectiva, o corpo deixa de ser o lugar de inscrição passiva das normas para tornar-se um artefato tecnobiopolítico – instável, atravessado por redes de poder, tecnologia e capaz de reconfigurar a si mesmo.

Em *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1976), Michel Foucault apresenta a transição, do final do século XVIII se estendendo ao XIX, de um poder soberano para um poder disciplinador,⁸² ou ainda, de uma sociedade soberana para uma sociedade disciplinadora. Trata-se, portanto, de uma genealogia das formas de poder que estruturam as sociedades ocidentais. Na sociedade soberana, predominante até os séculos XVII-XVIII, o poder é centralizado no soberano e opera principalmente pelo direito de vida e morte: o rei faz morrer e deixa viver. O corpo é tratado como objeto de punição exemplar e pública, e o poder se exerce pela força visível e espetacular. A partir do século XVIII, com o surgimento das instituições modernas (escola, hospital, prisão, exército etc.), emerge a sociedade disciplinar, cujo poder se descentraliza e se torna normativo, voltado à docilização e à vigilância dos corpos. Essa forma de poder atua de modo contínuo e capilar, investindo o tempo, o espaço e os gestos dos indivíduos, a fim de produzir sujeitos úteis e obedientes.

Em outras palavras, desde o prisma desse filósofo francês, essa transição opera como a passagem de uma forma de poder que decide a morte – isto é, um poder de “apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida”,⁸³ culminando no privilégio de apossar-se desta para extingui-la –,⁸⁴ à um poder que se exerce de forma positiva sobre a vida – ou seja,

⁸² A “análítica do poder” elaborada por Michel Foucault se diferencia de uma simples “teoria do poder”. Enquanto esta responde à questão “o que é o poder?” – como por exemplo as teorias jurídico-políticas absolutistas, liberais e contratualistas com grandes nomes como Hobbes, Rousseau, Locke etc. –, aquela visa a responder “o como” do poder, isto é, as modalidades de seus exercícios conforme diferentes mecanismos. Como por exemplo: exames, inquéritos, vigilância, disciplina etc. Essa análise só se torna possível pela reconfiguração que Foucault dá ao poder: rompendo com uma tradição filosófica-política ocidental, que entende o poder como uma instância que o liga ao Estado, ele apresenta a noção de poder como algo que se exerce dentro das relações – seja entre sujeitos, ou entre instituições e sujeitos. O seio da força do poder, portanto, é a relação e não uma instância. Se trata de uma força agindo contra/sobre outra força. Nesse sentido, o poder é indissociável da resistência – são as inúmeras lutas travadas constantemente em todas as instituições que tecem o mundo social no qual vivemos e conhecemos.

⁸³ Foucault, 2024, p. 146.

⁸⁴ Foucault, 2024.

que atua no nível biológico para gerir os corpos e as populações humanas enquanto espécie. A isso Foucault chama de biopoder – uma “explosão, portanto, de técnicas diversas e numerosas para obterem a sujeição dos corpos e o controle das populações”.⁸⁵ Ou ainda, nas palavras de Preciado, “uma tecnologia política geral transformada em arquiteturas disciplinadoras, textos científicos, tabelas estatísticas, cálculos demográficos, manuais, recomendações de uso, calendários de regulação produtiva e projetos de saúde pública”.⁸⁶ É circunscrevendo a vida sob seu domínio que o (bio)poder acessa o corpo.

De forma mais determinada, cumpre destacar que o biopoder se exerce em dois níveis. O primeiro é exercido no plano anátomo-político, onde o poder é centrado na disciplina dos corpos individuais. Tratando-se, assim, de um conjunto de técnicas e estratégias que visam treinar, controlar e otimizar os corpos humanos a fim de docilizar e torna-los úteis, produtivos e obedientes ao aparelho de produção capitalista. Essas técnicas de docilização operam por meio de instituições disciplinadoras, tais como escolas, quartéis, prisões, hospitais, etc. O segundo é exercido no plano da biopolítica das populações, ou seja, no nível global dos fenômenos populacionais tais como: natalidade, mortalidade, saúde, moradia, longevidade, seguridade etc.⁸⁷

Nesse sentido, o sexo aparece tanto como elemento especulativo⁸⁸ quanto como uma ficção política fundamental do poder – pois este se exerce a partir da produção do sexo. Por certo, podemos perguntar o motivo da importância do sexo nesse contexto. Ora, o sexo é entendido, na sua concepção tradicional, como o substrato mais propriamente biológico, e, portanto, como aquilo que há de mais verdadeiro no corpo humano. Tratar-se-ia, conforme Preciado, “[d]o último resquício da natureza”,⁸⁹ bem como daquilo que torna esse corpo inteligível – um corpo sem sexo é um corpo monstruoso.⁹⁰ Por essas razões, o sexo é compreendido por Foucault como foco de disputa política. Ele se articula entre dois polos nos quais se construiu a tecnologia política da vida: tanto faz parte das disciplinas do corpo – tais como adestramento e economias do desejo – quanto diz respeito ao controle das populações. “O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie”.⁹¹ É pelo sexo, mais

⁸⁵ Foucault, 2024, p. 151.

⁸⁶ Preciado, 2023, p. 65.

⁸⁷ Foucault, 2024.

⁸⁸ É especulativo porque não se reduz somente à dimensão sensível ou empírica do corpo – ao “órgão genital”. Enquanto elemento especulativo o sexo permite uma captação global dos corpos, da sua materialidade, das suas forças e explica um conjunto de fenômenos que diz respeito à vida na sua globalidade.

⁸⁹ Preciado, 2022, p. 147.

⁹⁰ Preciado, 2022.

⁹¹ Foucault, 2024, p. 157-158.

precisamente, que o poder acessa a vida e, por sua vez, acessa o corpo, podendo, dessa forma, exercer seu controle nos níveis anátomo-político e biopolítico.

No entanto, é importante que atentemos para o seguinte: o sexo, nessa conjuntura, não é concebido como um dado natural, pré-discursivo ou simplesmente biológico. Antes, trata-se de um efeito histórico, uma construção política e epistemológica que surge no seio daquilo que Foucault chama de dispositivo de sexualidade. Esse dispositivo, diferente da tradicional narrativa repressiva da sexualidade, não funciona por interdição ou silenciamento puro e simples.⁹² Ao contrário, ele funciona por incitação, produção e normatização da fala e do saber sobre o sexo.

Com efeito, Foucault identifica, a partir do século XVII, a emergência de uma proliferação discursiva sobre o sexo, especialmente em torno de quatro grandes dispositivos,⁹³ em cada um há “uma maneira de compor as técnicas disciplinares com os procedimentos reguladores”,⁹⁴ quais sejam: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas procriadoras e a psiquiatrização do prazer perverso. A sexualidade é, então, uma categoria privilegiada de saber-poder, ao redor da qual se organizam instituições – escola, família, medicina, psiquiatria – e práticas disciplinares que visam governar os corpos.

Para Foucault, o dispositivo de sexualidade seria propriamente isso: um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, práticas e normas que têm como função não reprimir o sexo, mas produzi-lo enquanto verdade. É assim que o sexo é entendido por Foucault não como a origem da sexualidade, mas como seu efeito – “o sexo é [...] o elemento mais [...] ideal, e igualmente mais interior, num dispositivo de sexualidade que o poder organiza em suas captações dos corpos, de sua materialidade, de suas forças, suas energias, suas sensações, seus prazeres”.⁹⁵ Ao mesmo tempo, o sexo é naturalizado como fundamento da identidade subjetiva e como verdade última da pessoa – “é pelo sexo efetivamente, [...] que todos devem passar para ter acesso à sua própria inteligibilidade, à totalidade de seu corpo, à sua identidade”.⁹⁶ É nesse

⁹² Foucault contradiz a intuição comum de que para controlar, ou regular, o sexo/sexualidade uma sociedade precisa ser conservadora, moralista e interditar o discurso sobre. Ao contrário, sua “hipótese repressiva” é justamente a afirmação de que a abundância de discursos sobre o sexo (jurídicos, médicos, psiquiátricos etc.) estabelece uma regulação sobre ele. Quanto mais se fala, quanto mais se tem conhecimento, mais se controla, mais se regula.

⁹³ Grosso modo, um dispositivo é uma tecnologia que se constitui e opera pela heterogeneidade de discursos e elementos que não são só discursivos.

⁹⁴ Foucault, 2024, p. 158.

⁹⁵ Foucault, 2024, p. 169.

⁹⁶ Foucault, 2024, p. 169.

sentido que sexo já é sexualidade, e a sexualidade, uma tecnologia do sexo, mais precisamente a que o cria e torna o corpo inteligível.

Dado esse entendimento, torna-se necessário sublinhar o que Foucault designa por “tecnologia”, já que essa noção opera como chave conceitual para pensar os modos pelos quais o corpo é constituído enquanto superfície de inscrição política e epistemológica. Ora, é nesse ponto que Preciado, em seu *Manifesto*, especialmente no capítulo *Tecnologias do sexo*, oferece uma contribuição engenhosa ao evidenciar como os próprios termos “tecnologia” e “técnica” foram historicamente mobilizados para sustentar e operar as dicotomias fundamentais do sistema epistemológico ocidental: natural/artificial, órgão/máquina, primitivo/moderno etc. A base de seu argumento se encontra na análise etimológica da palavra “tecnologia” – cuja origem remete à *techné*, isto é, ofício e arte de fabricar, em oposição a natureza, *physis*. Dentro dessa lógica, o *organon* – instrumento –, surge como uma mediação entre os termos opositivos: entre o corpo vivo, orgânico, diretamente ligado à natureza e a máquina inanimada, ligada à tecnologia.⁹⁷

A “tecnologia” criticada por Preciado é justamente aquela desenvolvida dentro do discurso antropológico e colonial – entendida como o conjunto de instrumentos que os humanos fabricam e utilizam para construir coisas e transformar o mundo. Essa concepção moderna e ocidental de tecnologia, segundo o autor, desempenha um papel central na constituição de diferenciações ontológicas entre espécies – humana/não-humana –, gêneros – masculino/feminino –, raças – branca/negra –, e culturas – avançada/primitiva. Trata-se de uma tecnologia que, ao mesmo tempo em que define o humano por sua capacidade de produzir instrumentos, estabelece uma hierarquia entre aqueles que “têm” e os que “carecem” dessa capacidade.

Essa crítica encontra ressonância e aprofundamento na obra de Donna Haraway (1991), particularmente em suas análises da primatologia, nas quais evidencia como a antropologia colonial do século XIX e início do XX, opera uma divisão sexualizada dos corpos a partir da oposição tecnologia/natureza, instrumento/sexo.⁹⁸ Se a espécie humana se diferencia das demais pela utilização de instrumentos, os corpos dessa mesma espécie vão se constituir de modo a tornar tal diferenciação contraditória. Haraway mostra que, ao passo que o corpo masculino é narrado como extensão e superação de si por meio de próteses e ferramentas – isto é, um corpo tecnológico –, o corpo feminino é reduzido à função reprodutiva e, portanto, confinado ao domínio da natureza.

⁹⁷ Preciado, 2022.

⁹⁸ Preciado, 2022, p. 148.

A exclusão das técnicas de gestação e cuidado do campo da tecnicidade – pela antropologia tradicional – revela como a maternidade é culturalmente destituída de sofisticação tecnológica. Mais do que ser produzido em oposição ao corpo masculino, o corpo feminino, segundo Haraway, é contrastado com o da primata fêmea, dada a ausência de ciclos de cio.⁹⁹ Ou seja, o corpo feminino, pela falta de tais ciclos, se caracteriza “como um corpo sexual em tempo integral”,¹⁰⁰ sempre disponível, sempre naturalizado. Assim, a masculinidade se define em função de seu vínculo com a tecnologia, enquanto a feminilidade é construída em termos de passividade natural e disponibilidade sexual.¹⁰¹ As reverberações dessa concepção se tornam grandes imperativos, quais sejam: mulher igual a natureza e homem igual a tecnologia. Dessa maneira, “o corpo das mulheres se apresenta como puramente natural, e o poder dominador dos homens, transformado em técnicas de controle e de posse, é exercido sobre o que seria a capacidade mais essencial das mulheres: a reprodução”.¹⁰² Essa dicotomia constitui a base sobre a qual se ergue o discurso tecnológico-colonial.

Retomando Preciado, compreendemos que essa mesma lógica é transposta para a diferenciação entre culturas e povos: a tecnologia opera como índice de desenvolvimento, racionalidade e humanidade. “Nas narrativas colonialistas dominantes, as mulheres e os ‘indígenas’ que não têm acesso ou carecem de tecnologia são descritos como se fizessem parte da ‘natureza’, e se transformam, por essa razão, nos recursos que o ‘homem branco’ deve dominar e explorar”.¹⁰³ Mulheres e sujeitos racializados, identificados como carentes de tecnologia, são então posicionados como parte da natureza e transformados em recursos disponíveis à dominação do homem branco ocidental. O que Preciado denuncia, portanto, é o fato de que esse modelo não apenas naturaliza as hierarquias, mas reforça a própria oposição natureza/tecnologia como fundamento da dominação colonial, racial e sexual. Em vez de questionar tal binarismo, a narrativa antropológica hegemônica o reifica, produzindo corpos, culturas e subjetividades como desiguais desde sua materialidade.

Em contraposição a essa compreensão, Preciado traz a ideia foucaultiana de tecnologia, que se caracteriza não apenas como um aparato técnico no sentido restrito, mas como um modo de produção de corpos e subjetividades por meio de uma multiplicidade heterogênea de

⁹⁹ “Para Zuckerman, o principal evento na evolução social foi a eliminação da sazonalidade extrema e a introdução da associação de ano inteiro baseada na ‘receptividade’ sexual constante das fêmeas. Primeiro o cio e depois o ciclo menstrual introduziram episódios repetidos de intercursos sexuais. Ciclos mensais substituíram os sazonais, e seguiu-se uma revolução social” Haraway, 2023, p. 48.

¹⁰⁰ Preciado, 2022, p. 149.

¹⁰¹ Preciado, 2022.

¹⁰² Preciado, 2022, p. 152.

¹⁰³ Preciado, 2022, p. 148.

discursos e elementos não discursivos – um exemplo desse tipo de tecnologia são os dispositivos. Nas palavras de Preciado: “a força da noção foucaultiana de tecnologia reside em escapar à compreensão redutora da técnica como conjunto de objetos, instrumentos, máquinas ou outros artefatos”,¹⁰⁴ ou seja, a técnica, na verdade, se configura como “um dispositivo complexo de poder e de saber que integra os instrumentos e os textos, os discursos e os regimes do corpo, as leis e as regras para a maximização da vida, os prazeres do corpo e a regulação dos enunciados de verdade”.¹⁰⁵ Segundo Foucault, há quatro tipos de tecnologias: tecnologias do poder – sobre os outros –, de produção – de bens –, de signos – como a linguagem –, e de si – sobre o próprio sujeito. Essas tecnologias não se separam, mas operam em conjunto, constituindo o que chama de regimes de verdade.

A tecnologia, nesse sentido, é uma racionalidade operativa do poder, que se atualiza em dispositivos como a medicina, a psiquiatria, a estatística, a demografia etc., e circula em cada nível da sociedade: do nível abstrato do Estado ao nível da corporalidade, operando como o micropoder artificial e produtivo que é.¹⁰⁶ É por isso que o sexo e a sexualidade não são efeitos, como já vimos, de repressões ou proibições, mas, ao contrário, são o resultado do conjunto dessas tecnologias produtivas. O poder, ou o discurso do poder, produz seus próprios objetos sob os quais se exerce, não se tratando, portanto, de meras representações pré-existentes ao discurso. É nesse sentido que Foucault chama a atenção para o fato de que não se trata de emancipar o sexo do poder – pois ele já é em si mesmo uma forma de dominação enquanto criação do poder, do dispositivo de sexualidade –, mas de nos emanciparmos do sexo enquanto ficção política do poder: “contra o dispositivo de sexualidade, o ponto de contra-ataque não deve ser o sexo-desejo, mas os corpos e os prazeres”.¹⁰⁷ Algo que Preciado fará em seu *Manifesto contrassexual*, como veremos mais adiante, ao propor a contrassexualidade como a analítica de uma tecnologia heterossexual que funda o sexo e as diferenças sexuais de modo a naturalizá-las.

Essa analítica do poder influencia fortemente um conjunto de teóricas feministas que são essenciais para Preciado, dentre elas a própria Donna Haraway (1991). Como já observamos, Haraway reconfigura a noção de natureza a partir de uma epistemologia tecnomaterialista que se ancora precisamente no modo foucaultiano de compreender a tecnologia. Assim como Preciado, ela radicaliza essa herança para pensar tanto a categoria de

¹⁰⁴ Preciado, 2022, p. 154.

¹⁰⁵ Preciado, 2022, p. 154.

¹⁰⁶ Preciado, 2022.

¹⁰⁷ Foucault, 2024, p. 171.

natureza quanto as de sexo, gênero, raça e espécie como efeitos de tecnologias historicamente situadas. A própria ideia de “corpo natural”, bem como identidades fixas que dela decorrem, como “mulher” ou “feminino”, são compreendidas por Haraway como construções político-discursivas e técnicas – produções localizadas de saber-poder.

Com efeito, a contribuição foucaultiana permanece crucial para nossa autora, especialmente no que tange à ideia de que o corpo é o alvo privilegiado da racionalidade técnica do poder. Contudo, Haraway (1991) propõe uma inflexão analítica: ao invés de pensar o poder exclusivamente como dominação ou regulação disciplinar, ela o compreende como produção ativa de corporalidades, subjetividades e mundos. É nesse contexto que emerge a noção de uma tecnobiopolítica, elaborada ao longo da compreensão harawayana tecida nos vários textos mobilizados até então, como uma forma de governo da vida que opera não apenas por meio da normatização e vigilância dos corpos, mas, sobretudo, por meio da sua fabricação.

A tecnobiopolítica não vai se limitar a gerir a vida a partir de um paradigma disciplinar, mas participa ativamente da constituição das materialidades corporais através de aparatos tecnocientíficos que entrelaçam organismos, máquinas, signos, desejos e afetos. Haraway (1991) desloca, assim, a análise biopolítica para um terreno em que a tecnociência deixa de ser um simples instrumento a serviço do poder e passar a ser concebida como um dos agentes centrais na produção da realidade. Os corpos, nesse arranjo, já não podem mais ser pensados como entidades naturais e passivas sobre as quais atua o poder, mas como agenciamentos híbridos, instáveis e continuamente reconfigurados por redes heterogêneas de dispositivos tecnomateriais e semióticos. A tecnobiopolítica, portanto, é o regime em que a distinção entre natureza e cultura, humano e máquina, sujeito e objeto, torna-se, de uma vez por todas, obsoleta.

Para aprofundarmos a compreensão a respeito da tecnobiopolítica em Donna Haraway, é necessário recorrer a dois de seus textos mais influentes e complementares: *Um manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX* e *A biopolítica dos corpos pós-modernos: constituições do eu no discurso do sistema imunológico*, ambos contidos na *Reinvenção da natureza* (1991). Neles, a autora delineia diferentes perspectivas sobre a constituição dos corpos dentro do regime tecnocientífico contemporâneo, problematizando tanto a persistência de estruturas biopolíticas quanto a emergência de novas formas de resistência e subjetivação híbrida.

No *Manifesto ciborgue*, a autora estadunidense reitera o caráter simbiótico¹⁰⁸ do corpo tecnopolítico, enfatizando a dissolução da oposição entre organismo e máquina. A lógica do

¹⁰⁸ Falar no caráter simbiótico de algo é reconhecer que aquilo que consideramos como um “ente”, uma “entidade” ou mesmo um “processo” é, em realidade, o resultado de interações profundas e constitutivas entre múltiplos

ciborgue não é simplesmente aquela que diz respeito à ficção científica. “A ficção científica contemporânea é cheia de ciborgues – criaturas que são ao mesmo tempo animal e máquina, que povoam mundos ambigualmente naturais e artificiais”.¹⁰⁹ O ciborgue é um conceito-limite utilizado para dar forma a esse novo regime de materialidade, o corpo pós-funcionalista por excelência: é o corpo que já não pode ser pensado como separado da máquina, da informação, da biotecnologia. Ele é o produto das mesmas forças históricas que transformaram o símio da primatologia em um modelo de racionalidade técnica e política, um organismo cibernético. Nas palavras de Zuccolin: “ele é, portanto, uma figura que redefine os limites da nossa identidade e recoloca novos parâmetros, é o corpo que convive com as transformações da cibercultura”.¹¹⁰ Em outros termos, o ciborgue é um ser híbrido de máquina e organismo que dissolve os dualismos ontológicos e epistemológicos que sustentaram a modernidade ocidental.

“Nas tradições da ciência e da política ‘ocidentais’ [...], a relação entre organismo e máquina tem sido uma guerra de fronteira”.¹¹¹ De ícone da corrida tecnológica, da corrida espacial e da Guerra Fria – “fruto ilegítimo do militarismo e do capitalismo patriarcal, sem falar do socialismo estatal” –,¹¹² a tropo feminista que emerge em meio à cultura contemporânea, o ciborgue viola três fronteiras essenciais: a primeira é entre o humano e o animal, a segunda entre organismo e máquina e a terceira entre o físico e o não físico. Algo que Zuccolin pontua bem ao afirmar que com “o surgimento das chamadas novas tecnologias, as fronteiras entre o animal e o humano, a máquina e o sujeito, a cultura e a natureza entram em processo de fragmentação, [...] momento onde as variações do humano passam a ser ressaltadas”.¹¹³

A primeira quebra de fronteira – entre humano e animal – diz respeito à queda da excepcionalidade humana. Muito disso se deve aos estudos nos campos da primatologia e da sociobiologia evolutiva que, ao resumirem a linha entre o humano e o animal a um traço frágil desenhado pelas ideologias ou lutas profissionais entre as ciências sociais e as naturais,¹¹⁴ mostraram que os caracteres que sustentavam a última fortaleza do privilégio humano – tais como a linguagem, a utilização de ferramentas, a conduta social, os procedimentos mentais – não são mais satisfatórios para nos convencer dessa separação. Ou, ainda, nas palavras de Haraway: “nada resolveu de forma convincente a questão da separação entre o humano e o

agentes. O caráter simbiótico enfatiza que a identidade, a existência e o funcionamento de um ser ou sistema não são autossuficientes, mas surgem da relação, da troca e da coprodução.

¹⁰⁹ Haraway, 2023, p. 260.

¹¹⁰ Zuccolin, 2018, p. 63.

¹¹¹ Haraway, 2023, p. 261.

¹¹² Haraway, 2023, p. 263.

¹¹³ Zuccolin, 2018, p. 65.

¹¹⁴ Haraway, 2023.

animal”.¹¹⁵ O que significa dizer que, ao polirmos um espelho animal para procurar os confins da nossa natureza primeira, acabamos por mostrar, na verdade, que a fronteira entre humano e animal é muito mais pretensiosamente construída do que de fato fixa, estável – o que diz muito da nossa capacidade de construir espelhos.¹¹⁶

A segunda ruptura – entre organismo e máquina – significa a queda da natureza como retorno utópico, pois tamanha a artificialidade da natureza e tamanha a naturalização da técnica. Nós nos misturamos com as máquinas via próteses, computadores, dispositivos etc. “Em resumo, a certeza do que conta como natureza – uma fonte de *insight* e promessa de inocência – é comprometida, possivelmente de modo fatal”.¹¹⁷ Se as máquinas pré-cibernéticas eram vistas como possuídas, assombradas – um espectro de fantasma as rondava, pois não eram autônomas, autodesignantes como o humano e, por isso, dependiam de comando –, as máquinas do final do século XX se tornaram completamente ambíguas, a ponto de não podermos mais estabelecer a diferença exata entre o natural e o artificial, entre a mente e o corpo, entre aquilo que é capaz de desenvolver a si mesmo e aquilo que é produzido externamente por outrem. O ciborgue significa a contaminação completa de uma natureza que se pretendia pura, límpida.

Por fim, o terceiro abalo – entre o físico e o não-físico ou entre o corpo e o código –, refere-se à dissolução da fronteira entre matéria corporal e informação digital, estando diretamente relacionado ao segundo e se interliga ao reino daquilo que é visível. “As máquinas modernas são em última instância os dispositivos microeletrônicos: elas estão em toda parte e são invisíveis”.¹¹⁸ Isto é, diz respeito à escala molecular do ciborguismo – o ciborgue não é apenas um ser metade-humano metade-máquina em um sentido visível ou grosseiro, como o *Robocop*. Ele é uma realidade molecular, que opera no nível de hormônios, neurotransmissores, chips, softwares, protocolos de rede, algoritmos. O corpo, o físico, a matéria, nesse sentido, são, portanto, redesenhados por fluxos de informação codificados naquilo que Haraway chama de C3I – comando-controle-comunicação-inteligência.¹¹⁹ Algo que Lima sintetiza bem ao apontar para o fato de que “a miniaturização das tecnologias – a ubiquidade e a invisibilidade dos ciborgues –, a desmaterialização numérica do mundo, sua transformação em *bits*, muda, de forma radical, a nossa experiência no mundo newtoniano”.¹²⁰

¹¹⁵ Haraway, 2023, p. 264.

¹¹⁶ Haraway, 2023.

¹¹⁷ Haraway, 2023, p. 266.

¹¹⁸ Haraway, 2023, p. 266.

¹¹⁹ O termo C3I (*Command, Control, Communication, Intelligence*) vem do jargão militar, e Haraway o utiliza para mostrar como corpos são reconfigurados por sistemas de comando digital, por informações circulantes, inteligências artificiais, comunicações codificadas. Em outras palavras, os corpos não são mais apenas naturais; eles são informacionais, programáveis, gestáveis por redes e protocolos técnicos.

¹²⁰ Lima, 2004, p. 132.

Como figura limiar, o ciborgue desestabiliza os alicerces das identidades fixas, dos corpos normativos e das hierarquias naturalizadas. Para Haraway, assumir essa condição ciborgue não é um ato de rendição à tecnociência, ou mesmo um determinismo tecnológico, mas uma oportunidade de reconfigurar alianças, reconstruir epistemologias e resistir aos dispositivos de dominação – especialmente aqueles que operam sobre os corpos generificados, racializados e animalizados.

O ciborgue é, nessa chave, figura paradigmática de uma corporalidade constituída por acoplamentos contingentes entre carne e tecnologia, entre códigos e desejos, entre materialidades e fluxos informacionais. “A medicina moderna também está cheia de ciborgues, [...] cada um deles concebido como dispositivos codificados, em grande intimidade e com um poder que não foi gerado na história da sexualidade”.¹²¹ Em outras palavras, esses acoplamentos não respondem a uma lógica originária da história da sexualidade, tal como descrita por Foucault, ao contrário, operam num campo em que as formas de poder não se organizam mais apenas em torno da repressão ou da normatização da sexualidade orgânica, mas de sua reconfiguração em termos de replicação, circulação e conectividade. “O ‘sexo’ ciborgue restaura algo do adorável barraco replicativo das samambaias e dos invertebrados (esses belos organismos profiláticos contra o heterossexismo). A replicação ciborgue é desacoplada da reprodução orgânica”.¹²²

É nessa lógica que Preciado, a partir de Haraway, nos permite pensar em uma sexualidade ciborgue. Uma sexualidade que não se funda na heteronormatividade nem na reprodução biológica, mas numa lógica de proliferação antinaturalizante. Trata-se de uma sexualidade dissociada da função orgânica do corpo, que opera contra o heterossexismo por meio de práticas tecnopolíticas que subvertem a lógica binária da diferença sexual. Ao se afastar da narrativa naturalizante do sexo como fundamento ontológico da identidade, Haraway abre espaço para a imaginação de uma sexualidade ciborgue – uma sexualidade tecnoficcional e contrassexual, não regulada pela matriz reprodutiva nem pelos dispositivos que produzem corpos inteligíveis segundo a norma heterossexual. Assim, essa sexualidade ciborgue, que nada mais é do que a contrassexualidade, é, nas palavras do próprio Preciado, não “a criação de uma nova natureza, pelo contrário, é mais o fim da natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros”.¹²³

¹²¹ Haraway, 2023, p. 260.

¹²² Haraway, 2023, p. 260.

¹²³ Preciado, 2022, p. 32.

Haraway introduz a noção de “informática da dominação” como resposta ao novo modo de produção pós-fordista, cujas formas de controle passam pelo acesso ao código, ao DNA, à informação, à imagem, ou seja, uma estrutura que redefine o funcionamento do poder no capitalismo tardio. A moldura para esse esboço “é estabelecida pela extensão e pela importância dos rearranjos nas relações sociais de escala mundial ligadas à ciência e à tecnologia. [...] Estamos vivendo um movimento que vai de uma sociedade orgânica e industrial a um sistema de informação polimórfico”.¹²⁴ Se elaborarmos um quadro comparativo com a “fisiologia política da dominação” entenderemos melhor como se dá esse movimento.

Por um lado, temos a “fisiologia política da dominação” partindo do diagnóstico harawayano de que os discursos sobre o corpo e a natureza são codificados politicamente, isto é, funcionam como dispositivos de legitimação de formas de hierarquização social – gênero, raça, classe, espécie – tratando-se, portanto, de um campo onde se inscrevem as normativas políticas. Por outro, a “informática da dominação” não vai ser apenas uma atualização dessa técnica de dominação anterior. Ela constitui uma mudança qualitativa nos modos pelos quais o poder, o saber e o corpo se entrelaçam. A informatização, a codificação genética, as redes de telecomunicação, os sistemas de controle cibernético e a convergência entre biologia e tecnologia tornam-se os novos modos de inscrição e reprodução da dominação.

O que antes era uma fisiologia funcional, agora é uma matriz de dados, de signos e de fluxos informacionais, que modula os corpos não mais como organismos fixos, mas como interfaces moduláveis, *hackeáveis*, componíveis. “Os corpos tornaram-se ciborgues – organismos cibernéticos – compostos de corporificação e textualidade híbrida tecno-orgânica. O ciborgue é texto, máquina, corpo e metáfora – todos teorizados e engajados na prática em termos de comunicações”.¹²⁵

Nesse contexto, a autora elenca substituições paradigmáticas – organismo para componente biótico, fisiologia para engenharia de comunicações, reprodução para replicação etc. –,¹²⁶ mostrando que a dominação também se atualiza em seu léxico tecnocultural e epistemológico. Assim, podemos pensar a “informática da dominação” como a condensação ciborgue da “fisiologia política”, onde desloca-se o eixo de um corpo-naturalizado para um corpo-digitalizado, de uma organicidade funcional para uma codificação programável.

No interior desse paradigma, Haraway não fala mais de biopolítica nos termos foucaultianos clássicos. O ciborgue, figura-limite dessa reconfiguração, não está submetido à

¹²⁴ Haraway, 2023, p. 280-281.

¹²⁵ Haraway, 2023, p. 369.

¹²⁶ Haraway, 2023, p. 281-282.

regulação da vida por meio de técnicas disciplinares ou de vigilância. Ele inaugura, ao contrário, um outro campo de operações – o da política propriamente dita, enquanto espaço de intervenção de alianças e de insurgência ontológica. Como afirma a autora, “o ciborgue não está sujeito à biopolítica de Foucault; o ciborgue estimula a política, um campo de operações muito mais poderoso”.¹²⁷

Essa abordagem será ainda mais densificada em *A biopolítica dos corpos pós-modernos: constituições do eu no discurso do sistema imunológico*. Nele, Haraway desloca o foco da disciplina para a produção, buscando evidenciar como os saberes tecno-científicos – em especial a biomedicina e a biotecnologia – atuam como aparatos que materializam corpos, identidades e fronteiras ontológicas. Seu deslocamento começa por operar a partir da análise exemplar de um dos discursos mais significantes na produção corporal e subjetiva dentro da ciência contemporânea: “o potente e polimorfo objeto de crença, conhecimento e prática chamado de sistema imunológico”.¹²⁸

A crítica harawayana ao sistema imunológico é mais do que uma descrição fisiológica da defesa orgânica, como se entende tradicionalmente. O sistema imunológico é, segundo Haraway, concebido como uma metáfora poderosa que orienta o reconhecimento e a exclusão do “outro”, moldando identidades e fronteiras corporais. “O sistema imunológico [...] é um mapa desenhado para guiar o reconhecimento e o não reconhecimento do eu e do outro na dialética da biopolítica ocidental”¹²⁹ ou ainda, se trata de “um plano para a ação significativa de construir e manter as fronteiras do que pode contar como eu e outro nos domínios cruciais do normal e do patológico”.¹³⁰ Em outras palavras, o sistema imunológico passa a ser analisado enquanto tecnologia cultural e modelo político de subjetividade, cuja integridade do corpo e a identidade do eu são mantidas pela exclusão, vigilância e destruição do outro – o invasor, o estranho, o patógeno.

O corpo, nessa conjuntura, é produzido como fronteira e fortaleza, cuja integridade depende da exclusão e destruição do que é percebido como exterior, estranho, patológico. Assim, a imunologia não descreve simplesmente o corpo: ela o constrói e o organiza como sistema cercado por ameaças externas, impondo uma lógica de defesa, exclusão e purificação. O sistema imunológico como um sistema de defesa contra o “não-eu”, opera segundo uma metáfora militar, que se estrutura em torno de dualismos fundacionais – eu/outro,

¹²⁷ Haraway, 2023, p. 284.

¹²⁸ Haraway, 2023, p. 355.

¹²⁹ Haraway, 2023, p. 355.

¹³⁰ Haraway, 2023, p. 355.

interno/externo, proteção/ameaça. Essa metáfora, quando naturalizada, militariza o corpo, transformando-o numa fortaleza cercada, cuja integridade depende da expulsão do diferente. A leitura de Haraway propõe deslocar essa compreensão.

Se o paradigma central do discurso imunológico consiste na sustentação de um corpo/sujeito delimitado por fronteiras claramente demarcadas – por meio da distinção entre um “eu” reconhecível e um “não-eu” identificado como ameaça –, ocorre, assim, uma corporificação da diferença que naturaliza a oposição entre identidade e alteridade. Haraway, por outro lado, propõe que o sistema imunológico pode ser lido não como um campo de batalha, mas como um diagrama relacional e um guia situado de ação diante da diferença. “O discurso sobre o sistema imunológico diz respeito a restrições e possibilidades de engajar-se em um mundo repleto de ‘diferença’, repleto do não eu”,¹³¹ afirma. Ao deslocar a ênfase do conflito para a negociação, a autora aposta na plasticidade e na complexidade das relações corporais, insistindo “em localizar a ação terapêutica e reconstrutiva (e, assim, a compreensão teórica) em termos de propósitos situados, não de fantasias do eu completamente defendido em um corpo como uma fábrica militarizada e automatizada, um tipo de eu perfeito como um gerenciador de batalha”.¹³² Desnaturaliza-se, portanto, o discurso imunológico, evidenciando-o como um construto simbólico e histórico que não apenas descreve, mas prescreve formas de viver e morrer.

Abrimos, então, espaço para o corpo ser pensado não mais como uma unidade autossuficiente e puramente “biológica”, mas como uma entidade híbrida, uma materialidade biossocial em constante formação e transformação, que emerge na e pela interação com tecnologias. O colapso, longe de ser evitado a todo custo, revela-se produtivo: ele explicita os nexos de interdependência e oferece oportunidades para a ação reflexiva. Contra os imaginários tecnocientíficos que almejam a supressão da falha – como ocorre nos sistemas cibernéticos militares –, Haraway propõe acolher a vulnerabilidade como uma via para reinscrever a política nos corpos. O corpo, entendido como entidade relacional, torna-se uma espécie de quimera ou mosaico corporal cuja expressão mais acabada encontra-se na figura do ciborgue: síntese imaginária da tecnobiopolítica, metáfora da plasticidade corporal e da ação situada.¹³³

Essa inflexão crítica da biopolítica foucaultiana, promovida por Haraway a partir do conceito de tecnobiopolítica, encontra ressonância e aprofundamento na obra de Catherine Malabou. Em *Uma só vida. Resistência biológica, resistência política* (2015), Malabou enfrenta

¹³¹ Haraway, 2023, p. 372.

¹³² Haraway, 2023, p. 373.

¹³³ Santos, 2024, p. 133.

um “impensável” da filosofia contemporânea: a dificuldade em conceber a vida biológica como um lugar de resistência – “a filosofia contemporânea tem a marca da preeminência não crítica e não desconstruída da vida simbólica sobre a vida biológica”.¹³⁴ Segundo ela, as humanidades continuam marcadas por um preconceito antibiológico, em que o simbólico é privilegiado como o espaço exclusivo da subjetivação e da agência, enquanto o biológico é relegado à passividade, ao controle e à administração.

Malabou reconhece as contribuições de Foucault, Agamben¹³⁵ e Esposito¹³⁶ ao pensamento biopolítico, mas critica a unilateralidade de suas abordagens: todas parecem sugerir que a biologia é inteiramente capturada pelo poder, sendo incapaz de resistência própria. Assim, mesmo nos discursos críticos, a vida biológica é silenciada como instância política ou simbólica autônoma. “O vivente entrou definitivamente na política. Todavia, deve-se notar que tal ‘entrada’ é unilateral, não dialética, sem reversão. [...] O biológico é privado do direito de resposta e parece apenas se enquadrar nos moldes do poder”.¹³⁷ Ao invés de ver o biológico apenas como o objeto do biopoder, a autora propõe enxergá-lo como um campo contraditório, onde se inscreve também a resistência – “uma dimensão atestada hoje pelas descobertas revolucionárias da biologia molecular e celular”.¹³⁸ Isso exige uma nova leitura das ciências da vida, especialmente da epigenética e da clonagem, como domínios que evidenciam a plasticidade da vida¹³⁹ e sua capacidade de escapar à normatividade.

A epigenética, ao mostrar que fatores ambientais e comportamentos influenciam a expressão genética sem alterar a sequência do DNA, subverte o determinismo biológico tradicional e introduz a possibilidade de uma memória ambiental, reversível, mutável e múltipla. “A epigenética nos permite colocar em questão a definição do vivente como um conjunto de funções; em seguida, nos permite colocar em questão a definição do vivente como programa; enfim, embaralha a linha divisória entre o fato de viver e a elaboração de um modo

¹³⁴ Malabou, 2024, p. 31.

¹³⁵ Cf. Agamben, 2007.

¹³⁶ Esposito, 2017.

¹³⁷ Malabou, 2024, p. 30.

¹³⁸ Malabou, 2024, p. 31.

¹³⁹ Plasticidade é um conceito-chave na obra de Malabou – desenvolvida, especialmente, em *Que faire de notre cerveau?* (2004). Malabou toma emprestado o conceito de “plasticidade” das neurociências, onde se refere à capacidade do cérebro de modificar suas conexões, gerar novos circuitos e, em alguns casos, até mesmo reorganizar completamente suas funções após um trauma. Ela expande esse conceito para o campo filosófico e político, mostrando que a plasticidade é uma força transformadora que não apenas recebe forma, mas também pode dar forma e até desfazer formas prévias. Esse aspecto destrutivo da plasticidade é essencial para entender como sujeitos podem realmente transformar suas condições de existência e resistir a formas de dominação. Aqui, ele ganha contornos biológicos, como a capacidade do vivente de se (re)formar – resistir, memorizar, adaptar-se e transformar-se.

de ser”.¹⁴⁰ A clonagem, por sua vez, desafia a ideia de uma diferenciação celular irreversível, permitindo acessar estados celulares anteriores e recuperar potenciais eliminados na evolução – como a regeneração e a reprodução assexuada. “A inovação biotecnológica, longe de ser uma simples instrumentalização, manipulação, mutilação, atualiza assim uma memória, a dos viventes eliminadas em nós. O pós-humano é ao mesmo tempo o pré-humano”.¹⁴¹ Ambas as tecnologias evidenciam que o vivente não é apenas objeto de programação, mas também sujeito de reprogramação. Desse modo, a biologia torna-se lugar de reconfigurações e não de fixação.

O corpo deixa de ser suporte ou interface, para tornar-se um espaço de jogo, de inscrição temporal e agência vital. Trata-se de pensar a vida como única e una, mas internamente múltipla, capaz de expressar política e simbolicamente sua própria plasticidade. Sendo, portanto, “um dinamismo formativo e transformativo da identidade orgânica que opera na economia do próprio vivente e não fora dele”.¹⁴² E é dessa maneira que a biologia se mostra não como destino, mas como uma instância dotada de plasticidade, capaz de reconfigurar-se a si mesma e de resistir ao poder.

Nesse horizonte, os conceitos de “aparato da produção corporal” e “de ator material-semiótico” ganham um relevo mais intenso. Aqui, esses conceitos adquirem nova densidade como categorias centrais para o projeto harawayano de desnaturalização da corporalidade – um projeto que desloca radicalmente os modos modernos de pensar o corpo como entidade essencial, autônoma e pré-discursiva.

O “aparato da produção corporal”, portanto, é uma ferramenta analítica introduzida pela autora para pensar o corpo como produto de práticas técnicas, discursivas e políticas, e não como dado biológico natural, anterior à cultura. Essa formulação parte do princípio de que “os corpos [...] não nascem: são criados”,¹⁴³ isto é, são montagens historicamente situadas, resultado de práticas, tecnologias, discursos biomédicos, regulações políticas e imaginários culturais. Desse modo, o “aparato da produção corporal” é o conjunto material e semiótico de dispositivos – como o discurso da imunologia, as práticas da sexologia, a biotecnologia, os protocolos clínicos, os modelos anatômicos, a visualização genética etc. – que produz aquilo que, contextualmente, em um dado momento histórico, se reconhece como corpo. Ele não apenas representa o corpo, mas o fabrica efetivamente, produzindo suas fronteiras, definindo seus órgãos, suas funções, suas doenças, seus sexos, seus comportamentos.

¹⁴⁰ Malabou, 2024, p. 34.

¹⁴¹ Malabou, 2024, p. 38.

¹⁴² Malabou, 2024, p. 33.

¹⁴³ Haraway, 2023, p. 361.

Como exemplo, Haraway destaca a economia orgânica que se constitui ao longo do século XVIII a meados do XX, através das grandes ficções de gênero, raça e classe. Essas ficções marcam os corpos orgânicos, transformando-os em “homens”, “mulheres”, “colonizadores”, “escravizados”. Os discursos da economia orgânica serviram, por exemplo, para organizar os corpos sexualizados da literatura médica durante o século XIX, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos. O corpo, em sua conformação feminina é organizado em torno do útero e da função da reprodução/maternal e, em sua conformação masculina, em torno do sistema nervoso e da “economia espermática”. Esse arranjo não é natural, mas uma construção histórica biomédica do século XIX, que se torna eficaz porque é sustentada por práticas discursivas e técnicas – livros médicos, exames clínicos, procedimentos normativos.¹⁴⁴

Por sua vez, o conceito de “ator material-semiótico” refere-se a qualquer entidade – seja ela uma molécula, um organismo, uma máquina ou uma metáfora – que produz efeitos no mundo ao mesmo tempo como coisa material e como signo, ou seja, como portador de significação. Em vez de separar o dito “corpo real/concreto” de suas “representações” – algo que um pensamento essencialista faria –, Haraway propõe que toda entidade corporal já é, desde sempre, material e semiótica. O corpo, então, não é apenas um organismo físico, mas um nó de práticas simbólicas e materiais que interagem, se traduzem e se transformam mutuamente. A exemplo disso temos a própria figura do ciborgue. O ciborgue é uma entidade material – feita de carne, metal, circuitos, hormônios, drogas etc. –, uma figura semiótica – uma metáfora da condição pós-moderna, um símbolo político – e um ator social, pois entra em redes de significação, regulação e subjetivação. Nessa configuração, os corpos não são passivos, mas atores que participam ativamente da constituição de mundos sociais, epistêmicos e políticos, ao mesmo tempo em que são constituídos por esses mundos.

A articulação entre os conceitos de “aparato da produção corporal” e “ator material-semiótico” evidencia que o corpo não é uma entidade fixa, mas simultaneamente um efeito de dispositivos materiais e discursivos e um agente de significação e transformação. Enquanto os aparatos definem e regulam os corpos por meio de cortes agenciais, os atores material-semióticos emergem dessas intra-ações como entidades capazes de afetar e resistir. Ambos os conceitos rejeitam o realismo representacional e assumem uma ontologia performativa, segundo a qual o mundo não é simplesmente refletido, mas ativamente constituído nas práticas que o tornam possível.

¹⁴⁴ Haraway, 2023.

Em suma, o corpo, assim apreendido, não se encerra na epiderme nem se afirma na separação. Já não existe mais lugar para ele onde o ciborgue foi lançado – não apenas como metáfora ou figura teórica, mas também, principalmente, como síntese ontopolítica da proposta harawayana. O ciborgue é aquele que habita a fratura, que existe no colapso, na vulnerabilidade e na transgressão dos limites das fronteiras estabelecidas pelo sistema imunológico. Ele encarna a possibilidade de uma afinidade radical, tal como proposta por Haraway – um tipo de vínculo que não se funda na origem comum ou no sangue, mas na escolha, na aliança política, na atração entre diferentes. Por isso mesmo, ao negar a existência de uma natureza primeira e a promessa de retorno a esta, os ciborgues fazem parte de um mundo sem gênese e, talvez por isso, de um mundo sem fim.¹⁴⁵ Eles projetam um horizonte de resistências que se dão na mistura, na contaminação, na escolha e na fabulação. É nessa lógica, então, que podemos afirmar que “um é pouco, e dois é só uma das possibilidades”.¹⁴⁶

Essa reconfiguração da corporalidade promovida por Haraway – na qual a figura do ciborgue é o emblema máximo – implica também uma transformação radical da escala em que o poder opera: da vigilância panóptica e da disciplina dos corpos visíveis ao controle simbiótico e molecular das interfaces informacionais e biológicas da vida. Como a autora bem observa, “a miniaturização mudou nossa experiência do mecanismo”.¹⁴⁷ A miniaturização acabou sendo algo relacionado ao poder; o pequeno é mais preeminentemente perigoso do que belo, como no caso dos mísseis”.¹⁴⁸ Essa miniaturização do poder, que desloca o foco da coerção visível para intervenções imperceptíveis, fertiliza o terreno de emergência de um novo regime de gestão dos corpos e das subjetividades: o regime farmacopornográfico.

Ora, se no biopoder foucaultiano e na tecnobiopolítica harawayana o corpo era o alvo privilegiado da racionalidade técnica do poder, agora essa racionalidade atinge um nível de infiltração ainda mais radical, ao operar sobre o corpo a partir da escala molecular – da pílula ingerida, do hormônio injetado, da substância absorvida, da prótese implantada, da imagem pornográfica reproduzida *ad infinitum*. A política da carne passa, então, a ser mediada por dispositivos moleculares e midiáticos, que produzem e regulam desejos, gêneros, performances e identidade por meio da química e do espetáculo.

O perigo do pequeno, apontado por Haraway, assume nesse novo cenário contornos precisos: o que está em disputa não é apenas o controle do corpo biológico visível, mas a

¹⁴⁵ Haraway, 2023.

¹⁴⁶ Haraway, 2023, p. 315.

¹⁴⁷ Cf. Foucault, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

¹⁴⁸ Haraway, 2023, p. 267.

colonização técnica da corporalidade a partir do interior da própria matéria viva. O fármaco – entendido aqui em sua duplicidade de veneno e cura¹⁴⁹ – torna-se a unidade política elementar da nova economia dos corpos. É exatamente esse deslocamento – do visível ao invisível, do disciplinar ao molecular, do panóptico incorporado, ingerido – que marca a passagem da tecnobiopolítica à era farmacopornográfica.

3 O REGIME FARMACOPORNOGRÁFICO E A CONTEMPORANEIDADE

O presente momento de nossa investigação tem por objetivo cartografar as transformações históricas, políticas e técnicas que compõem aquilo que Paul B. Preciado nomeia de regime farmacopornográfico – um sistema de produção dos corpos, do prazer e das subjetividades, que emerge a partir da segunda metade do século XX, no cruzamento entre farmacologia, indústria pornográfica, mídias digitais e capitalismo somatopolítico.¹⁵⁰ De forma sumária, a análise aqui proposta busca compreender de que maneira esse regime reconfigura os processos de materialização dos corpos sexuais, e quais potencialidades e impasses ele engendra.

A contemporaneidade, em nossa perspectiva, designa o tempo em que o regime farmacopornográfico opera como matriz de produção de vida – um tempo em que a tecnociência, o capitalismo cognitivo, a farmacologia e a indústria pornográfica se entrelaçam na fabricação de corpos, prazeres e identidades. É nesse campo de forças que nossa reflexão pretende penetrar: não para identificar os contornos de uma subjetividade determinada, mas para cartografar as mutações técnicas e políticas que atravessam o corpo, a sexualidade e a própria ideia de natureza. Através da articulação entre a crítica tecnobiopolítica de Donna Haraway e a genealogia farmacopornográfica de Paul B. Preciado, propõe-se, ao final, pensar a possibilidade de um “devir-contrassexual da natureza”, como abertura radical para modos de existência que escapam ao dispositivo da norma e à captura capitalista do sexo.

De saída, na primeira seção, intitulada como “Cartografia Histórica e Tecnopolítica do Regime Farmacopornográfico”, realiza-se uma cartografia histórico-tecnológica do regime,

¹⁴⁹ Cf. Derrida, Jacques. **A farmácia de Platão**. Tradução Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

¹⁵⁰ O conceito de “somatopolítico”, frequentemente utilizado por Paul B. Preciado, designa o conjunto de técnicas, dispositivos e regimes de saber-poder que incidem diretamente sobre a materialidade viva do corpo, produzindo-o como superfície de controle, experimentação e governo. Diferenciando-se da noção foucaultiana de biopolítica, que se refere à administração da vida em escala populacional, a somatopolítica desloca o foco para a micropolítica dos corpos singulares, enfatizando as intervenções moleculares, hormonais, cirúrgicas, farmacológicas, midiáticas e discursivas que moldam a carne. No regime farmacopornográfico, a somatopolítica se intensifica na medida em que o corpo se torna não apenas objeto de controle, mas meio de produção de subjetividades, afetos e valor. Trata-se, assim, de uma política da carne em sua plasticidade e vulnerabilidade extremas.

com base na obra *Testo Junkie* (2008). Com efeito, Preciado descreve o declínio do fordismo e a ascensão de uma nova economia política centrada na biotecnologia, na farmacologia e na produção imagética da sexualidade. Em seguida, articula-se como o gênero é apresentado como interface técnica, deslocando-se de uma categoria identitária para um dispositivo de modulação somatopolítica. Por fim, examinam-se os dois polos centrais do regime – *Farmacopoder* e *Pornopoder* – em articulação com os conceitos harawayanos de fisiologia política da dominação, informática da dominação e a figura do ciborgue. Esse instante se encerra com a distinção, ainda que imbricada, entre os processos de subjetivação farmacopornográfica e de materialização dos corpos sexuais, preparando o terreno para a reflexão sobre resistência e criação.

Ademais, na segunda seção, cujo título é “A Plasticidade dos Corpos e o Devir-contrassexual da Natureza”, introduzimos o conceito de plasticidade, articulando a plasticidade contrassexual formulada por Preciado ao conceito ontológico proposto por Catherine Malabou. Essa articulação permite compreender o corpo como matéria insurgente, capaz de reconfigurar-se tecnopoliticamente a partir das práticas de uso, exposição, vício e transformação. Por meio dessa chave, é possível pensar a produção de subjetividades desviantes – sexuais, transgêneras, pós-identitárias – como processos que operam uma ruptura com a normatividade cis-hetero-reprodutiva. Essa reflexão culmina na formulação do conceito de devir-contrassexual da natureza, entendido como figura de resistência somática e ontológica, na qual o corpo se descola da fixidez da norma e da ficção de uma natureza anterior à técnica. Por fim, destacamos a afirmação de que é no corpo, como campo de plasticidade e performatividade, que se joga hoje a luta pelo sensível, pelo possível e pelo vivo.

3.1 Cartografia Histórica e Tecnopolítica do Regime Farmacopornográfico

A emergência do regime farmacopornográfico, tal como formulado por Paul. B. Preciado, não se constitui apenas como uma nova etapa no desenvolvimento do biopoder moderno, mas como uma reconfiguração radical dos modos de governo da vida, do sexo e do prazer, operada por tecnologias moleculares, visuais, informacionais e industriais que atravessam e refazem os corpos contemporâneos. Preciado localiza o nascimento desse regime no cruzamento entre duas mutações históricas: de um lado, a transformação da sexualidade em objeto técnico-científico e mercadológico; de outro, a imbricação cada vez mais intensa entre farmacologia, pornografia, mídia digital, protocolos clínicos, regulação estatal e dispositivos de subjetivação. Se o biopoder, nos termos de Foucault (1976), consistia na gestão estatística e

disciplinar da vida, o regime farmacopornográfico intensifica e descentraliza esse controle, operando diretamente sobre os processos hormonais, afetivos, genitais e visuais dos sujeitos.

A noção de farmocopornografia, entretanto, não deve ser compreendida como um simples acréscimo terminológico à tradição foucaultiana. Trata-se de um movimento de ruptura epistemológica, que desloca o foco da análise dos dispositivos de saber-poder para aquilo que Preciado entende como o modo contemporâneo de produção técnica e política dos corpos sexuados. O regime farmacopornográfico não apenas regula, mas fabrica corpos, gêneros, desejos, identidades e performances. Com isso, ele desloca a sexualidade da esfera do discurso para a esfera da intervenção tecnoquímica, produzindo sujeitos cujas subjetividades são moldadas por substâncias sintéticas, imagens pornográficas e protocolos de consumo e exibição.

Esse deslocamento é possível graças àquilo que Donna Haraway (1991) chamou de tecnopolítica da natureza – ou, mais precisamente, de tecnobiopolítica – em que a vida é compreendida como campo de intervenção tecnocientífica e os corpos, como artefatos material-semióticos. A farmacopornografia, nesse sentido, pode ser lida como um regime de racionalidade tecnopolítica da carne, no qual o corpo é permanentemente inscrito por práticas laboratoriais, industriais, midiáticas e normativas. Ao associar esse novo regime à crítica harawayana da dicotomia natureza/cultura e à crítica foucaultiana do dispositivo da sexualidade, Preciado propõe uma genealogia tecnopolítica do presente que assume a forma de uma ontologia mutante – uma ontologia da transformação, da gestão molecular, da plasticidade operativa do corpo.

O ponto de partida para a compreensão do regime farmacopornográfico exige mais do que uma descrição histórica ou técnica das tecnologias sexuais: exige um deslocamento ontológico e político das categorias como as quais se pensou o sexo, o corpo e o desejo. É esse gesto que orienta o *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual* (2000), obra inaugural em que Preciado propõe não apenas uma crítica à naturalização do sexo, mas uma completa reconfiguração da cartografia do corpo como plataforma tecnopolítica. O *Manifesto* opera, nesse sentido, como um rompimento deliberado com o contrato (hétero)sexual moderno, ao redefinir o corpo como um campo de inscrição de tecnologias, próteses e dispositivos discursivos que produzem o sexo como efeito performativo e não como fundamento biológico. O dildo, símbolo central da contrassexualidade, substitui o falo como signo universal, abrindo caminho para uma arquitetura corporal que não se funda na diferença sexual naturalizada, mas em uma dildotectônica que fabrica corpos e práticas em sua artificialidade radical.

Nesse momento, faz-se necessário a compreensão da heterossexualidade não enquanto instância do desejo individual, mas como um regime político que produz corpos e subjetividades. Monique Wittig, em *O pensamento hétero* (1980), nos leva a pensar a heterossexualidade não como mera “orientação sexual” normativa, mas como uma estrutura epistemológica, política e linguística de naturalização da diferença sexual enquanto fundamento da organização social. O pensamento hétero é, portanto, “o conglomerado de todo tipo de disciplinas, teorias e ideias atuais”¹⁵¹ que dizem respeito às categorias de “‘mulher’, ‘homem’, ‘sexo’, ‘diferença’ e toda a série de conceitos que leva essa marca, incluindo ‘história’, ‘cultura’ e ‘real’”.¹⁵² A famosa frase “lésbicas não são mulheres”¹⁵³ deve ser lida a partir dessa chave de abolição da naturalidade do sistema sexo/gênero. Wittig parte do princípio de que “mulher” não é uma categoria neutra ou ontológica, mas uma posição política dentro do regime heterossexual. “‘A mulher’ só tem significado nos sistemas heterossexuais de pensamento e nos sistemas econômicos heterossexuais”.¹⁵⁴ Ser “mulher”, nesse sentido, implica ser designada como tal em relação de subordinação aos “homens”, isto é, “mulher” é uma construção que só pode existir como o outro do “homem” na ordem heterossexual.

Assim, a lésbica – enquanto sujeito que rompe com a heterossexualidade compulsória,¹⁵⁵ bem como todos os dissidentes de gênero – desloca-se do regime que organiza o binarismo sexual e a heterossexualidade como norma. A lésbica, para Wittig, torna-se a figura da deserção: ao recusar o contrato social da heterossexualidade, ela não pode mais ser compreendida como “mulher” tal como o pensamento hétero a concebe. É a partir dessa compreensão que a heterossexualidade se compreende enquanto uma máquina que produz existências.¹⁵⁶

A contrassexualidade é elaborada enquanto uma analítica da tecnologia/máquina heterossexual, com o objetivo de desnaturalizar o sexo e as diferenças sexuais. No capítulo *Money makes sex, ou a industrialização dos sexos*, a diferença sexual é entendida como um processo de hétero-divisão da carne, onde o corpo é despedaçado em vários órgãos. Tal processo opera identificando e determinando “órgãos sexuais”, que, por sua vez, determinam o prazer e a diferença entre os corpos e, por fim, produzem subjetividades.

¹⁵¹ Wittig, 2022, p. 61.

¹⁵² Wittig, 2022, p. 61.

¹⁵³ Wittig, 2022, p. 67.

¹⁵⁴ Wittig, 2022, p. 67.

¹⁵⁵ Rich, 2012.

¹⁵⁶ Preciado, 2022.

Na ordem sexual dominante, o corpo é submetido a uma *hétero-divisão*, isto é, a uma cisão sistemática que distribui funções e sentidos às suas partes com base na lógica binária do sexo. Determinadas regiões corporais são investidas de uma funcionalidade sexual específica: há uma sobrecodificação entre órgãos reprodutivos e órgãos sexuais, de tal modo que prazer e orgasmo não são dados naturais, mas efeitos produzidos ideologicamente. A matriz heterossexual de produção dos corpos se sustenta sobre essa codificação normativa, que vincula estrutura biológica a papéis sexuais, e que opera mediante mecanismos de incorporação e intensificação biotecnológica.¹⁵⁷

Essa produção não se limita à performatividade discursiva – embora nela se enraíze –, mas se materializa tecnicamente na carne. O gênero, nesse sentido, não é apenas uma performance social reiterada, como propõe Judith Butler (1990), mas, sobretudo, um artefato técnico-político incorporado através de próteses e substâncias: hormônios, roupas, cosméticos, pornografia, procedimentos cirúrgicos, entre outros dispositivos. Essas tecnologias inscrevem-se na própria matéria dos corpos, promovendo uma *carnalização do sexo*, isto é, uma cristalização da diferença sexual tanto em nível semiótico quanto em escala biomolecular.

Essa perspectiva exige que consideremos a plasticidade do corpo humano como condição fundamental de sua mutação política. A maleabilidade da carne implica que os limites entre o orgânico e o artificial se tornem porosos, permitindo que o corpo se funda às suas extensões técnicas, produzindo zonas de continuidade entre o natural e o inorgânico. Não se trata de uma oposição entre o que é biológico e o que é tecnológico, mas de uma ontologia da mistura – uma simbiose maquínica que desafia as categorias clássicas de corpo e natureza.

A máquina heterossexual, enquanto dispositivo de reprodução normativa dos corpos e dos desejos, não opera apenas através do discurso, mas por meio de processos prostéticos que se inscrevem diretamente na matéria corporal. Nesse contexto, torna-se evidente que a matéria não é anterior à técnica: ela é produzida por meio de operações tecnocientíficas e políticas. Se a própria matéria do sexo é tecnicamente forjada, então sua existência não é natural, mas contingente, o que nos autoriza a imaginar outras materialidades possíveis — materialidades nas quais o sexo não opera como princípio organizador da realidade. O sexo, nessa chave, aparece como uma entidade que emergiu de sua própria inexistência: uma ficção estabilizada por regimes de poder e de saber que agora pode ser subvertida.

É a partir desses pressupostos contrassexuais – que desconstroem a ontologia do sexo, da natureza e da carne – que se torna possível compreender o regime farmacopornográfico como

¹⁵⁷ Preciado, 2022.

uma modulação contemporânea da tecnobiopolítica, tal como já formulada por Haraway.¹⁵⁸ Esse regime, constituído nas ruínas da Segunda Guerra Mundial e impulsionado pelas transformações econômicas do capitalismo pós-fordista, insere o sexo, o trabalho sexual, a indústria pornográfica e os complexos farmacêutico e bioquímico no cerne da produção de corpos, afetos e modos de vida. A mutação do paradigma anatomopolítico tradicional encontra, então, sua reatualização no regime farmacopornográfico, que não apenas controla, mas fabrica o corpo e a subjetividade por meio de tecnologias hormonais, mediáticas e narrativas.

Em *Testo Junkie* (2008), Preciado não apenas conceitua esse regime, mas o vive e o escreve em primeira pessoa, por meio de um “protocolo de intoxicação voluntária à base de testosterona”.¹⁵⁹ Com esse gesto, desfaz-se a separação entre teoria e corpo, entre filosofia e experiência sensível. A mutação do corpo arrasta consigo a mutação da linguagem, da escrita e do próprio modo de produção do pensamento. A contrassexualidade, aqui, não é apenas um discurso, mas uma experimentação tecnopolítica da carne – uma ficção performada que desorganiza os mapas do sexo, da subjetividade e da natureza.

No capítulo *A era farmacopornográfica*, o autor espanhol delineia as coordenadas históricas, políticas, econômicas e tecnológicas que fundamentam a emergência desse novo regime. Trata-se de uma mutação que não se limita ao campo da sexualidade ou da subjetividade, mas que corresponde a uma reconfiguração estrutural do próprio capitalismo, em suas formas de produzir, explorar e consumir. O esgotamento progressivo do modelo fordista de produção – centrado na linha de montagem, na disciplina operária e na produção em massa – torna-se visível a partir da crise energética e da reestruturação econômica da década de 1970. A essa crise do capitalismo industrial segue-se a ascensão de um novo paradigma de acumulação, no qual os setores bioquímico, eletrônico, informático e comunicacional deixam de ser meros suportes logísticos da produção e tornam-se núcleos dinâmicos do próprio valor econômico. “Nos anos que se seguiram à crise energética e ao declínio da linha de montagem [...] os ‘experts’ começam, então, a falar das indústrias bioquímicas, eletrônicas, informáticas ou de comunicação como novos suportes industriais do capitalismo”.¹⁶⁰

Essa mutação, como postulada pelo autor supracitado, não elimina o modelo anterior, mas o recobre e o atravessa, formando uma sobreposição instável de regimes de produção e

¹⁵⁸ Haraway já indica que os corpos são produzidos por aparatos tecnocientíficos e dispositivos de poder/saber, em que natureza, técnica e cultura não distinguem, e é justamente essa indistinção que Preciado radicaliza. A tecnobiopolítica, como a temos desenvolvido, envolve a constituição da vida em termos de sua administração técnico-material, e o regime farmacopornográfico é a forma que isso assume a partir dos anos 1950/60, quando entramos na fase de controle molecular e subjetivo dos corpos, especialmente via hormônios e imagens.

¹⁵⁹ Preciado, 2023, p. 09.

¹⁶⁰ Preciado, 2023, p. 22.

poder. Se no capitalismo fordista a fábrica era o espaço privilegiado da produção, no capitalismo farmacopornográfico é o corpo que se torna a nova unidade de produção e o prazer, a nova mercadoria. Ou ainda, a produção e controle dos corpos ganham contornos diferentes e assumem centralidade distinta nos modos de produção ao longo da história. Na era farmacopornográfica, portanto, os corpos já não são apenas disciplinados ou doutrinados, mas tecnicamente modulados e estrategicamente explorados por sistemas moleculares e mediáticos que atuam sobre os afetos, as identidades, os desejos e as expressões genitais, hormonais e imagéticas da vida.

Diante das transformações históricas que caracterizam a passagem do fordismo para formas contemporâneas de organização da produção, Preciado argumenta que “é filosoficamente relevante realizar uma análise somatopolítica da ‘economia do mundo’”.¹⁶¹ Com isso, reivindica uma concepção ampliada de economia, na qual os corpos – sexados, racializados, generificados, tecnologicamente mediados – ocupam um lugar central. Isto é: não há economia sem corpo, sem gênero, sem sexualidade, sem biotecnologias e sem interfaces farmacológicas e midiáticas. O que justifica sua crítica e distanciamento às abordagens pós-fordistas formuladas por autores como “Virno, Hardt, Negri, Corsani, Marazzi, Moulrier-Boutang etc.”.¹⁶² Tais pensadores identificaram, no capitalismo contemporâneo, a emergência de um regime produtivo baseado no saber, na informação, na comunicação e nas relações sociais – dimensões que colocam em xeque a centralidade da empresa industrial. Ou seja, “o motor da produção já não está nas empresas, e sim ‘na sociedade em conjunto, na qualidade da população, na cooperação [...], nas formas de organização que hibridizam o mercado, a empresa e a sociedade’”.¹⁶³ Essa nova configuração foi nomeada de “capitalismo cognitivo”,¹⁶⁴ e, sob a influência de Foucault, descrita como um regime de produção biopolítica – isto é, um modo de produção que opera diretamente sobre a vida, os afetos, os saberes e os vínculos sociais. Incluindo, portanto, formas de trabalho vinculadas ao cuidado, à reprodução, à assistência, à comunicação e à gestão de relações humanas, muitas vezes associadas ao trabalho feminino ou desvalorizado – o que autores como Hardt e Negri chamam de “feminilização do trabalho”.¹⁶⁵

Contudo, Preciado expressa insatisfação diante do que identifica como um limite epistemológico dessas análises: para ele, “a maioria das análises e descrições dessa nova forma

¹⁶¹ Preciado, 2023, p. 22.

¹⁶² Preciado, 2023, p. 35.

¹⁶³ Preciado, 2023, p. 33.

¹⁶⁴ Preciado, 2023, p. 33.

¹⁶⁵ Barros, 2022, p. 63.

de produção é biopoliticamente interrompida quando chega à cintura”.¹⁶⁶ Tal formulação não tem poder irônico apenas, mas incisivo: ela denuncia a negligência sistemática dos elementos sexuais e somáticos que atravessam os processos de produção e subjetivação. Ao desconsiderarem o corpo, o sexo e a sexualidade como vetores centrais da economia contemporânea, esses autores deixam de captar as transformações mais radicais operadas pelo que Preciado denomina de farmacopornografia. É precisamente nesse ponto que uma reformulação crítica da noção de trabalho imaterial¹⁶⁷ alarga seus contornos para incluir a dimensão somática, técnica e sexual da produção capitalista. “No fim das contas, estamos falando de um tipo de trabalho que, em vez de biopolítico, deve ser chamado de farmacopornopolítico”.¹⁶⁸

A questão, para Preciado, não é apenas que a sexualidade seja governada – isso já acontecia sob o regime disciplinar e biopolítico –, mas que a própria forma de governar é profundamente transformada. A gestão sexual, lógica farmacopornográfica, deixa de operar por meio da repressão ou da normatização discursiva, e passa a se articular a tecnologias de otimização molecular e performativa do sujeito. Nesse novo horizonte, a pílula anticoncepcional, a revista *Playboy* e a invenção tecnoestética do gênero – tecnogênero – não são eventos isolados, mas paradigmas técnicos de um novo regime de produção do corpo e do desejo. São sinais materiais de uma mutação epocal, em que o sexo se torna simultaneamente tecnologia política, vetor econômico e superfície de subjetivação.

Nossa economia mundial depende da produção e circulação interconectada de centenas de toneladas de esteroides sintéticos e órgãos, fluidos e células (tecnossangue, tecnoesperma, tecno-óvulo etc.) tecnicamente modificados; da elaboração e distribuição de novas variedades de psicotrópicos sintéticos legais e ilegais (bromazepam, Special K, Viagra, speed, Crystal, Prozac, ecstasy, poppers, heroína); do fluxo de sinais e circuitos digitais de informação. Esses são apenas alguns indicadores do surgimento de um regime pós-industrial, global e midiático que a partir de agora chamarei de farmacopornográfico.¹⁶⁹

Temos, então, duas faces dessa nova era: fármaco e pornográfico, dois eixos pelos quais o tecnobiopoder se rearticula desembocando, como veremos mais adiante, nos polos estruturantes e interdependentes desse novo regime: farmacopoder e pornopoder. O termo fármaco, nessa configuração conceitual, envolve qualquer tipo de biomolécula que vai causar

¹⁶⁶ Preciado, 2023, p. 33.

¹⁶⁷ Dentro das formulações de Hardt e Negri, o trabalho imaterial é a própria produção biopolítica. Nesse sentido, a noção de produção se amplia: o que está em jogo não é apenas a fabricação de coisas, mas produção da própria vida social. Daí decorre a ideia de que o capitalismo pós-industrial não mais apenas exporá força de trabalho, mas captura o desejo, sequestra a criatividade, coloniza o tempo, coisifica a comunicação e mercantiliza a experiência. Para mais cf. Hardt ; Negri, 2005.

¹⁶⁸ Preciado, 2023, p. 280.

¹⁶⁹ Preciado, 2023, p. 30.

uma mutação subjetiva-carnal – para inúmeros fins/significações/necessidades: seja para pessoas transicionarem, para pararem de ficar depressivas, para serem mais viris, para nunca mais dormirem etc.

A indústria fármaco, portanto, “inclui a extensão legal das indústrias científicas, médicas e cosméticas, bem como o tráfico de drogas consideradas ilegais”,¹⁷⁰ além da indústria do agronegócio – como, por exemplo, na patente de sementes transgênicas. Ou seja, está por trás de toda manipulação bio-genética de controle. De modo que podemos dizer que o sujeito farmacopornográfico, em comparação ao sujeito disciplinado, “apanha” no nível biomolecular – “o panóptico ingerível”.¹⁷¹ O pornográfico – face semiótico-técnica –, por sua vez, diz respeito à criação de um molde, uma fórmula, “uma lógica de excitação-frustração-excitação”¹⁷² da indústria pornográfica. Essa fórmula funciona em *ad infinitum* – nunca termina, nem com a morte. O que significa dizer que, no capitalismo farmacopornográfico, o Capital não está mais preocupado em disciplinar, mas em excitar os corpos.

O contexto somatopolítico do período da II Guerra Mundial é dominado por essas novas técnicas do corpo que se infiltram e penetram a vida – muitas das tecnologias que temos hoje são bélicas, foram criadas em decorrência da guerra, desde fármacos utilizados para manterem os soldados acordados, ativos, até tecnologias sexuais e prostéticas para refazer o corpo mutilado desses soldados. Se na sociedade disciplinar as tecnologias de subjetivação operam/controlam o corpo de fora para dentro, na farmacopornografia as tecnologias entram para fazer o corpo, de modo que a questão “o que é o corpo e o que não é mais?” se torna uma questão ultrapassada. A pílula ingerida, o hormônio injetado, são constituintes da nossa corporalidade e subjetividade.

É importante notar aqui que Preciado não entende fármaco e pornográfico como “temas”, mas como tecnologias de subjetivação. Elas operam a produção da experiência corporal e subjetiva – e nesse sentido constituem subaparatos¹⁷³ da produção corporal, isto é, conjuntos normativos e técnicos que delimitam o que pode vir a ser reconhecido como corpo, gênero, desejo, prazer, identidade.

Desse modo, ao perguntar “como o sexo e a sexualidade chegam a se transformar no centro da atividade política e econômica?”, Preciado nos convoca a compreender o “*modus*

¹⁷⁰ Preciado, 2023, p. 35.

¹⁷¹ Preciado, 2023, p. 165.

¹⁷² Barros, 2022, p. 78.

¹⁷³ Aqui dizemos que esses eixos operam como *subaparatos* da produção corporal e não como *aparatos* da produção corporal, pois dentro da estrutura que estamos trabalhando, o aparato da produção corporal geral diz respeito ao Regime Farmacopornográfico em sua totalidade.

operandi farmacopornografi'cum”:¹⁷⁴ um modo de funcionamento do capitalismo que inscreve suas lógicas de exploração e acumulação diretamente sobre os corpos, moléculas, afetos, imagens e signos sexuais.

Trata-se de uma transição da fábrica para o corpo, da mercadoria para a performance, da disciplina para a autoexperimentação biotécnica. Em suma, é a emergência de um novo regime histórico de produção de subjetividade e materialização dos corpos sexuais. Ou, como afirma Axt, “o regime semiótico-técnico (ou farmacopornográfico) e a sua constante produção da materialidade do corpo é, então, o verdadeiro motor do capitalismo ao qual estamos submetidos”.¹⁷⁵ Acrescentando, ainda, que o controle farmacopornográfico opera através “da indústria farmacêutica”,¹⁷⁶ e “também a partir da indústria cultural de representação (fotografia, cinema, ambientes virtuais, etc.) em escala mundial (a qual Preciado denomina também como pornografia) do consumo e dos múltiplos vícios resultantes”.¹⁷⁷

Aquilo que vem a ser precisamente o “trabalho imaterial”, dentro do regime farmacopornográfico expressa uma reformulação desse conceito dentro das redes de produção farmacológicas e semiótico-técnicas. O trabalho imaterial, nesse contexto, passa a ser compreendido não apenas como produção de signos, afetos e relações, mas como produção e gestão somatopolítica dos corpos, especialmente no que concerne à sua sexualização, à farmacologização e à sua exposição performativa nos circuitos midiáticos. A categoria de trabalho imaterial, tal como foi concebida nas análises pós-fordistas, teria, portanto, deixado de considerar – ou considerado apenas marginalmente – que a economia contemporânea opera por meio da administração molecular da sexualidade, do gênero, dos hormônios, das próteses, dos fármacos, da estética corporal e dos regimes de visibilidade digital. A especificidade do regime farmacopornográfico, segundo Preciado (2008), reside justamente nesse ponto: ele integra a tecnociência, a indústria farmacêutica e a indústria pornográfica como dispositivos centrais da produção de valor, modulando subjetividades e corpos a partir de tecnologias de gênero e sexo que funcionam como forças produtivas.

Trata-se, agora, de uma ampliação radical do que se entende por trabalho imaterial. O trabalho não é mais algo que se realiza *com* o corpo ou *a partir* do corpo – ele é o próprio corpo enquanto produção tecnicamente assistida, performativamente exposta e quimicamente administrada. O sujeito contemporâneo, nesse regime, não apenas comunica ou coopera: ele

¹⁷⁴ Barros, 2022, p. 62.

¹⁷⁵ Axt, 2017, p. 78.

¹⁷⁶ Axt, 2017. p. 78.

¹⁷⁷ Axt, 2017. p. 78.

exibe, produz, ajusta, altera e performa seu corpo como parte da engrenagem produtiva, transformando os limites entre trabalho, vida e sexualidade em zonas de indistinção. “As matérias-primas do processo produtivo atual são a excitação, a ereção, a ejaculação, o prazer e o sentimento de autossatisfação. [...] O verdadeiro motor do capitalismo atual é controle farmacopornográfico da subjetividade”.¹⁷⁸ Acrescentando-se ainda que “o sexo é o corolário do capitalismo e da guerra, o espelho da produção. O corpo sexual e viciado e o sexo e todas as duas derivações semiótico-técnicas são, daqui em diante, o principal recurso do capitalismo pós-fordista”.¹⁷⁹

A base dessa imaterialidade – do trabalho – é pornográfica, pois está ligada a uma incitação/excitação dos afetos – toda produção, seja de uma ideia, de uma informação, de um conhecimento, de uma fantasia etc., parte do afeto e do corpóreo. A pornografia, junto da sua fórmula excitação-frustração, se torna paradigma por conta desse fator.

É nessa direção que Preciado introduz a noção de hipermaterialismo para qualificar o tipo de produção característico do regime farmacopornográfico. Tal noção concerne a uma forma de materialidade que escapa às distinções tradicionais entre o material – concebido como tangível, visível, pesado – e o imaterial – compreendido como intangível, abstrato, incorpóreo.¹⁸⁰

A hipermaterialidade, ao contrário, opera em um nível molecular e informacional, que é simultaneamente incorpóreo e eficaz, invisível e produtivo – “uma vez que sua textura é biológica, molecular, bem como carnal e numérica, irredutivelmente sináptica e digitalizável”.¹⁸¹ As mídias digitais, os fármacos, as tecnologias hormonais e os fluxos de dados constituem os vetores principais dessa nova materialidade operatória, pois agem diretamente sobre o sistema nervoso, sobre as sinapses, sobre o metabolismo do prazer e da atenção. Essa forma de produção altera modos de vida e se incide sobre a própria condição neuroquímica da existência, produzindo sujeitos por meio da manipulação contínua de seus corpos e de seus desejos. O hipermaterialismo, assim, nomeia a mais profunda sofisticação de um capitalismo

¹⁷⁸ Preciado, 2023, p. 35.

¹⁷⁹ Preciado, 2023, p. 36.

¹⁸⁰ A formulação de hipermaterialismo, tal como proposta por Preciado, contrasta significativamente com determinadas correntes materialistas clássicas, sobretudo aquelas que, ancoradas em uma ontologia da substância, estabelecem uma cisão rígida entre o material e o imaterial. Ao invés de reafirmar essa oposição, Preciado propõe uma reconfiguração das formas de materialidade, na qual o imaterial – como os afetos, os signos, os dados biométricos, os fármacos ou a pornografia – participa ativamente da produção do real. Trata-se, assim, de uma crítica à concepção tradicional de trabalho material, frequentemente presente em autores marxistas ortodoxos, na qual a centralidade da produção estaria vinculada apenas ao labor visível e objetificável. No regime farmacopornográfico, o trabalho se desloca para esferas moleculares e subjetivas, e é nesse novo plano que o *hipermaterialismo* emerge como operador analítico e político.

¹⁸¹ Preciado, 2023, p. 280.

que deixou de produzir mercadorias para produzir modos de ser, e que se apresenta como plenamente eficaz porque atua no próprio terreno da volição: desejamos participar dele, desejamos consumir seus signos, desejamos ser suas imagens.

Essa mutação do regime produtivo implica, como destaca Preciado, uma transição fundamental em que “o negócio farmacopornográfico é a invenção de um sujeito e, em seguida, sua reprodução global”.¹⁸² Dito de outro modo, nas palavras de Hewson, “os regimes contemporâneos ‘farmacopornográficos’ de poder produzem sujeitos em vez de objetos, ou pessoas em vez de coisas”.¹⁸³ Como observa Hewson, a farmacopornografia, portanto, é uma tecnologia de governo que atua sobre a subjetividade em sua dimensão política e sexual, moldando corpos, normas e performances por meio de prescrições clínicas, circuitos midiáticos e padrões de consumo afetivo. Se vale das indústrias culturais e farmacológicas para programar a vida em função da produtividade, da eficiência e da estetização. Nesse sentido, não se trata apenas de administrar a vida, mas de configurar previamente os modos pelos quais a vida se tornará possível, desejável e reconhecível.

Nesse horizonte a noção de *potentia gaudendi*¹⁸⁴ adquire centralidade analítica. “Chamo de *potentia gaudendi*, ou ‘força orgásmica’, a potência (presencial ou virtual) de excitação (total) de um corpo”.¹⁸⁵ Essa força orgásmica é o resultado da soma de toda a potencialidade de excitação inerente que cada molécula material possui. “É uma força de transformação do mundo em prazer – ‘prazer com’. A *potentia gaudendi* reúne ao mesmo tempo todas as forças somáticas e psíquicas, e reivindica todos os recursos bioquímicos e estruturas da mente”.¹⁸⁶

Preciado propõe tal noção como uma atualização do conceito de força de trabalho da economia clássica – “precisamos elaborar inicialmente um novo conceito filosófico no domínio farmacopornográfico que seja equivalente ao conceito de força de trabalho no domínio da economia clássica”.¹⁸⁷ Isso se faz necessário, pois “se estamos pensando em novas mecânicas de produção e em outras matérias-primas, a força de trabalho, talvez, deveria ser pensada sob

¹⁸² Preciado, 2023, p. 32.

¹⁸³ Hewson, 2018, p. 14. Tradução nossa. No original: “[...] that contemporary, ‘pharmacopornographic’ regimes of power produce subjects rather than objects, or people rather than things”.

¹⁸⁴ Preciado trabalha esse conceito a partir da noção espinosana de *conatus* – referente à inclinação inerente de um ser para perseverar em sua existência e se aprimorar. Preciado adapta esse conceito espinosano ao seu próprio projeto filosófico, político e corporal, deslocando seu foco para as dinâmicas específicas do capitalismo farmacopornográfico. Ele mantém a ênfase na capacidade de agir e ser afetado como uma força imanente, mas conecta isso ao prazer e ao gozo como dimensões centrais do tecnobiopoder contemporâneo. Se para Espinosa o *conatus* é aquilo que nos impulsiona a perseverar na existência, para Preciado essa força é redirecionada para descrever a capacidade dos corpos de produzir e experimentar gozo – entendido como prazer sexual, afetivo e sensorial –, e como essa capacidade é expropriada e mercantilizada no capitalismo farmacopornográfico.

¹⁸⁵ Preciado, 2023, p. 37.

¹⁸⁶ Preciado, 2023, p. 38.

¹⁸⁷ Preciado, 2023, p. 37.

sua perspectiva de capacidade de excitação, e sua função orgásmica”.¹⁸⁸ O autor espanhol a concebe, portanto, como a nova força de trabalho do regime farmacopornográfico: aquilo que é continuamente mobilizado, explorado, mediado e expropriado nas práticas de produção contemporâneas. Em vez de explorar apenas a força física ou cognitiva do sujeito, esse regime extrai sua potência de viver, de desejar, de gozar – extração do desejo como força produtiva, mas também como energia política.

Essa potência, ou força orgásmica, se revela como “o substrato da força de trabalho no capitalismo farmacopornográfico”.¹⁸⁹ Aqui, a economia se torna ontopolítica: ela atua diretamente sobre a constituição do ser, da normatividade sexual, na extração de vontade de vida, moldando-a à sua maneira de produção. Um ponto crucial a ser destacado é que “no circuito em que a excitação é tecnoproduzida, não há corpos vivos nem corpos mortos, mas presentes ou ausentes, presenciais ou virtuais”.¹⁹⁰ O que significa dizer que todas as biomoléculas, entidades semiótico-técnicas, organismos etc., não possuem, na atual economia global, valor de morto ou vivo, mas são considerados na medida que podem ser integráveis ou não integráveis dentro da rede bioeletrônica da excitação global. “Nesse sentido, cada tecnocorpo, inclusive um tecnocorpo morto, pode suscitar força orgásmica e, portanto, ser portador de potência de produção de capital sexual”.¹⁹¹

Lembremos que o capitalismo farmacopornográfico não emerge e desintegra todos os outros modos de gestão econômicos e tecnocientíficos, regimes claramente distintos de poder-saber atravessam esse tecnocorpo. Ele é regido por tecnologias somatopolíticas diferentes, de modo que “enquanto o nariz está regulado por um poder farmacopornográfico em que um órgão se considera propriedade individual e objeto do mercado”¹⁹² os genitais, por sua vez, “continuam encerrados em um regime pré-moderno, soberano e quase teocrático de poder, que os considera propriedades do Estado e dependentes de uma lei transcendental e imutável”.¹⁹³

Nesse sentido, a capacidade de excitação total de um corpo, sua *potentia gaudendi*, é também atravessada por essa multiplicidade de regimes de poder-saber que, operando de maneiras diferentes a gestão e produção dos corpos, captam, exploram e expropriam essa potência de qualquer corpo cuja possibilidade de lucro da força orgásmica entra em cena. “Daí a conclusão: tanto a biopolítica (política de controle e produção da vida) como a necropolítica

¹⁸⁸ Barros, 2022, p. 66.

¹⁸⁹ Barros, 2022, p. 67.

¹⁹⁰ Preciado, 2023, p. 40.

¹⁹¹ Preciado, 2023, p. 41.

¹⁹² Preciado, 2023, p. 110-111.

¹⁹³ Preciado, 2023, p. 111.

(política de controle e produção da morte) funcionam como farmacopornopolíticas, gestões planetárias da *potentia gaudendi*”.¹⁹⁴

Outro ponto importante a se ressaltar, é que, no regime farmacopornográfico, apenas os corpos cuja *potentia gaudendi* pode ser extraída e convertida em benefício ejaculatório são excitados, controlados e investidos. Preciado sustenta que é a capacidade de um corpo de participar do circuito produtivo do prazer que o torna visível e governável. Essa lógica se funda numa economia somatopolítica seletiva: só se erotiza aquilo que pode ser funcionalizado como força de trabalho libidinal. A gestão contemporânea do desejo, portanto, não se dá apenas pela repressão, mas pela produção e expropriação da potência de gozo de corpos considerados úteis ao regime. Nesse sentido, a excitação não é um direito universal, mas um privilégio produtivo que é politicamente distribuído.

É essa lógica que permite compreender a relação direta entre o grau de opressão histórica de certos corpos e seu grau de pornificação. Como afirma Preciado, “na história, os corpos mais pornificados têm sido os dos animais não humanos, os das mulheres e os das crianças, o corpo racializado do escravizado, o corpo do jovem trabalhador, o corpo homossexual”.¹⁹⁵ A pornificação é aqui uma forma de poder que extrai valor pela exposição sistemática desses corpos ao desejo normativo e à vigilância técnica. No entanto, nosso autor enfatiza: “não há relação ontológica entre anatomia e *potentia gaudendi*” –¹⁹⁶ não é o corpo em si que goza mais ou menos, mas a posição somatopolítica que ele ocupa na economia farmacopornográfica. Por isso, enquanto alguns corpos são saturados de visibilidade e desejo, outros são excluídos da cena do prazer, da excitabilidade e da intervenção tecnocientífica, pois sua *potentia gaudendi* não é reconhecida como produtiva, desejável ou lucrativa. “São corpos precários cuja sobrevivência ainda não foi capitalizada como consumidora/produtora pela indústria farmacêutica ocidental. [...] Esses corpos não estão mortos nem vivos, existem em um estado pré-farmacopornográfico”,¹⁹⁷ ou ainda, o que seria a mesma coisa, “suas vidas não são suscetíveis de produzir benéfico ejaculatório”.¹⁹⁸

Essa economia diferencial do prazer se articula diretamente à emergência de um novo sujeito hegemônico: “um corpo (frequentemente codificado como masculino, branco e heterossexual) farmacopornograficamente suplementado (pelo Viagra, pela cocaína, pela

¹⁹⁴ Preciado, 2023, p. 41.

¹⁹⁵ Preciado, 2023, p. 43.

¹⁹⁶ Preciado, 2023, p. 43.

¹⁹⁷ Preciado, 2023, p. 47.

¹⁹⁸ Preciado, 2023, p. 48.

pornografia etc.)”¹⁹⁹ e sustentado pelo consumo de “serviços sexuais pauperizados (frequentemente exercidos por corpos codificados como femininos, infantis ou racializados)”.²⁰⁰ Tal figura encarna a convergência entre privilégio somático e acesso técnico ao gozo, operando como centro normativo da economia libidinal contemporânea. Assim, enquanto corpos subalternizados (o corpo do migrante, do deportado, do colonizado, da atriz ou ator pornô, do trabalhador do sexo, do animal de laboratório etc.) são erotizados até a exaustão ou descartados por sua suposta improdutividade, o corpo dominante se autorreproduz como sujeito do desejo e do capital, protegido e expandido por tecnologias que garantem sua potência performativa.

A consequência dessa extração incessante da vontade de viver, da energia libidinal e do desejo de corpo é a de um estado de exaustão generalizada, uma epidemia global de frustração. Essa epidemia se manifesta sob a forma de “patologias” difusas – depressão, ansiedade, *burnout* – que não são efeitos do regime, mas sintomas estruturais de sua lógica produtiva, sintomas de um capitalismo que lucra com o colapso da vitalidade que ele mesmo provocou. Preciado, afirma, nesse sentido, que “o sucesso da indústria tecnocientífica contemporânea consiste em transformar nossa depressão em Prozac, nossa masculinidade em testosterona, nossa ereção em Viagra, nossa fertilidade ou esterilidade em pílula, nossa aids em triterapia”.²⁰¹ Essa formulação evidencia o modo como a tecnociência contemporânea não apenas intervém sobre condições pré-existentes, mas participa ativamente da produção dos próprios estados que pretende tratar. A indústria tecnocientífica se torna, assim, coautora dos corpos, das doenças e das identidades que farmacologiza.

Essa operação não responde a uma lógica causal linear, mas a um circuito autorreferente, que o próprio Preciado caracteriza como *feedback* performativo: “sem que seja possível saber quem vem primeiro: a depressão ou o Prozac, o Viagra ou a ereção, a testosterona ou a masculinidade, a pílula ou a maternidade, a triterapia ou a aids”.²⁰² Esse circuito performativo é, para o nosso autor, um dos mecanismos centrais do regime farmacopornográfico: a tecnociência não apenas responde à realidade, mas produz realidade ao mesmo tempo em que a regula, instituindo normas e verdades a partir das próprias tecnologias que oferece. O Prozac não apenas “cura” a depressão; ele define o que é depressão, regula o que ser considerado um estado emocional aceitável, estabelece parâmetros bioquímicos de normalidade. O citrato de

¹⁹⁹ Preciado, 2023, p. 43.

²⁰⁰ Preciado, 2023, p. 43.

²⁰¹ Preciado, 2023, p. 31.

²⁰² Preciado, 2023, p. 31.

sildenafil (Viagra), ao invés de restaurar uma função “natural” da sexualidade, cria um padrão de virilidade a ser perseguido. A testosterona não apenas afirma uma identidade de gênero, mas institui uma relação normativa entre identidade e biologia. O resultado é uma circularidade produtiva na qual o sintoma e a solução se constroem mutuamente, apagando os rastros políticos, sociais e históricos dos processos que se busca “tratar”. Dentro desse escopo, podemos dizer que “a sociedade contemporânea é habitada por subjetividades toxicopornográficas que se definem pela substância (ou substâncias) que abastece seu metabolismo, pelas próteses e vários tipos de desejos farmacopornográficos”,²⁰³ que irão orientar as ações dos sujeitos e serem os meios pelos quais estes se transformam em agentes.

O acúmulo teórico e político empreendido nesta análise nos permite entender o regime farmacopornográfico mais do que um contexto histórico ou uma conjuntura político-econômica, pois ele se configura também, em seu nível macro, como um aparato da produção geral de corpos e subjetividades. Ou seja, trata-se de um conjunto tecnocientífico, jurídico, biomolecular e midiático que organiza como os corpos devem ser vividos, percebidos, medicados, excitados, normalizados ou patologizados. Em um nível meso, os eixos farmacológico e pornográfico aparecem como subaparatos, digamos assim, ou ainda, como campos operativos específicos, dentro desse regime. E em um nível micro, os próprios elementos biotécnicos e semiótico-técnicos – pílulas, próteses, vídeos, redes sociais, algoritmos de visibilidade, etc. – devem ser pensados como atores material-semióticos, coprodutores da realidade corporal e psíquica contemporânea.

Um comprimido de testosterona é, nos termos de Haraway, um ator material-semiótico: ele não é apenas uma substância química que altera o corpo; ele carrega sentidos, regula práticas de gênero, ativa discursos médicos e jurídicos, reorganiza a percepção de si. Um filme pornográfico, uma *selfie* hipersexualizada são atores material-semióticos: são códigos que excitam, mas também que normalizam, controlam, incitam à repetição performática de certos regimes de desejo. Ambos agem, operam, disputam sentidos – e por isso mesmo são atores material-semióticos. Eles são tanto signos quanto corpos, tanto dispositivos quanto agências. É assim, então, que podemos falar em “sujeitos-Prozac, sujeitos-cannabis, sujeitos-cocaína, sujeitos-álcool, sujeitos-ritalina, sujeitos-cortisona, sujeitos-silicone, sujeitos-heterovaginas, sujeitos-dupla-penetração, sujeitos-Viagra, sujeitos-dinheiro”.²⁰⁴ Do mesmo modo, a tautologia política que já mencionamos: “como a depressão ou a esquizofrenia, a masculinidade e a feminilidade são ficções farmacopornográficas definidas retroativamente segundo a molécula

²⁰³ Preciado, 2023, p. 32.

²⁰⁴ Preciado, 2023, p. 32.

com a qual são tratadas”,²⁰⁵ ou seja, “não há categoria da depressão sem a molécula sintética da serotonina, assim como não há masculinidade clínica sem a testosterona sintética”.²⁰⁶

É nesse contexto que teremos uma mudança epistêmica alavancada pela invenção do gênero como um dispositivo técnico-operacional de produção corporal, farmacológica, jurídica, estética e midiática – o tecnogênero, e a heterossexualidade como matriz que sustenta a sexopolítica contemporânea. Nos capítulos *História da tecnossexualidade e Tecnogênero*, Preciado propõe uma reescrita da genealogia da sexualidade que já não se limita à crítica das normas heterossexuais ou à desconstrução da matriz binária homem/mulher. O que se coloca em jogo, para ele, é a emergência de uma nova racionalidade tecnocientífica do gênero, na qual as identidades sexuais são produzidas, modificadas, estabilizadas ou desestabilizadas por meio de práticas biomoleculares, regimes visuais, plataformas digitais e dispositivos normativos. A sexualidade, nesse novo quadro, é inteiramente modulada: ela é regulada não só por discursos, mas por protocolos clínicos, próteses de silicone, hormônios sintéticos, selfies, pornografia em alta definição etc. Mas, vamos por partes.

Em *História da tecnossexualidade*, Preciado apresenta o conceito de sexopolítica. Ao falar do capitalismo contemporâneo, o autor espanhol se utiliza, não por acaso, das noções foucaultianas de sociedade soberana e de sociedade disciplinadora, adicionando o farmacopornismo como terceiro regime sexual. Nesse sentido, “pensa o conceito de ‘sexopolítica’ como uma descrição específica da biopolítica, mas que se estende para a farmacopornografia”.²⁰⁷ Isto é, sexopolítica é um conceito que designa uma forma específica de biopolítica centrada na regulação dos corpos, práticas sexuais, identidades de gênero e sexualidades. Preciado a utiliza para descrever como, no capitalismo contemporâneo, o sexo entra diretamente no cálculo político e econômico do poder, não apenas como dado biológico, mas como tecnologia de governo das subjetividades. A sexopolítica, portanto, se configura como uma das formas dominantes dessa ação biopolítica, como ramificação do biopoder, que se articula inicialmente no interior dos regimes disciplinares, mas continua operando no regime farmacopornográfico, por meio de novos dispositivos – como a indústria farmacêutica, a pornografia, a biotecnologia e a cultura digital.

Preciado identifica três regimes – soberano, disciplinar e farmacopornográfico –, possuidores de três epistemologias sexuais diferentes. A epistemologia sexual do regime

²⁰⁵ Preciado, 2023, p. 57.

²⁰⁶ Preciado, 2023, p. 57.

²⁰⁷ Barros, 2022, p. 70.

soberano, estendida até o século XVII, é dominado por aquilo que Thomas Laqueur²⁰⁸ nomeia de sistemas de similaridades. Esse sistema de similaridades se caracteriza por ser um modelo isomorfista monossexual: “a anatomia sexual feminina foi estabelecida como uma variação frágil, interiorizada e degenerada do único sexo que possuía existência ontológica, o masculino”.²⁰⁹ Em outras palavras, as expressões sociais e políticas – “homem” e “mulher” – são diferenciadas hierarquicamente, onde a masculinidade é a única ficção somática com poder político definida por técnicas necropolíticas: rei e pai possuem o poder de tirar a vida. Enquanto o corpo feminino é visto não como outro, mas como uma variação imperfeita ou interiorizada do corpo masculino – uma cópia degradada, cuja diferença era mais de grau do que de natureza. A atribuição sexual dependia não somente da morfologia – referente à exterioridade dos órgãos sexuais –, mas, sobretudo, da capacidade reprodutiva e do papel social. As diferenças entre masculinidade e feminilidade não determinavam, nessas configurações somatopolíticas, as cristalizações da subjetividade sexopolítica. Ou seja, a subjetividade não era definida e regulada a partir de normas sexuais e de gênero naturalizadas – algo que só irá se consolidar com os regimes disciplinares e, mais radicalmente, com o farmacopornográfico.

A partir do século XVIII, com a emergência do regime disciplinar, teremos uma nova epistemologia sexual: visual e dependente de um sistema de oposições, não mais de similaridades. Esse regime sexopolítico determina que a diferença sexual corresponde, a partir de agora, à própria lógica anatômica e não a uma lógica de inversão. “Ele mapeia uma nova anatomia sexual em que o sexo feminino não é mais uma inversão ou uma interiorização do sexo masculino, mas sim um sexo inteiramente diferente, cujas formas e funções respondem à própria lógica anatômica”.²¹⁰ Trata-se da invenção, segundo Thomas Laqueur, de uma estética da diferença sexual e racial – técnicas mecânicas, semióticas e arquitetônicas da naturalização do sexo –, que estabelece uma hierarquia político-anatômica entre os sexos – masculino e feminino – e as raças – brancos e não-brancos. A verdade anatômica, portanto, legitima uma nova organização política do campo social pautada num sistema de reconhecimento, onde “qualquer divergência corporal da norma (como tamanho e forma dos órgãos sexuais, pilosidade facial e forma e tamanho dos seios) é considerada uma monstruosidade, uma violação das leis da natureza ou uma perversão, uma violação das leis naturais”.²¹¹ A diferença sexual é, então, elevada a uma categoria não apenas natural, mas igualmente transcendental –

²⁰⁸ Cf. Laqueur, Thomas Walter. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

²⁰⁹ Preciado, 2023, p. 69.

²¹⁰ Preciado, 2023, p. 70.

²¹¹ Preciado, 2023, p. 71.

superando todos os contextos históricos e culturais –, o que serve tanto à lógica colonial e de naturalização dos corpos. Cada corpo, nesse contexto, passa a ser um indivíduo que é preciso corrigir.

As profundas transformações que ocorrem em meados do século XX, que incluem dispositivos sexopolíticos que se desenvolveram justamente com a estética da diferença sexual e das identidades sexuais do século XIX e que se configuram como técnicas mecânicas, semióticas e arquitetônicas que naturalizam o sexo, bem como o movimento em direção à vigilância médico-jurídica e à espetacularização midiática, exigem a conceitualização de um terceiro regime de subjetivação, uma terceira epistemologia sexual: o farmacopornográfico. “A ejaculação programada é a moeda desse novo controle molecular-informático”.²¹² Temos, então, uma sobreposição de regimes diferentes e conflitantes que se justapõem e atuam em nossos corpos, produzindo nosso sujeito contemporâneo e nossa ficção somática. Como bem aponta Haraway sobre o perigo do pequeno, aqui “os modelos de controle do corpo são microprostéticos: agora, o poder atua por meio de moléculas incorporadas ao nosso sistema imunológico. [...] O corpo já não habita os espaços disciplinadores: está habitado por eles”.²¹³

A tecnossexualidade é, assim, a forma que assume a sexualidade no interior do regime farmacopornográfico: uma sexualidade transformada em superfície de experimentação tecnoquímica, de performance visual, de circulação de signos e de produção de valor. Não se trata mais de desconstruir o gênero enquanto norma, mas de compreender como ele opera como interface entre dispositivos técnicos e regimes de poder, moldando subjetividades ao mesmo tempo em que abre brechas para novas formas de insurgência somática – “esse momento contém todo o horror e a exaltação da potência política do corpo”.²¹⁴

Se no regime soberano tínhamos um modelo isomórfico monossexual e no regime disciplinar temos um modelo dimórfico heterossexual, a criação do (tecno)gênero entra como um movimento-chave de mudança epistemológica que inaugura o terceiro regime sexual – o capitalismo farmacopornográfico. O capítulo *Tecnogênero*, então, marca as ruínas da epistemologia do dimorfismo e da diferença sexual, dando origem à uma nova episteme sexual – a episteme pós-moneyista.²¹⁵ Essa nova episteme sexual, inaugurada pelo conceito de gênero

²¹² Preciado, 2023, p. 73.

²¹³ Preciado, 2023, p. 75.

²¹⁴ Preciado, 2023, p. 75.

²¹⁵ Segundo Preciado, a categoria de “gênero”, longe de ser parte de uma agenda feminista, foi criada enquanto uma ferramenta clínica e de diagnóstico dentro do discurso biotecnológico pertencentes às indústrias médicas e terapêuticas dos Estados Unidos no final da década de 1940. John Money, representando todo um agenciamento de profissionais da psiquiatria, da saúde, da biologia, é, para Preciado, a primeira pessoa a fazer uso dessa categoria no tratamento de “hermafroditas” e “bebês intersexuais”, marcando, dessa forma, uma mudança de episteme onde a verdade anatômica do sexo biológica não é mais suficiente para dar conta da realidade.

de Money, aparece quando a noção de sexo biológico, a verdade do sexo, não dá mais conta da realidade – os “bebês intersexuais”, por exemplo, não se conformam dentro do binarismo estabelecido da diferença sexual. “Os bebês intersexuais representam uma ameaça”,²¹⁶ pois “alteram a fronteira para além da qual há diferença, e aquém da qual há identidade. [...] Evidenciam a arbitrariedade das categorias (identidade e diferença, macho/fêmea) e a cumplicidade que essa categorização estabelece com a heterodesignação dos corpos”.²¹⁷ Por isso, quando falamos de atribuição/reatribuição de gênero devemos levar em conta a base constituinte desses procedimentos: a heterossexualidade.

Tendo por base o regime político da heterossexualidade, a atribuição/reatribuição de gênero, dentro das práticas do regime pós-moneyista, obedecem a dois modelos metafísicos do corpo quase irreconciliáveis: um modelo de reconhecimento visual e um modelo que corresponderia a um “sexo psicológico”. O primeiro se pretende empírico, onde os significantes – cromossomos, tamanho dos genitais etc. – funcionam como verdades científicas, sendo, portanto, uma ontologia ótica: o real é o visível. Nesse sentido, dar visibilidade/inteligibilidade a um corpo implica atribuí-lo única e definitivamente a um gênero masculino ou feminino.

Esse modelo de reconhecimento visual é o resultado de duas epistemologias que serão utilizadas para descrever o corpo: a análise cromossômica e o juízo estético. No campo da análise cromossômica temos: um corpo é considerado geneticamente feminino quando possui dois cromossomos X, sem cromossomos Y; enquanto um corpo geneticamente masculino é aquele que possui pelo menos um cromossomo Y. No campo do juízo estético, referente ao tamanho dos genitais, temos, na linguagem da atribuição sexual: clitopênis, pequeno órgão que se parece com um clitóris, mas possui potencial de se transformar em pênis; micropênis, pequeno pênis, mas bem formado; microfalo: pênis pequeno malformado difícil de reconhecer como tal, mas que não deve ser confundido com um clitóris; pênis-clitóris, um clitóris grande que, por sua vez, não deve ser confundido com um pênis pequeno.

Os corpos que se apresentam como ambíguos diante de uma exploração visual, como no caso dos bebês intersexo, são submetidos a um extenso procedimento envolvendo operações genitais que duram até o momento da pré-adolescência. Temos então, segundo o modelo de Money, que se o recém-nascido intersexo é considerado geneticamente feminino, XX, após a análise cromossômica, as cirurgias irão intervir para suprimir os tecidos genitais que poderiam ser confundidos com um pênis. “Se o órgão visível se parece como que a terminologia médica

²¹⁶ Preciado, 2022, p. 133.

²¹⁷ Preciado, 2022, p. 133.

chama de um pênis-clitóris, essa operação implica, na maioria dos casos, a mutilação do clitóris”.²¹⁸

Quanto a ideia de “sexo psicológico”, esta diz respeito a uma radical invisibilidade – pois diz respeito a uma convicção subjetiva de ser “homem” ou “mulher”, diferenciando-se, portanto, daquele atribuído no nascimento. Temos, então, uma ontologia imaterial: o real não se oferece aos sentidos, escapando dos meios empíricos.

Esses dois modelos funcionam juntos através de um eixo metafísico que, ao mesmo tempo em que os aproxima, os opõe. Esse eixo metafísico diz respeito ao ideal biopolítico de “feminilidade” e “masculinidade” enquanto essências transcendentais “das quais pendem estéticas de gênero, códigos normativos de reconhecimento visual, convicções psicológicas invisíveis que levam o sujeito a se afirmar como masculino ou feminino, como heterossexual ou homossexual, como cis ou trans”.²¹⁹ Se a diferença sexual é uma de máquina produção ontológica que despedaça o corpo para fazê-lo corresponder a esses ideais, a atribuição de sexo no nascimento nada mais é do que o primeiro corte nessa mesa de operações que é a tecnologia sexual.²²⁰ Enquanto os processos de reatribuição, a partir da ideia de “sexo psicológico”, não passam de um segundo recorte, uma segunda fragmentação do corpo. Ambos possuem o mesmo valor ontológico, isto é, um não é mais real que o outro.

Importante ressaltar que apesar de serem modelos que se opõe, eles não negam o binarismo. Pensar o gênero como “sexo psicológico” é configurá-lo dentro de uma lógica em que a determinação biológica não é suficiente, porém o regime pós-moneyista construtivista do corpo se concilia com o regime naturalista do sexo, visto que ambos se sustentam pelo binarismo. Afinal de contas, o sexo é o princípio metafísico transcendente nessa equação.

“O regime sexo-gênero farmacopornográfico é o resultado da aliança inesperada entre a metafísica naturalista do século XIX do dimorfismo sexual, com foco na reprodução heterossexual, e a ascensão da indústria médica e biotécnica hiperconstrutivista”,²²¹ onde “os papéis e as identidades de gênero podem ser artificialmente concebidos”.²²² O gênero passa a ser um artefato produzido e comercializável como qualquer outro, independente do corpo – “‘masculino’ e ‘feminino’ são termos sem conteúdo empírico para além das tecnologias que os produzem”.²²³

²¹⁸ Preciado, 2022, p. 136.

²¹⁹ Preciado, 2023, p. 98.

²²⁰ Preciado, 2022.

²²¹ Preciado, 2023, p. 98.

²²² Preciado, 2023, p. 98.

²²³ Preciado, 2023, p. 97.

A proliferação dos discursos clínicos sobre “intersexuais” e outras “ambiguidades/incongruências sexuais”, assim como a normatização médica das técnicas de reatribuição sexual etc., constituem um movimento desesperado para tentar reconstruir uma epistemologia já abalada – a do dimorfismo e da diferença sexual. “Se o conceito de gênero introduz uma ruptura, é exatamente porque constitui o primeiro momento autorreflexivo dentro da epistemologia da diferença sexual”,²²⁴ marcando, dessa maneira, o começo do fim, a “explosão do sexo-natureza. [...] Com a noção de gênero, o discurso médico deixa à mostra suas fundações arbitrárias e seu caráter construtivista, ao mesmo tempo abrindo caminho para novas formas de resistência e de ação política”.²²⁵

Dessa forma, o gênero, no contexto do regime farmacopornográfico, deixa de ser apenas uma categoria de identidade ou um marcador social de papéis sexuais, passando a operar como tecnologia política de produção dos corpos. Ele não representa mais uma verdade interior nem uma diferença biológica, mas torna-se um dispositivo técnico que regula, modela e distribui as subjetividades segundo normas visuais, farmacológicas e discursivas. Aquilo que antes funcionava como uma categoria relacional entre os sexos, uma expressão da diferença ou da subordinação entre “homens” e “mulheres”, transforma-se agora em um código operacional, um conjunto de signos intercambiáveis, ajustáveis e otimizáveis por meio das tecnologias médicas, farmacológicas e visuais – “somos homens e mulheres de laboratório, efeitos de uma espécie de bioplatonismo político-científico”.²²⁶ Gênero é, assim, um artefato biopolítico, operando como instrumento de controle e mercantilização dos corpos dentro da lógica capitalista. Ao mesmo tempo, sua visibilização como construto abre espaço para formas de resistência: ao evidenciar o caráter arbitrário da diferença sexual, o gênero também se torna terreno para sua própria desconstrução e reinvenção. “Somos estranhas ficções biopolíticas porque estamos vivos: somos ao mesmo tempo efeito do regime de poder farmacopornográfico [...] e o potencial para o seu fracasso”.²²⁷

Nesse escopo, a distinção entre “cis” e “trans” não pode ser compreendida apenas em termos identitários, mas deve levar em conta dois elementos fundamentais: a resistência à norma e a consciência dos processos técnicos – próprios do regime farmacopornográfico – que produzem nossas ficções somáticas de masculinidade e feminilidade. Esses processos envolvem tanto procedimentos científicos quanto mecanismos de reconhecimento social no espaço

²²⁴ Preciado, 2023, p. 108.

²²⁵ Preciado, 2023, p. 108.

²²⁶ Preciado, 2023, p. 114.

²²⁷ Preciado, 2023, p. 114.

público. “Em termos ontopolíticos, isso significa dizer que há apenas tecnogêneros”.²²⁸ Em outras palavras, não há um juízo de valor intrínseco que torne o tecnogênero “trans” mais político ou mais autêntico do que o tecnogênero “cis”. Ainda assim, os critérios de resistência e consciência permanecem decisivos, uma vez que toda reiteração de “verdade do sexo” ocorre a partir de códigos semióticos, técnicos e farmacológicos que, ao mesmo tempo em que naturalizam, podem ser subvertidos.

Nunca é demais lembrar que o regime farmacopornográfico da sexualidade não pode funcionar sem a circulação de um intenso fluxo semiótico-técnico: fluxo de hormônios, fluxo de silicone, fluxos digitais. [...] Em outras palavras, [...] não pode funcionar sem um tráfego constante de biocódigos de gênero. O gênero no século XXI funciona como um mecanismo abstrato para a subjetivação técnica; ele é conectado, cortado, deslocado, [...] engolido, injetado, transplantado, [...] trocado, dosado, administrado, extraído, contraído, [...] traído...²²⁹

Como já mencionado, o regime farmacopornográfico opera mediante dois vetores principais: o farmacopoder e o pornopoder. Esses polos não operam de maneira separada ou paralela, mas articulam-se como faces complementares de um mesmo regime de subjetivação. Juntos, eles constituem aquilo que Preciado descreve como a dupla racionalidade somatopolítica do presente, marcada pela intervenção molecular e pela modulação semiótica do corpo e do desejo.

O farmacopoder designa o conjunto de técnicas e dispositivos que incidem diretamente sobre a matéria viva – sobre os hormônios, os ciclos menstruais, a ereção, o sistema nervoso, a composição muscular, os estados emocionais. Ele opera por meio de substâncias sintéticas – como a testosterona, o estrógeno, os ansiolíticos, os antidepressivos –, de protocolos médicos – como a hormonoterapia, a contracepção química, os regimes de fertilização –, de práticas laboratoriais, de classificações diagnósticas e de tecnologias clínicas. O corpo, nesse campo, é administrado como território químico, endócrino, visceral e neuronal, passível de intervenção técnica, de otimização e de disciplinamento pela via molecular.

A esse polo corresponde o que Haraway nomeia, nos anos 1980, como a fisiologia política da dominação: uma forma de governo que atua diretamente sobre a carne, sobre a pulsação biológica dos corpos, sobre os seus ritmos e metabolismo. O farmacopoder é, portanto, a atualização tecnoquímica da biopolítica foucaultiana, agora atravessada pelas lógicas do capital farmacêutico, da tecnomedicina e da indústria do prazer sintético. Trata-se de uma forma de poder que não mais proíbe ou normatiza “de fora”, mas infiltra-se no corpo, reconfigurando

²²⁸ Preciado, 2023, p. 122.

²²⁹ Preciado, 2023, p. 123.

suas possibilidades afetivas e performativas desde dentro. A plasticidade corporal, aqui, é capturada como possibilidade de produção de valor e de adaptação à lógica do mercado.

O segundo polo, constituído pelo pornopoder, designa o conjunto de dispositivos visuais, midiáticos e semióticos que produzem imagens, signos e performances da sexualidade. Trata-se do domínio da pornografia, da publicidade erótica, da indústria da moda, das redes sociais, dos algoritmos de reconhecimento facial, das selfies, da estética digitalizada da virilidade e da feminilidade, da pedagogia pornográfica do gozo e da obediência. O pornopoder opera, portanto, na ordem da representação e da imagem, mas não se trata de uma representação passiva: é um regime de fabricação ativa de desejo, de codificação visual da carne, de performance estético-política do corpo.

Nesse ponto, retomamos outro conceito de Haraway: a informática da dominação – isto é, o modo como os sistemas de informação, reprodução de imagens, processamento de dados e interações cibernéticas passam a funcionar como instrumentos centrais de controle social e produção de subjetividade. O pornopoder é, nesse sentido, uma informática do sexo: ele codifica os signos sexuais, distribui padrões de legibilidade corporal, impõe regimes de visibilidade e define o que pode ou não ser reconhecido como sexualmente desejável, aceitável ou vendável.

A figura do ciborgue, nesse entrecruzamento, não pode ser entendida apenas como símbolo de resistência. O ciborgue, como Haraway alerta, é uma criatura de mundos que são ao mesmo tempo mundos de opressão e de potencial emancipação. Ele encarna a ambiguidade constitutiva da tecnociência: é tanto produto da dominação quanto possibilidade de sua subversão. No regime farmacopornográfico, os corpos são ciborgues não por escolha, mas porque já vivem atravessados por dispositivos técnicos que modulam gênero, desejo, prazer e identidade. O corpo contemporâneo é, por definição, um corpo ciborgue, um corpo técnico, um corpo em rede, cuja forma, química, imagem e função são constantemente reprogramadas.

Farmacopoder e pornopoder, juntos, definem o campo de operações do regime farmacopornográfico: um regime em que o sexo é ao mesmo tempo matéria plástica e signo midiático, molécula e imagem, substância e performance. É nesse campo, e sob essa dupla racionalidade, que se reconfiguram os processos de subjetivação e as materializações dos corpos sexuais. Dessa articulação, é possível compreender como o regime farmacopornográfico produz corpos e subjetividades de forma integrada, operando sobre a matéria viva e os signos sexuais simultaneamente.

Diante do corpo teórico desenvolvido até então, dispomos de recursos suficientes para identificar os processos de subjetivação e materialização no contexto do capitalismo

farmacopornográfico. Antes, aquilo que identificamos como sujeito sexual e como corpo sexual dizem respeito a entidades profundamente imbricadas, mas que não coincidem. Operando um corte agencial, podemos dizer que o primeiro é o efeito de um processo de subjetivação, enquanto que o segundo é o dispositivo material sobre o qual esse processo incide. A confusão entre “sujeito” e “corpo” se deve ao uso tradicional do termo sujeito como uma entidade centrada e autoconsciente – o sujeito cartesiano –, e do termo corpo como uma matéria inerte, biologicamente dada. A essa altura, sabemos que Preciado subverte ambos. O corpo sexual, no regime farmacopornográfico, é um corpo materializado através de tecnologias semióticas, farmacológicas, pornográficas e biomédicas. Não é uma base natural, mas uma interface, um campo tecnopolítico. Já o que apontamos como sujeito sexual – que melhor se expressa por “modos de subjetivação sexual”, a fim de evitar a compreensão de tal processo como uma entidade estável –, não é o “eu” interiorizado que habita esse corpo, mas o efeito desses processos materiais-discursivos de subjetivação que se expressam corporalmente.

O termo subjetivação é, então, empregado para descrever o processo pelo qual sujeitos são constituídos dentro de um campo técnico-político de produção de vida, de desejo e de identidade. Os “modos de subjetivação farmacopornográfica”²³⁰ são, portanto, compreendidos como configurações contingentes, instáveis e performativas, resultantes das tecnologias de controle e práticas que atravessam o corpo. Essas tecnologias incluem moléculas hormonais, algoritmos digitais, protocolos biomédicos, normas jurídicas, imagens pornográficas, plataformas sexuais e prescrições estéticas. O sujeito que emerge desse regime não é anterior a essas práticas, mas produzido por elas, na forma de um composto tecnopolítico – uma subjetividade somática, endócrina, informacional. Nas próprias palavras de Preciado encontramos que “em oposição ao corpo mecânico de Descartes [...] surge um novo sujeito, hormonal, eletroquímico, relacionado com a mídia e ultraconectado”.²³¹

No entanto, a subjetivação não se limita à incorporação das normas: ela é também o campo em que se articulam resistências, experimentações e fugas, como se verá na próxima seção. É nesse sentido que o regime farmacopornográfico não é apenas um sistema de opressão, mas um campo ambíguo de produção de si, em que as tecnologias que normatizam também podem ser apropriadas, desviadas ou hackeadas. “Em termos de agenciamento político, sujeição ou empoderamento não depende da rejeição de tecnologias em nome da natureza, e sim do uso

²³⁰ Preciado, 2023, p. 160.

²³¹ Preciado, 2023, p. 152.

diferenciado e da reapropriação das técnicas de produção de subjetividade”.²³² A subjetivação, então, é ao mesmo tempo inscrição e invenção, obediência e desvio, captura e potência.

Os processos de materialização dos corpos sexuais dizem respeito ao modo como o corpo é constituído como forma perceptível, como estrutura reconhecível, como presença física e social inteligível. A materialização, aqui, não é um dado bruto da biologia, mas um efeito performativo de práticas tecnopolíticas, que configuram o corpo em sua textura somática, sua forma visual, sua composição química e sua legibilidade social. Esse corpo é “uma interioridade densa em que a vida, e também o controle político, ocorre sob a forma de troca, tráfego e comunicação”.²³³ A materialização do sexo – como homem, mulher, trans, intersexo, neutro, mutante, ciborgue – é sempre o resultado de uma série de atos, intervenções, imagens, substâncias e classificações que operam sobre o corpo e o fazem ser o que ele é dentro de um determinado regime de verdade.

Se a subjetivação diz respeito ao modo como os sujeitos emergem e se reconhecem como tais, a materialização refere-se ao modo como esses sujeitos se tornam visíveis, manipuláveis e performáveis enquanto corpos sexuados. Em outras palavras: a subjetivação é o processo de constituição do “quem”, enquanto a materialização é o processo de constituição do “o que” – o corpo, a carne, a forma, a textura, a imagem. Sob o regime farmacopornográfico, ambos os processos são simultaneamente tecnológicos e políticos, produzidos por aparatos que não apenas identificam, mas configuram a realidade dos corpos e das subjetividades.

Essa distinção – que não é dicotômica, mas diferencial – será crucial para compreendermos, na seção seguinte, como o regime farmacopornográfico não apenas controla, mas também reconfigura o que se entende por corpo, natureza e desejo, permitindo que emergjam formas de resistência que rompem com as lógicas normativas da cisgeneridade e da heterossexualidade compulsória. A questão que se coloca, então, é: como essas materializações e subjetivações farmacopornográficas podem ser desestabilizadas de dentro – do corpo –, por meio de sua própria plasticidade? Que novas formas de existência sexual e corporal se tornam possíveis quando o corpo já não é mais visto como essência, mas como campo de operações tecnopolíticas e de invenção estética?

É precisamente essa possibilidade – a de uma insurgência somática no interior da tecnociência – que será explorada na próxima seção, a partir da articulação do conceito de plasticidade a proposta de um devir-contrassexual da natureza.

²³² Preciado, 2023, p. 123.

²³³ Preciado, 2023, p. 152.

3.2 A Plasticidade dos Corpos e o Devir-Contrassexual da Natureza

A materialização dos corpos sexuais no interior do regime farmacopornográfico não responde apenas à lógica da normatização e do controle. Ela se dá, também, por meio da mobilização de uma plasticidade somática, cujos limites e potencialidades são disputados nos circuitos tecnopolíticos da carne. O corpo, nesse contexto, não é um dado passivo da biologia, tampouco mera superfície de inscrição cultural. Ora, se “a contrassexualidade fala do sistema sexo/gênero como um sistema de bioescritura”,²³⁴ os corpos são, então, biotextos instáveis, cujas formas são continuamente afetadas, reconfiguradas e politicamente moduladas.

É Preciado quem radicaliza a noção de plasticidade ao transpor seu alcance para o terreno da experimentação somática e da escrita performativa. Embora Catherine Malabou (2008) também a compreenda como categoria ontológica e política, elaborando-a em um registro mais filosófico-conceitual, é Preciado quem a tensiona até seus limites corporais e técnicos, fazendo do próprio corpo um campo de inscrição da mutação plástica. Assim, a aproximação entre ambos não se dá por simetria, mas por contraste: enquanto Malabou pensa a plasticidade a partir da forma e da ruptura, Preciado a vive como processo material de intoxicação, prótese e reinvenção do sexo.

De saída, cumpre notar que “‘Plasticidade’ implica a combinação de três momentos: a capacidade de receber a forma, a capacidade de doar a forma e a capacidade de anular a forma”.²³⁵ E, ainda, “a plasticidade descreve o caráter constitutivo de algo que se situa entre os extremos da rigidez e da pura flexibilidade”.²³⁶ Efetivamente, Preciado retoma a concepção de plasticidade corrente e a reinscreve no campo da tecnopolítica dos corpos sexuais. Em *Manifesto Contrassexual*, o corpo aparece como paisagem aberta, espaço de experimentação e inscrição maquínica, cujas mutações não são apenas possíveis, mas desejáveis como resistência política. “A contrassexualidade tem como tarefa identificar os espaços errôneos, as falhas da estrutura do texto [...] e reforçar o poder dos desvios e derivações com relação ao sistema heterocêntrico”.²³⁷ Na seção intitulada *Práticas de inversão contrassexual*, Preciado nos apresenta uma série de conteúdos/exercícios experimentais, práticas contrassexuais, brechas ontológicas, cujo objetivo é pensar e atuar outros usos do corpo e desterritorializar o orgasmo/prazer – entendidos como reações biopolíticas inscritas no corpo. Trata-se, em última

²³⁴ Preciado, 2022, p. 38.

²³⁵ Sahd, 2025, p. 04.

²³⁶ Sahd, 2025, p. 04.

²³⁷ Preciado, 2022, p. 38.

instância, de redesenhar a cartografia do corpo, de expandir as funcionalidades que lhe foram encerradas.

O corpo é compreendido na sua dimensão de organicidade e textualidade, onde códigos socialmente investidos foram naturalizados através de operações repetitivas. Os próprios órgãos sexuais não escapam dessa dimensão, visto “que já são o produto de uma tecnologia sofisticada que prescreve o contexto em que os órgãos adquirem sua significação (relações sexuais) e são usados com propriedade, de acordo com a sua ‘natureza’ (relações heterossexuais)”.²³⁸ Vemos, por exemplo, que no caso dos processos de reconstrução do canal vaginal em crianças intersexo não se trata da simples produção de um órgão sexual, mas sim, e principalmente, “à prescrição das práticas sexuais, uma vez que se define como vagina única e exclusivamente aquele orifício que pode receber um pênis adulto”.²³⁹

O que nos lembra a provocativa afirmação de Monique Wittig: “as lésbicas não têm vagina”.²⁴⁰ Retomada por Preciado, essa frase não deve ser lida como uma contradição biológica, ou mesmo incoerência contraintuitiva, mas como uma ruptura semântica e política da ordem anatômico-discursiva que rege os corpos no sistema heteronormativo. “Dada a relação de causa e efeito que une os órgãos e as práticas sexuais em nossas sociedades heteronormativas, a transformação radical das atividades sexuais de um corpo implica de algum modo a mutação dos órgãos”,²⁴¹ deslocando, dessa maneira, o eixo da inteligibilidade do corpo da anatomia estática para a prática sexual como tecnologia de produção da carne. A performatividade sexual – aquilo que se faz com o corpo, e não aquilo que o corpo é – torna-se o operador de uma mutação ontológica que reconfigura a própria arquitetura material do sujeito.

Em outras palavras, o corpo não é uma substância neutra sobre a qual se inscrevem gêneros e orientações, mas um campo em disputa, atravessado por práticas técnicas, sexuais, farmacológicas e discursivas que o constituem em sua forma e função. A “vagina” de que fala Wittig, portanto, não é um simples órgão, mas um significante político que organiza o corpo feminino dentro da lógica da heterossexualidade compulsória. Dizer que as lésbicas não têm vagina é afirmar que elas se desidentificam dessa matriz de inteligibilidade, produzindo-se em outro regime de signos, de práticas e de carne.

Se lembramos bem a proposta baradiana, os corpos – humanos, técnicos, animais ou moleculares – não são entidades fechadas que interagem, mas limites temporários, sempre em

²³⁸ Preciado, 2022, p. 42.

²³⁹ Preciado, 2022, p. 137.

²⁴⁰ Preciado, 2022, p. 137.

²⁴¹ Preciado, 2022, p. 137.

processo, delineados por encontros materiais-discursivos que os marcam e transformam. Isso implica dizer que as categorias de sexo, gênero e mesmo sexualidade – entendida enquanto “orientação sexual” – não são dados naturais ou entidades prévias, mas efeitos de práticas performativas e tecnocientíficas que moldam o corpo por dentro. À luz dessa perspectiva, a separação entre sexo e gênero – já nesse momento insustentável – se torna incoerente.

Do mesmo modo, a distinção entre identidade de gênero e sexualidade se desfaz: se os corpos são constituídos pelas práticas que os atravessam, e se tais práticas são ao mesmo tempo sexuais e subjetivantes, então o gênero deixa de ser um papel ou lugar de identificação para tornar-se uma política do comportamento corporal. Com Preciado, mais precisamente com a sua contrassexualidade, poderíamos dizer: “meu gênero é o que faço com meu corpo”, ou, mais radicalmente, “meu gênero é minha sexualidade em ação”. Assim, a plasticidade dos corpos não é apenas adaptabilidade, mas potência de reconfiguração radical daquilo que chamamos de “natureza”, abrindo caminho para um devir-contrassexual da própria matéria.

Temos então, que a contrassexualidade não só é uma atividade criativa – pois se o desejo é produção ele é capaz de produzir realidades ainda não aparentes para nós –, como também afirma o corpo enquanto zona de plasticidade insubmissa, capaz de desmontar a máquina heterossexual por meio de práticas que operam uma deriva radical do sistema sexo/gênero: uso de próteses como os dildos, reconfiguração do prazer anal,²⁴² práticas BDSM²⁴³ e outras formas de erotismo tecnoficcional que rompem com a naturalização do desejo heterocentrado.

A plasticidade contrassexual, nesse sentido, não se limita a aceitar a mutação como adaptação, mas a reivindica como forma de agencia, insubordinação e criação. Como enfatiza Hewson, “a plasticidade corporal (‘plasticidade somática’) indica o potencial para resistência radical, mas somente se pudermos distinguir entre plasticidade e flexibilidade, que, como Malabou indica, tornaram-se indistinguíveis”.²⁴⁴ A distinção entre plasticidade e flexibilidade é fundamental para que a plasticidade não seja cooptada pelos imperativos adaptativos do

²⁴² Cf. Hocquenghem, Guy. **Homosexual desire**. 2 ed. Durham NC: Duke University Press, 1993.

²⁴³ BDSM é uma sigla que designa um conjunto de práticas e identidades sexuais organizadas em torno de jogos de poder e prazer, e que abrange: *Bondage* e Disciplina (amarras, contenções, regras e punições), Dominação e Submissão (dinâmicas consensuais de autoridade e entrega), e Sadismo e Masoquismo (prazer na dor e no sofrimento). Longe de se limitarem a fetiches desviantes, essas práticas expõem o caráter performativo, técnico e artificial do desejo sexual, desnaturalizando a ideia de uma pulsão instintiva, orgânica ou espontânea. No contexto da contrassexualidade proposta por Preciado, o BDSM funciona como uma zona de experimentação somatopolítica, em que corpos, normas e prazeres são reorganizados por contratos, objetos técnicos (como o dildo) e jogos paródicos – subvertendo o modelo heteronormativo baseado na complementaridade binária e no coito reprodutivo.

²⁴⁴ Hewson, 2018, p. 24. Tradução nossa. No original: “Body plasticity (‘plasticidad somática’) indicates the potential for radical resistance, but only if we can distinguish between plasticity and flexibility, which, as Malabou indicates, have become indistinguishable”.

neoliberalismo. “Corpos flexíveis mapeiam mecanismos capitalistas de controle; corpos plásticos são capazes de criatividade”.²⁴⁵ Em outras palavras, a flexibilidade ajusta-se à norma; a plasticidade, ao contrário, desorganiza, rompe, explode a forma instituída.

Assim, “no contexto de Testo Junkie, flexibilidade se refere à aplicação de Testogel de acordo com protocolos médicos e em cooperação com seu médico”,²⁴⁶ enquanto o uso autônomo, ritual e performático da testosterona, feito por Preciado como um gesto experimental de reinscrição de si, constitui um ato de plasticidade – pois assume o risco da transformação, da exposição, da autoexperimentação como produção de subjetividade e desejo. “Não tomo testosterona para me transformar em homem, nem sequer para transexualizar meu corpo. Tomo simplesmente para frustrar o que a sociedade quis fazer de mim, para escrever, parar trepar, para sentir uma forma pós-pornográfica de prazer”.²⁴⁷

Essa diferença ganha ainda mais força quando se considera o papel dos hábitos e da adição na obra de Preciado. O hábito, em Malabou (2008), é visto como aliado da plasticidade na medida em que permite a incorporação e a reconfiguração de mudanças. No entanto, como observa Hewson, os hábitos podem também cristalizar-se, mecanizar-se, paralisar a plasticidade.²⁴⁸ Preciado reconhece esse risco, mas o reinscreve de modo crítico: é precisamente no campo das adições e automatismos que ele identifica a zona tensa onde plasticidade e flexibilidade se confundem, se atritam e se tornam política. “Os experimentos [...] de Preciado com testosterona também exemplificam a necessidade de ‘exposição’ à plasticidade”,²⁴⁹ ele “expõe seu corpo permeado de estrogênio à testosterona, produzindo uma tensão entre constância e criação”.²⁵⁰ Sua adição à testosterona não é pura dependência – é campo de jogo entre manutenção e mutação, entre repetição e reinvenção, onde o corpo é exposto à potência do que pode vir a ser, mesmo sob risco de colapso.

A essa plasticidade tecnopolítica do corpo corresponde também uma semiótica contrassexual, que Preciado desenvolve de maneira mais explícita no capítulo intitulado *A lógica do dildo, ou as tesouras de Derrida*, localizado na seção *Teorias*, do *Manifesto contrassexual*. Nele, encontramos um operador conceitual central na proposta contrassexual: a

²⁴⁵ Hewson, 2018, p. 24. Tradução nossa. No original: “[...] flexible bodies map onto capitalist mechanisms of control; plastic bodies are capable of creativity”.

²⁴⁶ Hewson, 2018, p. 24. Tradução nossa. No original: “[...] in the context of Testo Junkie, flexibility refers to applying Testogel in accordance with medical protocols and in co-operation with your doctor”.

²⁴⁷ Preciado, 2023, p. 14.

²⁴⁸ Hewson, 2018.

²⁴⁹ Hewson, 2018, p. 28. Tradução nossa. No original: “Preciado’s [...] experiments with testosterone also exemplify the necessity of ‘exposure’ to plasticity”.

²⁵⁰ Hewson, 2018, p. 28. Tradução nossa. No original: “[...] exposes his oestrogen-permeated body to testosterone, producing a tension between constancy and creation”.

dildotectônica. Isto é, “a contraciência que estuda o surgimento, a formação e a utilização do dildo. Ela localiza as deformações que o dildo inflige ao sistema sexo/gênero” –,²⁵¹ ou seja, uma lógica de desorganização e recomposição da economia somatopolítica do sexo, operada por meio do dildo como prótese, suplemento e artifício ontológico. “Onde se encontra o sexo de um corpo que usa dildo? O dildo, em si, é um atributo feminino ou masculino? Onde transcorre o gozo quando se transa com um dildo?”.²⁵² Ou ainda, “podemos continuar tomando a imagem ‘natural’ do corpo masculino como referência de imitação quando o dildo é colocado em outra parte do corpo (braço, antebraço, coxa), que não a região pélvica?”.²⁵³

Trata-se de um dos momentos mais sofisticados da proposta preciadiana, em que o dildo deixa de ser apenas um objeto sexual para tornar-se um operador epistêmico, político e ontológico. O dildo, nessa lógica, é o que introduz uma fratura irreparável na economia da representação sexual, revelando que o corpo sexuado não é fundado em uma origem anatômica, mas em um processo iterativo de ficcionalização e montagem.

É importante compreender que o dildo não é substituto do falo,²⁵⁴ nem instrumento de imitação anatômica. Ao contrário, ele se inscreve numa economia sem representação plena, sem origem ou essência. Nesse sentido, o dildo não é uma cópia imperfeita de um original masculino; ele é a prova de que não existe original. “O dildo é disruptivo, [...] porque mostra que a masculinidade está, tanto quanto a feminilidade, sujeita às tecnologias sociais e políticas de construção e de controle”.²⁵⁵

Ao ser retirado da lógica representacional – que o concebe como imitação de um pênis real –, o dildo opera uma reversão performativa do dispositivo heterossexual: ele descola o gozo da verdade anatômica, rompe a equivalência entre genitalidade e prazer, e transfere a potência erógena para fora dos circuitos codificados de masculino e feminino. É nesse gesto de desterritorialização que se revela a plasticidade contrassexual da carne: não como liberdade ilimitada, mas como potência de reescritura corporal, em que o prazer se desfaz da referência original e passa a operar como suplemento autônomo. “O dildo é o primeiro indicador da plasticidade sexual do corpo e da possível modificação prostética de seu contorno. Talvez ele

²⁵¹ Preciado, 2022, p. 59.

²⁵² Preciado, 2022, p. 77.

²⁵³ Preciado, 2022, p. 77.

²⁵⁴ No *Manifesto contrassexual*, Preciado desarticula a associação entre o falo e a anatomia peniana, tal como esta foi consolidada pela lógica heterossexual. Nesse sentido, o falo não é um órgão, mas uma ficção política e epistemológica que regula os regimes de visibilidade e distribuição dos corpos e dos prazeres. Diferentemente da tradição que atribui ao falo um valor simbólico unívoco – como centro de autoridade, origem de sentido e princípio organizador do desejo –, Preciado propõe sua desidentificação e deslocamento.

²⁵⁵ Preciado, 2022, p. 84.

indique que os órgãos que interpretamos como naturais [...] já tenham sofrido um processo semelhante de transformação plástica”.²⁵⁶

Para entendermos melhor como o dildo opera como símbolo de potência e “traí o órgão anômico deslocando-se para outros espaços de significação (orgânicos ou não, masculinos ou femininos)”,²⁵⁷ precisamos compreender como Preciado utiliza da gramatologia de Jacques Derrida para argumentar sobre como o dildo subverte a lógica do sistema heterossexual ao mesmo tempo que é inventado para suprir uma falta.

A gramatologia de Jacques Derrida é a teoria da escrita desenvolvida em seu livro *Gramatologia* (1967). Nessa obra, Derrida propõe uma crítica ao logocentrismo – a tradição filosófica que privilegia a fala sobre a escrita, considerando a primeira como mais próxima da verdade e da presença do sentido. Ele argumenta que a escrita, em vez de ser um suplemento secundário da fala, é constitutiva do próprio pensamento e da linguagem. Para isso, Derrida introduz conceitos como *différance*,²⁵⁸ que aponta para o fato de que o significado nunca é fixo, pois está sempre diferindo e se adiando na rede de significantes.

Um dos conceitos fundamentais em *Gramatologia* é o de suplemento, que Derrida define como algo que ao mesmo tempo supre e excede uma suposta falta. Um suplemento não apenas preenche um vazio, mas revela que esse vazio nunca foi uma ausência real, mas uma construção do próprio sistema que o postula. Nesse sentido, o dildo não é simplesmente uma prótese ou um objeto que substitui a “presença” de um pênis de carne. Se pensarmos na lógica tradicional do sistema heterossexual, o pênis seria o “original”, enquanto o dildo seria um mero suplemento, uma cópia secundária e derivada, que serviria como prótese quando os órgãos parassem de funcionar – “é só quando a natureza já falhou, anunciando a morte, que o dildo é considerado pelas instituições médicas heterossexuais uma medida de urgência, ou um instrumento de compensação para preencher a falta”.²⁵⁹ Mas é preciso dizer: “o dildo não funciona da maneira que se espera de um simples consolo”.²⁶⁰

Na esteira derridiana, Preciado argumenta que o dildo revela que a própria ideia de um “original” é uma ficção normativa: o pênis não é naturalmente dotado de significação fálica,

²⁵⁶ Preciado, 2022, p. 84.

²⁵⁷ Preciado, 2022, p. 87.

²⁵⁸ Um dos conceitos principais e mais complexos de Derrida, central para o desenvolvimento da teoria em *Gramatologia*. De maneira oposta ao conceito de “diferença” estabelecido – o qual aponta a separação entre dois elementos distintos –, *différance* se refere ao movimento pelo qual o significado se difere – no tempo –, pois ele nunca é plenamente presente, sendo sempre adiado na cadeia de significantes; e também se distingue – no espaço –, porque o sentido só emerge através da diferença com outros termos. Cf. Derrida, Jacques. **Gramatologia**. Tradução de Miriam Schnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva/ EDUSP, 1973.

²⁵⁹ Preciado, 2022, p. 89.

²⁶⁰ Preciado, 2022, p. 89.

mas se torna tal dentro de um sistema de significação heteronormativo. O dildo, ao mesmo tempo que parece imitá-lo, desnaturaliza essa relação ao mostrar que o falo nunca foi “natural” para começo de conversa. Portanto, ele “não se basta a si mesmo como imitação do órgão. Não se contenta em imitar”²⁶¹ e, por isso mesmo, “deve estar em constante transformação, superando-se de tal maneira que vá além da forma, do tamanho e da excelência daquilo que supostamente imita. O dildo dirige o pênis contra si mesmo”.²⁶² Em outras palavras, o dildo, ao mimetizar o pênis, revela a arbitrariedade dessa ligação e desloca o falo de sua posição originária. O dildo não é uma cópia do pênis, mas uma iteração que difere e adia a fixação do falo ao corpo masculino. Sendo assim, funciona como marcador da *différance*: ele sublinha que o falo não tem um referente fixo, e que a identidade sexual é instável, performativa, iterável. O dildo repete o falo, mas com uma diferença que impede a presença plena. Ele performa a *différance* do falo.

Como suplemento derridiano, o dildo desestabiliza a hierarquia do sexo, deslocando o centro do gozo da anatomia para a técnica, da função para a performance, da identidade para o artifício. Ele “reorienta o sexo” – não no sentido de uma nova ordem, mas como experiência de desvio e reescrita. “O dildo, como símbolo de potência e excitação sexual, trai o órgão anatômico deslocando-se para outros espaços de significação”,²⁶³ espaços esses que serão “ressexualizados por proximidade semântica. A partir desse momento, qualquer coisa pode se tornar um dildo. Tudo é dildo. Inclusive o pênis”.²⁶⁴

A lógica do dildo funciona, portanto, como uma tesoura que corta, mas não mutila; que separa para reorganizar. “A operação de recorte e colagem que o dildo representa inaugura, pois, num primeiro momento, um tráfico do significante que coloca em funcionamento o processo irrefreável de destruição da ordem heterocêntrica”.²⁶⁵ Isto é, recorta o corpo da lógica heterocentrada, e com esse gesto cirúrgico, abre espaço para novas conexões, novas zonas erógenas, novas alianças sexuais e políticas. Temos, nesse sentido, o segundo momento dessa lógica: “o aperfeiçoamento do dildo, de modo que se aproxime cada vez mais do ideal perfeito [...] que institui a diferença sexual, e se distancie cada vez mais de seu referente anatômico”.²⁶⁶ O dildo, assim, não remove o pênis – ele o reinscreve em uma cadeia significativa que já não o reconhece como origem ou centro, mas como peça deslocável, recombinação, intensificável. É

²⁶¹ Preciado, 2022, p. 89.

²⁶² Preciado, 2022, p. 89.

²⁶³ Preciado, 2022, p. 86.

²⁶⁴ Preciado, 2022, p. 86.

²⁶⁵ Preciado, 2022, p. 90.

²⁶⁶ Preciado, 2022, p. 90.

desse modo que se chega ao terceiro momento de reflexibilidade discursiva, onde “o dildo se volta sobre o corpo, trasladando-se sobre ele para contrassexualizá-lo”.²⁶⁷

Essa dildotectônica consiste em desmontar a arquitetura heterossexual do corpo e remontá-lo como montagem tecnopolítica e textual. Trata-se de conceber o corpo como superfície plástica e semiótica, passível de intervenções, ressignificações, próteses, deslocamentos e variações. O corpo contrassexual, nesse contexto, não é aquele que “se opõe” ao corpo normativo, mas aquele que se sabota como forma estável, instaurando uma relação de fratura e invenção com seus próprios signos. “Depois do dildo, tudo se torna contrassexual”.²⁶⁸

Nesse sentido, o dildo performa uma política do corpo como arquivo instável de inscrições performativas, como superfície para práticas de (re)significação erótica, subjetiva e coletiva. O prazer contrassexual é, então, o prazer da recombinação, da montagem, da ficção técnica. O dildo é prótese e signo, ou seja, é ao mesmo tempo materialidade operante e produção de sentido. Ele simboliza a falha constitutiva do regime heterossexual, sua impossibilidade de totalizar o prazer ou de capturar o sexo como essência. “A totalidade do sistema heterossexual dos papéis de gênero, confrontada a esse pequeno objeto, perde seu sentido”²⁶⁹ e, de modo muito mais radical, “as ideias e os afetos tradicionais em torno do prazer sexual e do orgasmo, tanto heterossexual como homossexual, tornam-se obsoletas quando se trata do dildo”.²⁷⁰

Ao falar de um “dildo que goza”,²⁷¹ Preciado questiona a ideia de que o prazer sexual está exclusivamente vinculado a uma anatomia “natural” ou a órgãos biológicos específicos (como o pênis ou a vagina). O dildo, sendo um objeto tecnicamente produzido, encarna a possibilidade de uma sexualidade não essencialista, na qual o prazer não depende de um suposto corpo “original”, mas de um processo de incorporação e reapropriação. “Ao reconfigurar os limites erógenos do corpo trepador/trepado, o dildo coloca em questão a ideia de que os limites da carne coincidem com os limites do corpo”.²⁷² O fato de o dildo “gozar” é uma provocação que rompe com a ideia de que o prazer é inerente a certas formas anatômicas ou funções biológicas. Isso desafia as concepções tradicionais de sexualidade que associam diretamente prazer e reprodução, deslocando o foco para um prazer construído tecnológica e culturalmente.

Refuta-se, assim, uma concepção heteronormativa da sexualidade, em que o prazer seria algo a ser “possuído” por alguém e “concedido” ou “retirado” por outro. Esse modelo é comum

²⁶⁷ Preciado, 2022, p. 90.

²⁶⁸ Preciado, 2022, p. 92.

²⁶⁹ Preciado, 2022, p. 92.

²⁷⁰ Preciado, 2022, p. 93.

²⁷¹ Preciado, 2022, p. 94.

²⁷² Preciado, 2022, p. 94.

em narrativas que estruturam a relação sexual em termos de ativo e passivo, dominador e dominado. Essa lógica de troca binária é rejeitada, propondo-se que o prazer não é uma substância fixa que alguém pode dar ou tomar, ou que pode ser localizada e estabilizada. Nesse sentido, o dildo, “sendo capaz de se separar, resiste à força com que o corpo se apropria de todo o prazer, como se este viesse de dentro do corpo somente na medida em que é reapropriação, somente porque está ‘preso’”.²⁷³ Essa visão se alinha com uma perspectiva foucaultiana da sexualidade, onde o prazer e o desejo não são “naturais”, mas efeitos de um regime de saber-poder. Se o dildo “obriga a interrogar-se sobre a vida, a verdade e a subjetividade no sexo”,²⁷⁴ então podemos entender que o prazer sexual, suas formas legítimas e ilegítimas, são sempre mediados por normas e dispositivos que regulam o corpo e a subjetividade.

“O dildo que goza sabe que o prazer (todo prazer sexual) nunca é dado ou tomado, nunca está ali, nunca é real, é sempre incorporação e reapropriação”.²⁷⁵ Aqui, o prazer não é algo que simplesmente “acontece”, mas algo que é performado. A incorporação significa que ele depende de um corpo que se faz e se refaz no ato, que absorve elementos externos – tecnologias, discursos, práticas – e os integra em sua experiência sensorial e subjetiva. A “reapropriação”, por sua vez, aponta para um caráter político do prazer: ele não é apenas produzido dentro de um regime de normalização, mas pode ser subvertido, resignificado. Assim, práticas dissidentes da sexualidade – como o uso do dildo, o sexo *queer*, a experimentação corporal – funcionam como estratégias de resistência contra um modelo sexual normativo.

Ao afirmar o prazer como tecnologia contrassexual – “depois do dildo, tudo se torna contrassexual” –,²⁷⁶ o dildo se torna um símbolo da plasticidade do prazer, da sua capacidade de ser deslocado e reinventado, mostrando que o desejo não está preso a corpos ou identidades específicas. O dildo que goza não é apenas uma metáfora provocativa, mas um convite para repensar radicalmente a materialidade do desejo e a construção política do prazer.

É a partir dessa falha – constitutiva, fundadora, irredutível –, instaurada pela condição plástica dos corpos e do prazer, que concebemos o corpo como fator de desobediência a toda forma constituída – inclusive em suas dimensões vista como mais estruturalmente imutáveis, como a exemplo da epigenética trazido por Malabou em diálogo com Haraway. E é nesse ponto que podemos nomear o que está em jogo como *devir-contrassexual* da natureza: pois se a natureza é aquilo que o regime cis-heteronormativo reclama como fundamento do sexo, a

²⁷³ Preciado, 2022, p. 94.

²⁷⁴ Preciado, 2022, p. 94.

²⁷⁵ Preciado, 2022, p. 94.

²⁷⁶ Preciado, 2022, p. 92.

contrassexualidade responde com a ficção de um sexo sem origem, com o artifício como condição da carne. Não se trata de negar a natureza,²⁷⁷ mas de afirmá-la em seus atravessamentos tecnológicos, plásticos e fictícios. O *devir-contrassexual* da natureza é, portanto, a emergência de uma natureza em colapso, reconfigurável, insubordinada e não reprodutiva, onde a carne não precede o desejo, mas dele se faz e se desfaz. Uma natureza enquanto construção plástica, agenciamento material-semiótico em permanente disputa. O *devir-contrassexual* da natureza designa, portanto, a recusa de toda a naturalização da diferença sexual como fundamento da subjetividade e a afirmação de uma tecnonatureza insurgente, onde a sexualidade não é origem, mas operação política, estética e biotécnica.

Tal devir não é um programa, nem uma identidade alternativa. Ele é um modo de habitar o regime farmacopornográfico sem se submeter a ele, torcendo suas tecnologias para fins que lhe escapam: prazer dissidente, desejo mutante, subjetividades inumanas, alianças pós-identitárias, hackers de gênero, terrorismo de gênero... Ele é a zona em que a plasticidade do corpo se torna ética da transformação, em que a biotecnologia se converte em insurreição estética e em que a carne se faz pensamento – pensamento que se escreve na pele, nos nervos, nos hormônios, nos gestos.

Aqui, retornamos ao ciborgue como figura exemplar. Ele é o corpo que se faz por justaposição de elementos materiais e semióticos, sem origem estável, sem finalidade transcendente – corpo que goza com o dildo, corpo que hackeia os códigos sexuais, corpo que performa seu prazer como insurgência.

O ciborgue é o signo plástico por excelência. Ele não apenas recebe e dá forma, mas rompe com a forma instituída. Ele exemplifica o campo de experimentação ética e estética onde a biotecnologia, longe de ser apenas instrumento de normalização, se torna veículo de mutação. Como nos lembra Haraway (1991), o ciborgue não sonha com um retorno ao útero, mas com a possibilidade de alianças pós-identitárias, de modos de existência que desafiem as fronteiras entre humano, máquina, animal e ficção. Com a plasticidade contrassexual, o ciborgue revela que a carne não é passiva, mas laboratório – uma carne que se reconfigura, que se expõe ao risco, que se refaz no encontro com a técnica e o desejo.

Dizer, portanto, que o devir-contrassexual da natureza é ciborgue é afirmar que ele se realiza por meio de uma prática de mundo em que a técnica não é o oposto da natureza, mas sua condição performativa. É o reconhecimento de que somos feitos de injunções químicas, de softwares de gênero, de códigos visuais, de fantasias pornográficas, de circuitos de gozo – e

²⁷⁷ A depender da concepção de natureza é negar sim. Mas, no nosso caso, trata-se de afirmar uma natureza já contaminada tecnopoliticamente.

que é justamente nesses elementos, muitas vezes tratados como marginais ou desviantes, que reside o poder de imaginar e habitar outras realidades corporais. O ciborgue, enquanto figura plástica da contrassexualidade, é o corpo que ousa pensar-se para além da norma e da espécie; é o corpo que, ao hackear o sistema sexo/gênero, reprograma a própria ideia de natureza.

Agora, talvez seja preciso permitir que o pensamento, já intensamente atravessado por próteses conceituais, também se deixe afetar pela linguagem do sensível. Em *Tudo Sobre Minha Mãe* (1999), Almodóvar nos apresenta uma galeria de corpos em trânsito – travestis, maternidades mutantes, atrizes, prostitutas, homens e mulheres que desafiam as formas fixas do reconhecimento e da identidade. Entre elas, Agrado,²⁷⁸ travesti carismática, que improvisa diante do público de uma peça cancelada um monólogo inesperado sobre identidade, autenticidade e transformação. Agrado conta ao público quanto custou modelar o próprio corpo: com plásticas, silicone, cirurgias etc., finalizando com uma das falas mais marcantes do filme: “*Sai muito caro ser autêntica. E, nestas coisas, não se deve ser avarenta. Porque nós ficamos mais autênticas quanto mais nos aproximamos daquilo que sonhamos para nós mesmas*”. Essa fala, de uma potência filosófica rara, desestabiliza a ideia de verdade identitária, abrindo espaço para que o corpo tecnicamente modificado seja não apenas legítimo, mas profundamente verdadeiro. A autenticidade, aqui, não está na origem,²⁷⁹ mas na ficção encarnada, na técnica que molda carne. O ciborgue não é uma abstração tecnológica: é essa mulher que se reconstrói com silicone e afeto. O ciborgue, longe de ser apenas uma figura futurista, encontra-se ali – na carne moldada por desejo, técnica e imaginação.

Do cinema à cultura pop, esse corpo ciborgue também se manifesta na performance de Lady Gaga, que encarna uma estética da mutação, da artificialidade afirmada, da insubmissão às normas de gênero. Com sua carne protésica, suas próteses carnavais, Gaga, ao longo de sua carreira, sempre recusou as cisões entre humano e máquina, entre natureza e artifício, entre biologia e fabulação. Sua performance se aproxima daquilo que Donna Haraway (1991) chamou de ficção política do ciborgue: uma criação que não nasce da origem, mas da mistura; não da essência, mas da montagem. Tanto em Agrado quanto em Gaga, o corpo se torna manifesto, narrativa vivida, montagem em devir – corpo que sonha e, sonhando, fabrica uma nova existência.

²⁷⁸ *Tudo Sobre Minha Mãe* (*Todo sobre mi madre*, 1999), dirigido por Pedro Almodóvar, é um drama espanhol que narra a trajetória de Manuela, uma enfermeira que, após a morte trágica do filho, parte em busca do pai da criança – agora uma mulher trans, Lola. A trama se entrelaça com a vida de outras mulheres e travestis, compondo um universo em que o gênero, a maternidade, a dor e a ficção se misturam.

²⁷⁹ Galhardo, 2026.

É nesse horizonte que a figura do ciborgue nos interpela: não como metáfora abstrata, mas como política do sensível. Como artefato que força o pensamento a abandonar suas dicotomias mais confortáveis, para habitar as zonas cinzentas da vida encarnada. O ciborgue é uma ficção que funciona. É uma hipótese viva, insurgente, que nos convida a pensar a carne como campo de disputa e a tecnologia não como ameaça, mas como possibilidade. Ao final, o que essa figura nos oferece é uma ética da montagem: a possibilidade de viver-se como obra em processo, de performar a si mesma como realidade ainda por vir.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É mister delinear o aspecto mais importante desta pesquisa: a escolha por Donna Haraway e Paul B. Preciado. Nossa escolha não parte de um simples interesse acadêmico, ao contrário, foram as nossas obsessões mais íntimas, e um ponto crucial de inseparabilidade entre vida e estudo, que nos trouxeram até aqui. O motivo pelo qual não podíamos desistir de trabalhar com Preciado se justifica pelo fato de que, através do autor espanhol, nosso horizonte teórico-feminista foi completamente afetado, expandido. Haraway, por sua vez, é, e sem sombras de dúvidas, uma das maiores autoras que encontramos nesse caminho. Sua escrita – sempre híbrida, tecida entre ciência, ficção, política e fabulação – nos ensinou que pensar é também fabular mundos possíveis, e que a crítica feminista mais potente é aquela capaz de imaginar alianças insurgentes entre corpos, tecnologias, espécies e narrativas. Sua figura do ciborgue nos abriu para uma ontologia relacional, em que o corpo já não é uma entidade isolada, mas um enredamento de materialidades múltiplas, técnicas e simbióticas, sempre em disputa.

A junção entre Haraway e Preciado não se dá, portanto, por mera complementaridade bibliográfica. Trata-se de uma aliança epistêmica e estratégica, pois ambos operam deslocamentos profundos nas formas de se pensar o corpo, o sexo, a tecnociência e a própria ideia de natureza. A aposta nesta pesquisa é que, quando lidos em conjunto, seus pensamentos oferecem não apenas ferramentas críticas, mas também modos de vida possíveis diante de um mundo que insiste em reduzir os corpos à norma, ao binário e à essência.

A princípio, consideramos nosso projeto errático, esquisito. No entanto, ele se mostrou, ao longo do seu desenvolvimento, um projeto que já continha a intuição que mais tarde encontrou nas palavras não somente de Haraway e Preciado, mas de todo um conjunto de feministas que entraram na disputa pela natureza, a sua validação. Essa intuição não é outra coisa senão que a natureza é, e sempre foi, um campo de disputas – recorrida a justificar e legitimar todos os tipos de dominação e opressão.

Foi assim que, ao longo desta pesquisa, procuramos seguir as linhas de fuga abertas por Haraway e Preciado para pensar os corpos, a natureza e a técnica a partir de uma crítica radical à ontoepistemologia moderna. Mais do que descrever transformações históricas ou identificar novas tecnologias de poder, o que esteve em jogo foi a tentativa de pensar a matéria como campo de disputa política e tecnocientífica, e o corpo como um artefato relacional que emerge da densa tessitura de discursos, práticas, afetos, imagens e biotecnologias.

A partir da figura do ciborgue, tal como proposta por Haraway, desmontamos as dicotomias fundantes da metafísica ocidental, evidenciando que a corporalidade não pode mais

ser pensada a partir de essências biológicas nem de discursos exclusivamente representacionais. Ao contrário, o corpo é um agenciamento material-semiótico, simultaneamente tecnogênico e ficcional, moldado por aparatos da tecnociência e por regimes de verdade que distribuem inteligibilidade, normatividade e poder. Nesse quadro, a natureza deixa de ser um dado exterior, passivo e universal, para se tornar uma natureza ciborgue, ou seja, uma natureza composta, situada, continuamente performada, e sempre em disputa.

O segundo movimento do trabalho consistiu na análise do regime farmacopornográfico, a partir da obra de Preciado. Com ele, aprofundamos o diagnóstico harawayano e o reinscrevemos na contemporaneidade, onde o sexo, o gênero, a subjetividade e o prazer tornam-se objetos privilegiados de uma economia política da tecnovida. O regime farmacopornográfico não se limita a capturar os corpos – ele os produz, programa-os, os otimiza, os exhibe e os regula, por meio da biotecnologia, da farmacologia, das mídias digitais e da indústria pornográfica. A gestão dos corpos deixa de operar apenas pela disciplina ou pela norma reprodutiva: ela atua na micropolítica da excitação, do gozo, da identidade e da performance.

Nesse contexto, o conceito de plasticidade surge como operador decisivo. A plasticidade – entendida como capacidade de receber, dar e romper a forma – permite pensar os corpos não apenas como objetos de captura, mas como zonas de experimentação ontológica. Ao expor-se aos códigos sexuais dominantes – cis-heteronormativos, racializados, capacitistas –, os corpos também podem improvisar, sabotar, deformar e reprogramar seus próprios modos de existir. A plasticidade contrassexual, nesse sentido, não busca uma nova essência, mas uma insistência na mutabilidade, no artifício, na paródia, na recusa e na invenção de outras formas de prazer, de filiação, de temporalidade e de vida.

Dessa maneira, o percurso traçado nesta monografia desloca o debate sobre o sexo, o gênero e o corpo de um campo discursivo para um campo tecnopolítico, onde a matéria é performada por práticas reiterativas e contingentes, mas também reconfiguráveis e insurgentes. Haraway e Preciado oferecem aqui tanto diagnósticos quanto ferramentas de sabotagem ontológica – maneiras de pensar-agir que desestabilizam as fronteiras entre o natural e o artificial, entre o dado e o construído, entre o possível e o real.

Contudo, a potência dessa teoria não nos isenta de reconhecer seus limites. Conforme brevemente apontado no último capítulo, a obra de Preciado ainda carece de uma análise mais sistemática da articulação entre sexualidade, racialização, colonialidade e geopolítica da tecnociência. Ao centrar sua análise na mutação dos regimes sexuais sob o capitalismo ocidental, Preciado corre o risco de universalizar experiências situadas, desconsiderando os modos como a farmacopornografia se articula a sistemas históricos de racialização e

expropriação. Ainda que Wittig, Haraway e Malabou estejam presentes como contrapesos, a falta de um engajamento mais robusto com autoras e autores racializados limita a abrangência de sua crítica. A ausência de uma crítica sistemática da colonialidade, assim como a subexploração das intersecções entre sexualidade e racialização, constitui uma lacuna importante que deverá ser enfrentada em desdobramentos futuros deste trabalho.

Por outro lado, a obra mais recente de Preciado, *Dysphoria Mundi: o som do mundo desmoronando* (2022), ensaia uma virada nesse horizonte. Nela, o autor propõe uma leitura trans do mundo contemporâneo, marcado por colapso climático, devastação ecológica, exaustão psíquica e ruína das formas de vida hegemônicas. Essa perspectiva encontra ressonância com as formulações mais recentes de Donna Haraway – *Manifesto das espécies companheiras* (2016), *Quando as espécies se encontram* (2008) – especialmente no que diz respeito à urgência de habitar o fim do mundo com outras alianças – interespecíficas, técnicas, somáticas e cognitivas. Ao convocarem o pensamento para além do humano, do binário e do produtivo, ambos os autores abrem espaço para aquilo que talvez possamos nomear como uma ecologia *queer* da ruína, um pensamento da vida que tenta se afirmar no colapso, na mutação, na falha e na recusa da forma imposta.

Destarte, o *devir-contrassexual da natureza* ensaiado nesta pesquisa pode se expandir para uma crítica mais ampla às narrativas de progresso, produtividade e extração que sustentam o sistema capitalista sob a égide neoliberal. Trata-se de compreender melhor a complexidade do real, do mundo, da vida, e também de transformá-los.²⁸⁰ O que também se aplica na transformação do mundo filosófico. Um mundo que, longe de ser neutro, contribuiu fervorosamente para a emergência e para a reiteração do real que temos hoje. Um mundo em ruínas, marcado pelo cis-hetero-patriarcado, pelo racismo, pela colonização, pela destruição e esgotamento do planeta. Para quem ainda se questiona para que serve a filosofia, eis a resposta: ela serviu, e continua servindo, para algumas das piores coisas já feitas. Mas, ela também serve para transformar, ressignificar, imaginar e criar outras realidades possíveis. Algo que tentamos fazer aqui. Em suma, trata-se, para nós, de pensar o corpo enquanto lugar de resistência ao regime farmacopornográfico, bem como matéria insurgente, capaz de sonhar e sustentar outros mundos possíveis. Aqui e agora, no presente que nos contém.

²⁸⁰ Galhardo, 2020.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer I: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

ALAIMO, Stacy; HECKMAN, Susan. **Material feminisms**. Bloomington: Indiana University Press, 2008.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Tradução Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

AUSTIN, John Langshaw. **Quando dizer é fazer**. Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AXT, Bryan William. **A produção tecnocientífica da materialidade dos corpos na era farmacopornográfica em Paul B. Preciado**. 2017. 115 f. Monografia (Licenciatura em Filosofia) – Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017.

_____. **Devires multitudinários: a metamorfose dos sujeitos em insurgências contrafarmacopornográficas**. 2021. 135 f. Dissertação (Mestrado em filosofia) – Escola de Educação e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2021.

BARAD, Karen. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. Tradução Thereza Rocha. **Vazantes**, Ceará, v. 01, n. 01, 2017.

BARROS, Lis Macedo de. **Do capitalismo mundial integrado de Guattari à farmacopornografia de Preciado**. 2022. 128 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução Sérgio Millet. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CFM. **Conselho atualiza regras para aperfeiçoar atendimento médico a pessoas com incongruência de gênero**. 2025. Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/noticias/conselho-atualiza-regras-para-aperfeicoar-atendimento-medico-a-pessoas-com-incongruencia-de-genero>>. Acesso em: 27 abr. 2025.

COCHRANE, Angus. **Pessoas trans: Suprema Corte do Reino Unido decide que definição legal de mulher é biológica**. 2025. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c93g19qe1v2o>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. Tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2018.

DECARLI, Leticia Canti. Incorporações protéticas em Paul B. Preciado: para acabar com a Natureza. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 33, v. 1, 2025.

DERRIDA, Jacques. **A farmácia de Platão**. Tradução Rogério da Costa. São Paulo: Iluminuras, 2005.

_____. **Gramatologia**. Tradução Miriam Schnaiderman. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva/EDUSP, 1973.

DURKHEIM, Émile. **Regras do método sociológico**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ESPOSITO, R. **Termos da Política**: comunidade, imunidade, biopolítica. Tradução T. Campbell L. E. Fritoli. J. P. Arrosi, A. C. Machado Fonseca. R. M. Fonseca. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.

FIRESTONE, Shulamith. **A dialética do sexo**: um estudo da revolução feminista. Tradução Vera Regina Rabelo Terra. Rio de Janeiro: Editora Labor do Brasil, 1976.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Maria Thereza da Costa Albuquerque. J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2024.
_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALHARDO, Davi. **O (contra) cinema de Guy Debord**: espetáculo, desvio e comunicação. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

_____. **Experiência e cultura em Walter Benjamin e Guy Debord**. Rio de Janeiro ; São Paulo: Editora PUC-Rio; Edições Loyola, 2026 (No prelo).

G1. **Cresce número de mortes violentas de pessoas LGBTQIAPN+ no Brasil. 2025**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2025/01/18/mortes-lgbtqiapn-brasil.gh.html>>. Acesso em: 29 jun. 2025.

HARAWAY, Donna. **A reinvenção da natureza**: símios, ciborgues e mulheres. Tradução Rodrigo Gonçalves. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.

_____. **Ficar com o problema**: fazer parentes no Chthuluceno. Tradução Ana Luiza Braga. São Paulo: n-1 edições, 2023.

_____. **Quando as espécies se encontram**. Tradução Juliana Fausto. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

_____. **O manifesto das espécies companheiras**: cachorros, pessoas e alteridade significativa. Tradução Pê Moreira. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARDT, Michel; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. Tradução Cloves Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HEWSON, Sofia Ropek. **Pharmacopornographic subjectivity in the work of Paul B. Preciado**. 2018. 218 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Pembroke College, University of Cambridge, Cambridge, 2018.

HOCQUENGHEM, Guy. **Homosexual desire**. 2 ed. Durham NC: Duke University Press, 1993.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira. Nelson Boeira. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LIMA, Homero Luís Alves de. **Do corpo-máquina ao corpo-informação**: o pós-humano como horizonte biotecnológico. 2004. 332 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

MALABOU, Catherine. **Que faire de notre cerveau?** Paris: Bayard Jeunesse, 2008.

_____. Uma só vida. Resistência biológica, resistência política. Tradução Antonio Frank Jardimino Maciel. **Perspectivas**, Tocantins, v. 9, n. 1, 2024, p. 28-40.

MALINOWSKI, Bronisław. **Os argonautas do pacífico ocidental**. Tradução de Anton P. Carr. Lígia Aparecida Cardieri Mendonça. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

PRECIADO, Paul. B. **Dysphoria Mundi**: o som do mundo desmoronando. Tradução Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

_____. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

_____. **Testo Junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. Verônica Daminelli Fernandes. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução Carlos Guilherme do Valle. **Bagoas - Estudos gays, gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2012, p. 17-44.

RORTY, Richard. **The Linguistic turn**: essays in philosophical method. London: The University of Chicago Press, 1967.

RUBIN, Gayle. **Políticas do sexo**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

SAHD, Luiz Felipe Netto de Andrade e Silva. Catherine Malabou: plasticidade e metamorfose da inteligência. **Argumentos**, ano 17, n. 33, 2025, p. 01-14.

SANTOS, Caynnã de Camargo. Discursos que pesam: realismo agencial e processos de materialização corporal. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 31, n. 3, 2023, p. 01-12.

_____. Apologia a um corpo outro: mecânica quântica, neomaterialismos feministas e o corpo como *phenomenon*. **Periódicus**, n. 20, v. 3, 2024, p. 115-143.

SCHROEDER, Lucas. Erika Hilton diz ter sido identificada como homem em visto dos EUA. **CNN Brasil**, São Paulo, 16 abr. 2025. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/erika-hilton-diz-ter-sido-identificada-como-homem-em-visto-dos-eua/>>. Acesso em: 27 jun. 2025.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, n. 28, 2007, p. 19-54.

SILVA, Marcele de Moraes. **Transfobia no feminismo radical de segunda onda?** uma análise dos seus pressupostos materialistas. 2022. 108 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995, p. 71-99.

TUDO SOBRE MINHA MÃE. Direção: Pedro Almodóvar. Produção: Agustín Almodóvar. Elenco: Cecilia Roth, Marisa Paredes, Penélope Cruz. Espanha: Via Digital, El Deseo S.A, 1999. Versão digital (102 min.), 35mm, colorido.

WIENER, Norbert. **Cybernetic**: or control and communication in the animal and the machine. Cambridge: The MIT Press, 2019.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução Máira Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

ZUCCOLIN, Ana Caroline Postingel. **Dualismos filosóficos e a noção de corpo em Donna Haraway**. 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2018.